

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ADRIELE MENDES DOS PASSOS

**O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO PRÁTICA EMANCIPATÓRIA NA
IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE À
LUZ DA PERSPECTIVA FREIRIANA**

CAXIAS DO SUL

2026

ADRIELE MENDES DOS PASSOS

**O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO PRÁTICA
EMANCIPATÓRIA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
SOCIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA FREIRIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional da Universidade de Caxias do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de Pesquisa: Riscos e Recursos Psicossociais em Contextos de Trabalho: Diagnóstico e Intervenção.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Paim Camardelo.

CAXIAS DO SUL

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

P289a Passos, Adriele Mendes dos

O acolhimento ético-político como prática emancipatória na implementação das políticas públicas sociais [recurso eletrônico] : uma análise à luz da perspectiva freiriana / Adriele Mendes dos Passos. – 2026.
Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2026.

Orientação: Ana Maria Paim Camardelo.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Política pública. 2. Assistência social. 3. Freire, Paulo, 1921-1997. 4. Prática profissional. 5. Práxis (Filosofia). 6. Educação. I. Camardelo, Ana Maria Paim, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 364:37.01

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500



***“O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO PRÁTICA
EMANCIPATÓRIA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
SOCIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA FREIRIANA”***

Adriele Mendes dos Passos

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Riscos e Recursos Psicossociais Contextos de Trabalho: Diagnóstico e Intervenções.

Caxias do Sul, 21 de agosto de 2026.

Banca Examinadora:

Participação por videoconferência

Dra. Ana Maria Paim Camardelo (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul

Participação por videoconferência

Dra. Verônica Bohm
Universidade de Caxias do Sul

Participação por videoconferência

Dra. Anne Carolina Ramos
Université de Frigourb

Aos meus pais, minhas primeiras raízes, pelo amor, pelo cuidado e pela presença que me ensinaram a caminhar e a acreditar nos caminhos possíveis.

A mim mesma, pela coragem de atravessar esta trajetória e pela mulher, assistente social e pesquisadora que me tornei ao longo desta caminhada.

Aos sujeitos que dão sentido às políticas públicas sociais, aos profissionais e aos estudantes que seguem construindo possibilidades de encontro, diálogo e transformação.

Aos que nunca deixaram de acreditar que a transformação do mundo começa no encontro entre pessoas; àqueles que, mesmo diante das contradições da realidade, seguem escolhendo acolher, dialogar e esperar; e a todos os que insistem em reconhecer, no outro, não um problema a ser resolvido, mas uma humanidade a ser encontrada.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa a realização de um sonho e o encerramento de uma etapa muito significativa da minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal. Este percurso foi construído entre desafios, descobertas, inquietações e aprendizados que contribuíram para a constituição da pesquisadora e assistente social que sigo me tornando.

Mais do que um trabalho acadêmico, esta dissertação representa uma travessia construída a partir de encontros, diálogos e relações que deram sentido a este caminho. Por isso, registro minha gratidão a todas as pessoas e instituições que fizeram parte desta conquista.

A Deus, por me sustentar ao longo desta caminhada, renovar minhas forças nos momentos de incerteza e fortalecer minha esperança para seguir acreditando neste percurso. A fé esteve presente como fonte de coragem, serenidade e inspiração diante dos desafios encontrados.

Aos meus pais, Salete e Eduardo, minhas primeiras referências de amor, cuidado e perseverança, agradeço por serem minha base e por me ensinarem valores que atravessam quem sou. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos, por compreenderem minhas ausências e por estarem presentes em cada etapa da minha vida. Esta conquista também carrega a história, o amor e os ensinamentos de vocês.

Às minhas irmãs, Ariane e Érica agradeço por serem parte essencial da minha história. Pela parceria, pelo amor, pelas conversas, pelos momentos compartilhados e por serem presença constante nas diferentes fases da minha vida. Vocês são uma das minhas maiores certezas e ter vocês comigo torna cada conquista ainda mais especial.

Ao José e à Esmy, meus sobrinhos, agradeço por serem fonte de alegria, amor e esperança. A presença de vocês me inspira a continuar acreditando na construção de um mundo melhor, mais humano e cuidadoso. Que vocês sempre encontrem caminhos construídos pelo respeito, pela solidariedade e pelo amor.

À Raele, por ser amor e por ter chegado trazendo leveza, alegria e muitos motivos para sorrir. Obrigada pelo cuidado, pelas conversas, pelas risadas e por tornar meus dias mais felizes. Compartilhar esta conquista ao teu lado torna este momento ainda mais especial.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, à Coordenação e aos professores, agradeço o espaço de formação, reflexão e construção de conhecimento que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha orientadora, Ana, agradeço pela caminhada construída desde a graduação, quando já contribuía para minha formação como assistente social, e agora pelo acompanhamento deste processo de constituição enquanto pesquisadora. Obrigada pela escuta, pelos diálogos, pelas contribuições teóricas e pela confiança depositada nesta pesquisa. Sua orientação foi fundamental para o amadurecimento deste trabalho.

Às professoras Verônica e Anne, integrantes da banca examinadora, agradeço pela disponibilidade, pelo olhar cuidadoso e pelas contribuições que qualificaram esta dissertação. As reflexões compartilhadas foram fundamentais para ampliar perspectivas e fortalecer esta pesquisa.

À Ariadne, que o mestrado me presenteou com a amizade, agradeço pela parceria desde o início desta caminhada, incentivo e companheirismo. Obrigada por me incluir em momentos tão especiais da sua vida, permitindo que nossa amizade crescesse para além do mestrado, por compartilhar comigo a alegria da chegada do pequeno Andreas.

Às minhas amigas Élen, Suélen, Denise, Andressa e Drika obrigada pela amizade e por todo o apoio ao longo deste processo. Ter vocês por perto, em diferentes momentos, cada uma à sua maneira fez toda a diferença.

Ao Leonardo, agradeço pelas contribuições oferecidas, pela disponibilidade e pelas trocas que fizeram parte deste processo.

Às crianças, aos adolescentes e às suas famílias, que fazem parte da minha trajetória profissional e foram fonte de inspiração para este estudo. A convivência e o aprendizado construídos nesse encontro com o outro fortaleceram o compromisso desta pesquisa com um olhar que reconhece histórias, singularidades, humanidade e potência.

Que esta pesquisa continue sendo um convite ao encontro, ao diálogo e à construção de práticas mais humanas e comprometidas com a transformação social.

“Aos esfarrapados do mundo e aos
que nele se descobrem e, assim
descobrimos-nos, com eles sofremos,
mas, sobretudo, com eles lutamos.”

**Paulo Freire, Pedagogia do
Oprimido**

RESUMO

Esta dissertação analisa o acolhimento ético-político como prática emancipatória no contexto das políticas públicas sociais, à luz das contribuições de Paulo Freire. Parte-se da compreensão de que o acolhimento ultrapassa sua dimensão técnico-operacional, constituindo-se como uma prática ética, política e relacional comprometida com a humanização, a garantia de direitos e a transformação social. O objetivo foi analisar como o acolhimento ético-político é abordado na literatura científica, discutindo seus desdobramentos para as práticas profissionais nas políticas públicas sociais a partir de uma perspectiva freireana. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, orientada pelo método materialista histórico-dialético. O corpus documental foi constituído por produções científicas publicadas entre 2020 e 2025, selecionadas em bases de dados e anais de eventos acadêmicos e analisadas por meio da análise de conteúdo temática. As obras de Paulo Freire foram mobilizadas como referencial teórico-interpretativo para a leitura crítica do material selecionado. Os resultados evidenciaram que o acolhimento ético-político se articula a dimensões como escuta, cuidado, vínculo, alteridade, diálogo, autonomia, protagonismo, consciência crítica, justiça social, participação e resistência, revelando possibilidades para o fortalecimento de práticas profissionais comprometidas com a emancipação humana. Conclui-se que, quando orientado pela dialogicidade, pela conscientização e pela práxis, o acolhimento pode favorecer a construção de relações mais democráticas, participativas e humanizadas, contribuindo para a garantia de direitos e para o desenvolvimento de intervenções profissionais críticas. Como desdobramento da pesquisa, foi elaborada o folder técnico-formativo *Caminhar junto: o acolhimento ético-político como horizonte possível na prática profissional*, destinada a promover a reflexão e a qualificação das práticas de acolhimento no âmbito das políticas públicas sociais.

Palavras-chave: acolhimento ético-político; Paulo Freire; políticas públicas sociais; emancipação humana; práticas profissionais.

ABSTRACT

This dissertation analyzes ethical-political welcoming as an emancipatory practice within the context of social public policies, in light of Paulo Freire's contributions. It is grounded in the understanding that welcoming goes beyond its technical-operational dimension and constitutes an ethical, political, and relational practice committed to humanization, the guarantee of rights, and social transformation. The study aimed to analyze how ethical-political welcoming is addressed in the scientific literature, discussing its implications for professional practices in social public policies from a Freirean perspective. This is a qualitative, bibliographic, and interpretive study guided by the historical-dialectical materialist method. The documentary corpus consisted of scientific publications from 2020 to 2025, selected from databases and proceedings of academic events and analyzed through thematic content analysis. Paulo Freire's works were used as a theoretical and interpretive framework for the critical reading of the selected material. The results showed that ethical-political welcoming is associated with dimensions such as listening, care, bonding, otherness, dialogue, autonomy, agency, critical consciousness, social justice, participation, and resistance, revealing possibilities for strengthening professional practices committed to human emancipation. It is concluded that, when guided by dialogicity, conscientization, and praxis, welcoming can foster the construction of more democratic, participatory, and humanized relationships, contributing to the guarantee of rights and the development of critical professional interventions. As an outcome of the research, the digital technical-formative booklet *Walking Together: Ethical-Political Welcoming as a Possible Horizon in Professional Practice* was developed to promote reflection on and improve welcoming practices within social public policies.

Keywords: ethical-political welcoming; Paulo Freire; social public policies; human emancipation; professional practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos.49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise	55
Quadro 2 – Exemplo de sistematização da análise das categorias.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese das buscas e seleção de artigos por base de dados (2020–2025).....	51
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
JOINPP	Jornada Internacional de Políticas Públicas
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outras identidades e orientações
PPGPSI	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PRISMA	<i>Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses</i>
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UCS	Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 ACOLHIMENTO: MAPEANDO HORIZONTES TEÓRICOS E PRÁTICOS	22
2.1 ACOLHIMENTO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E SUA CONSTRUÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO	22
2.2 A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO ACOLHIMENTO	32
2.3 O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO À LUZ DAS CATEGORIAS FREIRIANAS	41
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	45
3.1 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA	46
3.2 CATEGORIAS ANALÍTICAS	47
3.3 PROCEDIMENTOS DE BUSCA E SELEÇÃO DAS PRODUÇÕES	48
3.4 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS DOCUMENTAL	52
3.4.1 <i>Categorias temáticas de análise</i>	53
4 CAMINHOS QUE SE REVELAM: DIMENSÕES DO ACOLHIMENTO ÉTICO- POLÍTICO	57
4.1 ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO.....	58
4.1.1 <i>Escuta Ativa</i>	59
4.1.2 <i>Cuidado</i>	61
4.1.3 <i>Vínculo</i>	62
4.1.4 <i>Alteridade</i>	63
4.2 EMANCIPAÇÃO HUMANA	65
4.2.1 <i>Autonomia</i>	66
4.2.2 <i>Protagonismo</i>	67
4.2.3 <i>Transformação Social</i>	69
4.3 DIÁLOGO E CONSCIÊNCIA CRÍTICA	70
4.3.1 <i>Palavra e Escuta</i>	72
4.3.2 <i>Horizontalidade</i>	73
4.3.3 <i>Problematização</i>	74
4.4 JUSTIÇA SOCIAL.....	75
4.4.1 <i>Direitos Humanos</i>	77
4.4.2 <i>Equidade</i>	78
4.4.3 <i>Inclusão</i>	79
5 TRAVESSIAS DO ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: MOVIMENTOS E CONTRADIÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS	82

5.1 INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS CRÍTICAS	82
5.1.1 <i>Intervenção</i>	84
5.1.2 <i>Ética Profissional</i>	85
5.1.3 <i>Mediação</i>	85
5.1.4 <i>Corresponsabilização e Integração de Saberes</i>	86
5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS COMO ESPAÇO DE DISPUTA	88
5.2.1 <i>Participação Popular</i>	89
5.2.2 <i>Burocracia</i>	90
5.3 RELAÇÕES DE PODER	92
5.3.1 <i>Dominação</i>	93
5.3.2 <i>Subalternidade</i>	94
5.3.3 <i>Resistência</i>	95
5.3.4 <i>Corresponsabilização</i>	96
6 CAMINHAR JUNTO: O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO HORIZONTE POSSÍVEL NA PRÁTICA PROFISSIONAL	99
6.1 FUNDAMENTAÇÃO E CONCEPÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO	100
6.2 POTENCIAL INOVADOR, APLICABILIDADE E IMPACTO ESPERADO	102
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE A – FOLDER TÉCNICO-FORMATIVO: CAMINHAR JUNTO: O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO HORIZONTE POSSÍVEL NA PRÁTICA PROFISSIONAL	114

1 INTRODUÇÃO

“Toda vida verdadeira é encontro.”

Martin Buber, Eu e Tu

O acolhimento ético-político deveria constituir-se como uma dimensão central das práticas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas sociais, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, violações de direitos e processos de vulnerabilização. Mais do que uma ação técnico-operacional ou um procedimento relacionado ao acesso aos serviços, o acolhimento envolve dimensões relacionais, éticas e políticas que atravessam o modo como os sujeitos são reconhecidos pelas instituições e pelos profissionais. Nessa perspectiva, acolher implica escutar, dialogar, construir vínculos e reconhecer o outro em sua historicidade, singularidade e condição de sujeito de direitos.

A presente dissertação, intitulada *O acolhimento ético-político como prática emancipatória na implementação das políticas públicas sociais: uma análise à luz da perspectiva freiriana*, tem como objetivo analisar a concepção de acolhimento ético-político na obra de Paulo Freire e na literatura acadêmica, discutindo seus desdobramentos como prática emancipatória no contexto das políticas públicas sociais. Parte-se da compreensão de que o acolhimento não pode ser reduzido a uma estratégia de organização dos serviços, a um momento inicial do atendimento ou a uma resposta institucional às demandas apresentadas pelos sujeitos. Busca-se compreendê-lo como prática social, relacional, ética e política, historicamente constituída e atravessada pelas condições concretas em que as políticas públicas sociais são implementadas.

Considerar o acolhimento a partir dessa perspectiva não significa pressupor que ele se realize dessa forma no cotidiano institucional. As práticas de acolhimento desenvolvem-se em espaços atravessados por condições históricas, econômicas, políticas e sociais específicas, bem como por limitações materiais, exigências administrativas, relações de poder e diferentes concepções acerca dos sujeitos e das finalidades do trabalho profissional. Desse modo, aquilo que pode constituir-se como espaço de escuta, reconhecimento, participação e construção de vínculos também pode ser reduzido a procedimentos administrativos, triagens, encaminhamentos ou formas fragmentadas de atendimento.

Essa contradição torna-se ainda mais significativa diante das transformações societárias contemporâneas, do avanço das políticas neoliberais, do desfinanciamento das políticas públicas sociais, da precarização das condições de trabalho e da intensificação de

lógicas burocráticas, gerencialistas e produtivistas nos serviços públicos. Tais processos incidem diretamente sobre as condições em que profissionais e usuários estabelecem suas relações e podem limitar as possibilidades de construção de práticas orientadas pela escuta, pelo diálogo, pela autonomia, pela participação e pela efetivação de direitos.

Nesse contexto, discutir o acolhimento ético-político exige considerar que sua realização não depende exclusivamente da intenção ou da postura individual dos profissionais. As práticas profissionais são desenvolvidas no interior de instituições e políticas atravessadas por determinações sociais, interesses, normas, recursos disponíveis e relações de poder. Assim, compreender o acolhimento em sua dimensão ético-política pressupõe problematizar tanto as relações estabelecidas entre profissionais e sujeitos quanto as condições sociais e institucionais em que essas relações se produzem.

No Brasil, o debate sobre o acolhimento foi sendo incorporado de diferentes formas às políticas públicas sociais e aos diversos campos profissionais, especialmente na saúde, na assistência social, no Serviço Social, na Psicologia e na educação. Conforme os contextos e os referenciais adotados, o acolhimento aparece relacionado à humanização, à escuta, ao cuidado, ao vínculo, à proteção social, ao acesso a direitos e às relações estabelecidas entre profissionais, serviços e usuários. Essa diversidade demonstra que não existe uma compreensão única e homogênea acerca do acolhimento, tornando necessária a análise dos sentidos, fundamentos e finalidades atribuídos a essa prática.

Ao mesmo tempo, essa multiplicidade de abordagens permite questionar em que medida o acolhimento ultrapassa uma dimensão técnico-operacional e pode ser compreendido como prática atravessada por escolhas éticas e políticas. A maneira como uma instituição recebe uma demanda, escuta um sujeito, reconhece seus saberes e necessidades, estabelece vínculos ou define encaminhamentos expressa determinadas concepções sobre os sujeitos, sobre direitos e sobre a própria finalidade das políticas públicas sociais. Portanto, o acolhimento não se limita ao ato de receber, mas envolve as relações e mediações construídas durante o processo de atendimento e intervenção.

É a partir dessa compreensão que se estabelece a aproximação com o pensamento de Paulo Freire. Sua obra apresenta fundamentos importantes para analisar relações humanas e sociais orientadas pelo diálogo, pela conscientização, pela práxis, pela autonomia, pela humanização, pela ética e pela participação. Embora Freire não apresente o acolhimento como uma categoria específica ou sistematicamente formulada em sua produção teórica, suas categorias possibilitam construir aproximações que contribuem para problematizar as relações estabelecidas entre sujeitos, profissionais e instituições.

A perspectiva freiriana é utilizada nesta pesquisa, portanto, não como um modelo a ser aplicado de forma direta às políticas públicas sociais, mas como referencial teórico que oferece elementos para refletir sobre as possibilidades de construção de práticas menos verticalizadas e mais comprometidas com o reconhecimento dos sujeitos. O diálogo, nessa perspectiva, não se restringe à comunicação ou à troca de informações, mas envolve a possibilidade de reconhecimento do outro como sujeito histórico, portador de saberes, experiências e capacidade de participação na construção da realidade.

Essa aproximação permite questionar quais relações estão sendo construídas nas práticas de acolhimento, quem possui possibilidade de fala e escuta, quais saberes são reconhecidos, de que maneira as necessidades são definidas e em que medida os sujeitos participam das decisões que dizem respeito às suas próprias trajetórias. Essas questões contribuem para deslocar o acolhimento de uma compreensão restrita ao procedimento institucional e inseri-lo no campo das relações éticas, políticas e sociais.

A escolha do tema está relacionada também à trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora no campo das políticas públicas sociais. A formação em Serviço Social e a experiência profissional possibilitaram vivenciar diferentes situações relacionadas ao acolhimento, às demandas dos sujeitos, às condições de funcionamento dos serviços e aos limites enfrentados pelos profissionais na construção de respostas às necessidades apresentadas.

Essa experiência suscitou reflexões sobre o lugar ocupado pelo acolhimento no processo interventivo, especialmente diante de situações nas quais a escuta, a orientação, o reconhecimento das demandas e o acesso aos direitos encontram limites decorrentes das próprias condições institucionais. Ao mesmo tempo, também possibilitou perceber potencialidades presentes nos encontros estabelecidos entre profissionais e sujeitos, especialmente quando construídos a partir do diálogo, do respeito, da participação e do reconhecimento das experiências daqueles que acessam as políticas públicas sociais.

O problema desta pesquisa resulta, assim, das inquietações produzidas tanto pela trajetória acadêmica e profissional quanto pela aproximação com a literatura sobre o tema. A discussão sobre acolhimento evidencia diferentes compreensões e formas de materialização, mas também aponta a necessidade de aprofundar sua dimensão ético-política e sua relação com processos de emancipação humana, especialmente quando considerados os limites e as contradições presentes no cotidiano das políticas públicas sociais.

A partir dessas reflexões, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: **de que modo os fundamentos teóricos do acolhimento ético-político, a partir da obra de Paulo Freire,**

podem orientar práticas emancipatórias no campo das políticas públicas sociais contemporâneas?

Parte-se da hipótese de que o acolhimento, quando sustentado por princípios éticos, políticos e dialógicos, apresenta potencial para subsidiar práticas comprometidas com a autonomia, a participação social e a efetivação de direitos, contrapondo-se a processos de burocratização, verticalização e desumanização presentes nas relações institucionais. Essa hipótese, contudo, não pressupõe que a realização de uma prática denominada acolhimento produza, necessariamente, processos emancipatórios. Considera-se que suas possibilidades e seus limites são constituídos nas relações concretas entre sujeitos, profissionais, instituições e políticas públicas sociais.

Do problema de pesquisa decorre o objetivo geral de **analisar a concepção de acolhimento ético-político à luz da perspectiva Freiriana e na literatura acadêmica, discutindo seus desdobramentos como prática emancipatória no contexto das políticas públicas sociais.**

A partir do objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. compreender a concepção de acolhimento em articulação com os princípios da pedagogia crítica e da emancipação humana;
2. investigar, na literatura acadêmica, as abordagens sobre o acolhimento ético-político como prática transformadora no âmbito das políticas públicas sociais;
3. analisar criticamente as principais contribuições, tensionamentos e limites do acolhimento como prática política à luz da perspectiva freiriana;
4. identificar lacunas e tendências nos estudos que vinculam o acolhimento à promoção da justiça social e à superação das opressões estruturais;
5. discutir como os referenciais teóricos sobre acolhimento podem subsidiar práticas críticas e participativas no Serviço Social e na Psicologia, com vistas à elaboração de um produto técnico.

A relevância acadêmica da pesquisa situa-se na possibilidade de aprofundar o debate sobre acolhimento ético-político por meio da interlocução entre diferentes campos do conhecimento e o pensamento freiriano. As produções analisadas demonstram que o acolhimento vem sendo discutido especialmente em áreas como saúde, assistência social, educação, Serviço Social e Psicologia, sendo frequentemente associado à humanização, ao cuidado, à escuta, à construção de vínculos e ao acesso a direitos.

Essas discussões oferecem contribuições importantes para a compreensão do acolhimento, porém também evidenciam a necessidade de ampliar a análise de suas

dimensões éticas e políticas. Interessa, nesta investigação, problematizar não apenas as potencialidades do acolhimento, mas as relações de poder, as determinações sociais, as mediações institucionais e as contradições que atravessam sua realização. Trata-se, assim, de compreender em quais condições o acolhimento pode contribuir para práticas orientadas pelo reconhecimento, pela participação e pela autonomia e em quais situações pode ser reduzido à administração institucional das demandas.

Do ponto de vista social e profissional, a discussão mostra-se relevante diante das condições enfrentadas por trabalhadores e usuários das políticas públicas sociais. A intensificação das demandas, a precarização das condições de trabalho, os limites institucionais e a fragilização das políticas sociais produzem impactos diretos sobre as possibilidades de desenvolvimento das práticas profissionais. Nesse contexto, refletir sobre o acolhimento ético-político significa problematizar a distância que pode existir entre os princípios anunciados pelas políticas e as condições concretas de sua realização.

A pesquisa pretende, desse modo, contribuir com subsídios teóricos que possibilitem refletir sobre práticas profissionais comprometidas com a escuta, a participação, a autonomia, a defesa de direitos e o reconhecimento dos sujeitos. Não se pretende formular um modelo universal de acolhimento ou estabelecer procedimentos capazes de serem reproduzidos de maneira homogênea nos diferentes espaços profissionais. Ao contrário, parte-se do reconhecimento de que as práticas são históricas, socialmente situadas e atravessadas pelas particularidades dos sujeitos, das instituições e das políticas em que se desenvolvem.

Metodologicamente, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e interpretativa, orientada pelo método materialista histórico-dialético. A escolha desse método está relacionada à necessidade de compreender o acolhimento ético-político como fenômeno histórico e socialmente constituído, considerando as contradições, determinações e mediações que atravessam sua realização.

A perspectiva materialista histórico-dialética possibilita compreender que os fenômenos sociais não podem ser analisados de maneira isolada ou desvinculada das condições que os produzem. Nessa direção, o acolhimento não é tomado apenas como resultado da relação imediata estabelecida entre profissional e usuário, mas como prática situada no interior de instituições, relações sociais e políticas públicas que expressam diferentes interesses, limites e possibilidades.

A investigação articula dois movimentos principais. O primeiro consiste na análise de obras selecionadas de Paulo Freire, utilizadas como corpus primário para a identificação e discussão das categorias que oferecem fundamentos à construção teórico-interpretativa do

acolhimento ético-político. O segundo compreende a análise das produções acadêmicas selecionadas, que constituem o corpus secundário da pesquisa e possibilitam identificar as formas pelas quais o acolhimento vem sendo discutido nas diferentes áreas e políticas públicas sociais.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio de procedimentos sistematizados de busca e seleção das produções científicas em bases de dados e anais de eventos acadêmicos. Para a organização e interpretação do material, utilizou-se a análise de conteúdo temática, por meio da qual foram construídas categorias e subcategorias que orientaram a apresentação e a discussão dos resultados. O percurso metodológico buscou identificar aproximações, recorrências, tensões, contradições, mediações e lacunas presentes no material analisado.

Esta dissertação está vinculada à Linha de Pesquisa “Riscos e Recursos Psicossociais em Contextos de Trabalho: Diagnóstico e Intervenção”, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Caxias do Sul. A pesquisa estabelece interlocução com as discussões acerca das relações socioprofissionais, dos processos de trabalho e das práticas desenvolvidas no contexto das políticas públicas sociais, considerando que as próprias condições de trabalho constituem uma mediação importante para compreender os limites e possibilidades das práticas de acolhimento.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, a dissertação está organizada em cinco capítulos de desenvolvimento.

O Capítulo 2, denominado *Acolhimento: mapeando horizontes teóricos e práticos*, apresenta aproximações conceituais sobre o acolhimento e sua construção no contexto brasileiro. Inicialmente, são discutidos diferentes sentidos e formas de materialização do acolhimento em áreas como saúde, assistência social, Serviço Social, Psicologia e educação. Posteriormente, aprofunda-se sua dimensão ético-política e estabelece-se a interlocução com categorias do pensamento de Paulo Freire, construindo os fundamentos teóricos que orientam a compreensão adotada nesta pesquisa.

O Capítulo 3, *Percurso metodológico da pesquisa*, apresenta a abordagem e o método que orientaram a investigação, as categorias analíticas, os procedimentos de busca e seleção das produções científicas e a organização e análise do corpus documental. Nesse capítulo são explicitadas as escolhas realizadas no decorrer da pesquisa e o percurso metodológico que possibilitou a construção das categorias posteriormente discutidas.

O Capítulo 4, denominado *Caminhos que se revelam: dimensões do acolhimento ético-político*, apresenta e discute parte dos resultados da pesquisa, articulando as produções

acadêmicas selecionadas com o referencial freiriano. A análise busca evidenciar dimensões que contribuem para a compreensão do acolhimento ético-político e de suas possibilidades emancipatórias no âmbito das políticas públicas sociais.

O Capítulo 5, *Travessias do acolhimento ético-político: movimentos e contradições nas políticas públicas sociais*, dá continuidade à discussão dos resultados, direcionando a análise para as mediações e contradições que atravessam as práticas profissionais e institucionais. Busca-se compreender os limites e as possibilidades de materialização do acolhimento ético-político diante das relações de poder e das condições concretas presentes nas políticas públicas sociais.

O Capítulo 6, denominado *Caminhar junto: o acolhimento ético-político como horizonte possível na prática profissional*, apresenta o produto técnico decorrente da pesquisa. Sua elaboração parte das categorias e mediações identificadas no processo de análise e busca oferecer subsídios para a reflexão sobre as práticas profissionais de acolhimento. O produto não se propõe como um modelo prescritivo ou protocolo de intervenção, mas como recurso formativo voltado à problematização, ao diálogo e à construção coletiva de possibilidades no cotidiano profissional.

Por fim, nas Considerações Finais são retomados o problema de pesquisa, a hipótese e os objetivos que orientaram a investigação, buscando sintetizar os principais resultados, as contribuições teóricas, profissionais e sociais do estudo, seus limites e as possibilidades de continuidade da discussão.

Nesse percurso, compreender o acolhimento ético-político significa reconhecer que entre os princípios que orientam uma prática e sua materialização existe um conjunto de mediações históricas, sociais, políticas e institucionais. Assim, mais do que afirmar previamente o acolhimento como emancipatório, esta pesquisa busca compreender as condições nas quais ele pode constituir-se como uma prática comprometida com o diálogo, com a participação, com o reconhecimento dos sujeitos e com a defesa de direitos, sem desconsiderar as contradições e os limites presentes nas políticas públicas sociais.

2 ACOLHIMENTO: MAPEANDO HORIZONTES TEÓRICOS E PRÁTICOS

*“A atenção é a forma mais rara e
mais pura de generosidade.”*

Simone Weil

O acolhimento constitui uma discussão presente em diferentes áreas do conhecimento e assume sentidos diversos conforme os contextos teóricos, institucionais e profissionais nos quais é mobilizado. No âmbito das políticas públicas sociais, sua compreensão ultrapassa o ato de receber ou atender uma demanda, envolvendo dimensões relacionais que atravessam a escuta, o cuidado, a construção de vínculos e o reconhecimento dos sujeitos. Essa diversidade de sentidos evidencia a necessidade de compreendê-lo não como uma prática homogênea, mas como um processo historicamente construído e situado nas relações sociais e institucionais.

Nesse sentido, este capítulo busca mapear diferentes concepções e formas de materialização do acolhimento em campos como a saúde, a assistência social, o Serviço Social, a Psicologia e a educação. O propósito desse percurso não é esgotar as distintas compreensões existentes, mas identificar aproximações, particularidades e tensões que permitam compreender como o acolhimento foi sendo constituído e incorporado às práticas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas sociais.

A partir desse mapeamento, busca-se avançar para a problematização das diferentes formas de acolher, considerando que o acolhimento não se define apenas pelo ato realizado, mas também pelas concepções de sujeito, pelos valores, pelas relações estabelecidas e pelas finalidades que orientam sua realização. Inicialmente, serão discutidas suas dimensões ética e política, cuja articulação fundamenta a compreensão de acolhimento ético-político adotada nesta pesquisa. Posteriormente, serão examinadas categorias do pensamento de Paulo Freire que oferecem elementos teóricos para aprofundar essa construção e refletir sobre suas possibilidades no campo das políticas públicas sociais.

2.1 ACOLHIMENTO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E SUA CONSTRUÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ao pesquisar o conceito “acolhimento” a partir da ideia de “acolher” identifica-se que, esse termo tem suas raízes profundas entrelaçadas nas mais diferentes áreas do conhecimento. Este capítulo busca analisar os fundamentos teóricos e práticos do acolhimento, destacando sua relevância como ferramenta essencial para a efetivação de políticas públicas sociais

comprometidas com a emancipação humana. A partir de uma revisão bibliográfica, exploraremos as raízes do acolhimento em diferentes campos, como saúde, assistência social, psicologia e educação, e como essas práticas se entrelaçam com a visão freiriana de educação como um ato de libertação e transformação social.

Não temos neste trabalho, a utópica pretensão de esgotar essa discussão, mas sim resgatar as principais bases epistemológicas que fundamentam o conceito de acolhimento nessas áreas, que hora se interligam hora se desatam. Começamos pelo dicionário Michellis no qual o significado da palavra acolhimento:

Em sua acepção lexical, o acolhimento é definido como “ato ou efeito de acolher; acolhida, acolho, guarida”, podendo também significar “abrigo pelo qual não se pede pagamento; agasalho, hospitalidade, pousada” e “lugar onde se encontra amparo, proteção; refúgio” (Michaelis, 2015).

O verbo "acolher" sugere a ação de prestar atenção e dar crédito ao que o outro traz, ouvindo-o e considerando sua queixa como digna de atenção. Palavras como amparo, guarida e hospitalidade ilustram que acolher envolve trazer o outro para dentro de si, como se fosse recebê-lo em casa, promovendo uma aproximação entre as pessoas, similar a abordagem religiosa (Matumoto, 1998).

Nacentes (1981), em seu Dicionário de Sinônimos, diferencia "acolhida" e "acolhimento". A "acolhida" refere-se ao ato de acolher, enquanto o "acolhimento" concerne à maneira de acolher. Essa distinção é interessante, "acolhida" como ato/ação, enquanto o "acolhimento" como modo em processo. Nesse sentido, compreender que o ato e modo se complementam e não podem ser separados, é fundamental. O acolhimento envolve o ato da acolhida que acontece durante, no momento e de maneira específica.

O acolhimento, segundo a religião, especificamente na igreja católica, tem origem nas palavras de Jesus, entendido enquanto sinônimo de buscar acolher os excluídos, vencer os obstáculos, despertar a necessidade de mudança de vida, de transformação profunda, a partir dos valores, entender o significado da vida (Gasques, 1996). O autor destaca a importância das minuciosidades, modo de cumprimentar as pessoas, gestos, modo de falar, confiança, amor ao próximo dentre outros. Ainda, reconhece a dimensão do tema afirmando que “[...] o acolhimento deve envolver muitas outras questões que o nosso limite humano não pode alcançar nesse momento” (Gasques, 1996, p.77).

No Brasil, o conceito de acolhimento passou a ganhar força a partir da década de 1980, impulsionado pelos movimentos sociais e pelo processo de redemocratização, após cerca de duas décadas de ditadura militar (1964–1985) (Paim, 2008). Nesse contexto, o

acolhimento começou a influenciar diferentes áreas, como a saúde, a assistência social, a educação e a psicologia, em resposta às transformações políticas e sociais vivenciadas pelo país. A criação de novas políticas públicas sociais e o fortalecimento dos direitos humanos contribuíram para que o acolhimento se consolidasse como um valor fundamental das práticas institucionais, passando a ser discutido tanto em abordagens teóricas quanto em sua aplicação prática.

A década de 1980, marcada pelo processo de redemocratização e pela elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988 — conhecida como Constituição Cidadã —, representou um importante avanço na garantia dos direitos sociais. A nova Constituição estabeleceu como responsabilidade do Estado a promoção da saúde, da educação, da assistência e da proteção social. Nesse processo, movimentos como o movimento sanitário, os sindicatos de trabalhadores e as organizações da sociedade civil desempenharam papel fundamental no questionamento do modelo autoritário e excludente vigente e na luta pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

A ideia de acolhimento emerge a partir da implementação das políticas públicas sociais, especialmente a saúde, a partir da necessidade de criação de espaços não apenas de atendimento, mas de escuta, respeito e cuidado integral das pessoas (Matumoto 1998). O acolhimento não se tratava apenas de receber o usuário, mas de garantir um ambiente que reconhecesse a dignidade e as necessidades emocionais, sociais e políticas das pessoas.

O acolhimento foi incorporado com maior ênfase na área da saúde, a partir do contexto da Reforma Sanitária Brasileira, que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, no qual trouxe a noção de saúde como um direito universal e transformou o acesso à saúde em uma política pública inclusiva, o acolhimento então passa a ser visto como um aspecto central de humanização no atendimento.

O conceito foi consolidado no modelo da Atenção Básica¹, com a criação da Política Nacional de Humanização do SUS em 2003 (Brasil, 2013), que institucionalizou o conceito de acolhimento, estabelecendo que o atendimento nos serviços de saúde deveria ser baseado na escuta qualificada, no respeito à subjetividade e na construção de vínculos de confiança entre os profissionais de saúde e os pacientes. Essa política veio como resposta à crítica de que os sistemas de saúde muitas vezes se baseavam em abordagens fragmentadas e

¹ A Atenção Básica corresponde ao primeiro nível de atenção do SUS, voltado ao cuidado mais próximo da população, envolvendo ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento, tratamento e encaminhamento para outros serviços quando necessário (Brasil, 2003).

desumanizadas, onde os pacientes eram tratados como números ou diagnósticos, e não como sujeitos integrais com histórias e necessidades complexas.

Motta (2014) refere que o conceito de acolhimento na saúde surge como uma estratégia voltada à humanização do atendimento, com o objetivo de transformar as práticas e relações entre as equipes de saúde e os usuários. A principal ideia é fortalecer os vínculos e a responsabilização dos profissionais, propiciando uma escuta ativa e sensível às demandas dos pacientes. Franco et al. (1998) entende que o acolhimento busca, além de melhorar a qualidade da escuta, resgatar e potencializar o conhecimento técnico das equipes, ampliando a capacidade de intervenção.

Matumoto (1998) em seu estudo sobre acolhimento, afirma que esse conceito retoma elementos das abordagens, como a solidariedade, a humanização, o respeito ao próximo, e a construção de vínculos entre os participantes. Abordando o acesso aos serviços com objetivo na acessibilidade e na organização, ressaltando a importância de assumir a responsabilidade pelos problemas de uma população específica e de ter a ousadia de explorar novas direções para alcançar maior flexibilidade.

Bueno e Merhy (1998, p. 3) afirmam:

O acolhimento na saúde, como produto da relação trabalhadores de saúde e usuários, vai além da 'recepção, atenção, consideração, refúgio, abrigo, agasalho, do conceito do Aurélio. Passa pela subjetividade, pela escuta das necessidades do sujeito, passa pelo processo de reconhecimento de responsabilização entre serviços e usuários, e abre o começo da construção do vínculo. Componentes fundamentais para um re-inventar a qualidade da assistência.

Miranda e Miranda (1996) destacam a importância das relações humanas, especialmente nas relações de ajuda, acolher significa abrir as portas da percepção e estar disposto a ajudar o outro, chamando-o pelo nome, cumprimentando-o, destacando sua individualidade e importância, proporcionando cuidado físico e emocional. A humanização é vista como o resgate da dignidade humana no contexto do trabalho em saúde, sendo o trabalho humanizado essencial para o desenvolvimento da essência humana.

Outro ponto sobre o acolhimento refere-se à humanização do atendimento, para Merhy (1994, p. 138), uma das interpretações de acolhimento é "a relação humanizada e acolhedora que os trabalhadores e o serviço, como um todo, devem estabelecer com os diferentes tipos de usuários que eles atendem." Aqui, a humanização refere-se ao resgate do elemento humano da categoria trabalho, pois é por meio do trabalho que o homem busca satisfazer suas necessidades.

Matumoto (1998) entende que o acolhimento se estende desde a recepção à porta de um serviço até a resolução de um problema, está presente em toda a situação de atendimento

dentro daquele sistema. Nessa temática do acolhimento constata-se que, muitas vezes, observamos distanciamento dos profissionais e pacientes, entre as equipes e a comunidade, entre os trabalhadores e os meios de trabalho.

Olhar para o acolhimento significa olhar para este encontro, para a relação que se estabelece, em que circunstância, em que local, qual sua finalidade e resultados, ou seja, olhar para os fatos do cotidiano, buscando identificar os constituintes do acolhimento, como ocorre, como são utilizados os recursos tecnológicos existentes, para que servem as ações executadas pelos trabalhadores de saúde e a quem favorecem. (Matumoto, 1998, p. 9).

Ainda, para a autora, um dos pressupostos é a criação de relações próximas entre as pessoas de maneira humanizada, destacando que na área da saúde, o acolhimento tem sido apresentado como um dispositivo de mudança, visando a autonomia do indivíduo. Ou seja, trata-se de uma ferramenta que pode “instrumentalizar o conjunto de trabalhadores, transformando-os em gestores efetivos do processo de trabalho”, além de possibilitar a análise de “[...] ‘o como’ se trabalha, [...] ‘o quê’ este modo de trabalhar está produzindo [...] e o ‘para quê’ se está trabalhando” (Merhy, 1996, p. 25).

No âmbito da organização e planejamento de serviços de saúde, estudiosos como Mery et al. (1991, 1997) e Campos (1994) analisam o acolhimento como parte integrante do processo de trabalho em saúde, com foco em um projeto de defesa da vida. Esses autores distinguem, de certa forma, o ato do modo, com ênfase neste último, considerando a dinâmica do atendimento e seu potencial criativo como um instrumento de análise e transformação. Nessa perspectiva, o acolhimento, enquanto processo, consiste em um conjunto de atos realizados de maneiras distintas, ressaltando que, nessas práticas, os sujeitos que as executam são moldados e moldam-se historicamente e socialmente no contexto das políticas sociais do país.

Na área da assistência social, o acolhimento é incorporado a partir da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004. Esse sistema trouxe uma abordagem integral para a proteção social, com um olhar atento para as pessoas em situação de vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua, entre outras.

Essa prática de acolhimento é organizada por meio de serviços como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que atuam no nível da proteção social básica, e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), voltados para a proteção social especial, ambos pensados para prevenir situações de risco e promover a autonomia das famílias e indivíduos. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA), promulgado em 1990, consolidou o direito ao acolhimento de crianças e adolescentes em situações de risco.

Portanto, o termo acolhimento também possui uma dimensão jurídica, enquanto uma medida de proteção, firmada no ECA e na Política de Assistência Social. Nesse âmbito, refere-se ao afastamento provisório da criança ou do adolescente de sua família de origem e ao seu encaminhamento para uma instituição ou família acolhedora, com o objetivo de garantir sua proteção até que seja possível a reintegração familiar ou, quando necessário, a inserção em uma família substituta. O acolhimento familiar, como modalidade formal de proteção, começou a se desenvolver no Brasil na década de 1990, buscando evitar a institucionalização prolongada de crianças e adolescentes. Um marco importante para sua implementação foi:

Programa de Atenção Integral à Família (PAIF/portaria no 78, Governo Federal, 2003) que, através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), prevê uma rede de proteção social onde situa o acolhimento familiar como uma modalidade de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Baptista, 2006, p.39).

Embora seja pertinente destacar a dimensão jurídica e protetiva do acolhimento, é necessário ressaltar que essa compreensão se distingue da perspectiva investigativa adotada nesta pesquisa. Reconhecidos como profissionais centrais nesse campo, os assistentes sociais desenvolvem o acolhimento como uma etapa estruturante do processo de intervenção profissional, e não como uma medida isolada.

Cabe a esses profissionais a reorganização dos serviços socioassistenciais, a garantia do acesso a direitos, a construção de vínculos e a identificação de elementos críticos que subsidiem intervenções futuras. Tais ações integram-se a uma prática profissional que transcende o mero atendimento inicial, consolidando-se como base para estratégias de transformação social.

O acolhimento no Serviço Social é compreendido para além de uma técnica, um processo que permeia e se entrelaça com outras práticas, constituindo-se como uma ferramenta essencial na construção de sujeitos que se reconhecem como detentores de direitos. Envolve a capacidade e a habilidade de se conectar com o outro, de se colocar em seu lugar de compreender.

O Acolhimento, muito embora aqui esteja sendo tratado como uma técnica, também é processo, é transversal às demais técnicas, compondo a tecnologia de construção de sujeitos que se reconheçam como portadores de direitos. Se fosse possível separar as diferentes dimensões da formação profissional, o acolhimento seria a face da dimensão ético-política e socioafetiva, na medida em que mobiliza a capacidade genuína de gostar do outro, de colocar-se no lugar do outro sem sair do seu e de entender o sofrimento” (Lewgoy e Silveira, 2007, p.243).

É um importante elemento no campo das ações profissionais, uma vez que é a partir de seu desenvolvimento que ocorre a identificação das necessidades do usuário, para sua realização são necessários o planejamento e a escolha das ações profissionais a serem desenvolvidas.

Além disso, é um momento de aproximação com o usuário, que demanda exigências quanto ao conhecimento profissional, desde a utilização da entrevista até os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos da profissão, a fim de melhor atender as necessidades do usuário, de forma resolutiva e com vistas ao cumprimento do princípio da integralidade. Cabe lembrar que, cada encontro com usuário é único e possui suas particularidades (Lewgoy e Silveira, 2007).

Marilda Iamamoto (2015) analisa criticamente o impacto do neoliberalismo e da financeirização da economia sobre o trabalho do assistente social. Para a autora, a crescente submissão das políticas sociais à lógica do mercado contribui para a intensificação das desigualdades e para a precarização do trabalho profissional. Diante desse contexto, o acolhimento, enquanto uma prática interligada ao processo de intervenção do assistente social, precisa ser compreendido para além de uma ação técnica e burocrática.

Segundo Iamamoto (2015, p. 69), "o assistente social deve atuar na contramão da lógica mercantil, reafirmando o compromisso com a emancipação da classe trabalhadora e com a defesa dos direitos sociais como expressão de justiça social". Essa reflexão é fundamental para entender o acolhimento como uma prática que além de receber o sujeito, mas que busque promover sua autonomia e dignidade.

Uma das principais referências e essencial ao tratar do acolhimento é Freire (1996), especialmente na perspectiva da educação emancipadora. O autor entende a escola como um espaço de acolhimento e diálogo, na qual os educadores são facilitadores da autonomia e da emancipação dos estudantes. A relação educador-educando, mediada pelo respeito e diálogo, pode ser compreendida como uma dimensão do acolhimento.

A discussão do acolhimento na Educação foi sendo incorporado gradualmente, ainda que inicialmente estivesse ligado à palavra “adaptação ²”, aos poucos se separou dela, instituindo-se como um conceito que baliza várias práticas. Há uma influência do modelo italiano de pré-escola no contexto brasileiro, elaborado pela experiência de Reggio Emília. Esse modelo preconiza uma filosofia educacional, uma pedagogia e uma organização

² Segundo o dicionário Michaelis, adaptar significa ajustar ou acomodar algo a outra condição, tornando-o adequado, conveniente ou apto a determinada finalidade (Michaelis, 2025).

comunitária e social singulares. Progressivamente, a ideia de adaptação foi sendo substituída pela de acolhimento Motta (2015).

A inserção na instituição escolar é um tema de especial interesse na perspectiva italiana, o inserimento "é a estratégia de iniciar uma série de relações e comunicações entre adultos e crianças" (Bove, 2002, p. 135). O inserimento pode ser entendido como o processo de acolhimento da criança e de sua família na instituição educativa, sem estar restrito a um período específico. Ele tem início com a participação dos pais no ambiente escolar, com o objetivo de oferecer segurança à criança e possibilitar que os professores desenvolvam vínculos com ela (Motta, 2015). A base teórica dessas práticas é baseada na pedagogia das relações, entendida como:

[...] uma intervenção educativa que age sobre o sistema de trocas sociais, utilizando-o como instrumento de crescimento [...]. Através das relações que progressivamente se entrelaçam entre a criança sozinha e os adultos – entre crianças no grupo de jogo –, cria-se um conjunto de significados compartilhados, uma espécie de história social (Bondoli; Mantovani, 1998, p. 29).

Nesse modelo pedagógico, as crianças são reconhecidas enquanto protagonistas e capazes, que constroem seus conhecimentos através das interações e relações que estabelecem. O conflito é entendido como uma etapa natural do processo, enquanto a escuta é fundamental para reconhecer e valorizar o outro. A proximidade dos conceitos de “inserimento” e “acolhimento” parece evidente, na medida em que ambos nos remetem a um processo, e não a um período, e pressupõem uma relação de natureza dialógica com as crianças e suas famílias.

Pode-se considerar que, junto com outras conquistas das crianças – serem reconhecidas como cidadãs, sujeitos de direito, atores sociais, consumidoras, sujeitos culturais –, elas tornaram-se também detentoras do direito a uma “pedagogia dos pequenos” (Guimarães; Leite, 1999), desvinculadas das fortes marcas da psicologia do desenvolvimento e das culturas escolares e orientada, cada vez mais, pela valorização de suas especificidades.

A construção discursiva que estabelece uma certa realidade parece se tornar cada vez mais sólida. Contudo, em um contexto como o brasileiro caracterizado por sua especificidade histórica, sua realização ocorre de forma lenta. As significativas desigualdades na distribuição de renda e poder, que originaram esferas distintas de atendimento, continuam a se manifestar de maneira intensa (Tomasiello et al., 2023).

Compreende-se, em Motta (2015), que a especificidade da Educação deve manifestar-se por meio de uma prática pedagógica capaz de reconhecer os indivíduos em suas múltiplas dimensões, entendendo-os como sujeitos biopsicossociais. Assim, os estudantes precisam ser

vistos, nas instituições que os atendem, de forma integral — considerando seus aspectos físicos, emocionais, relacionais, bem como os contextos social, étnico e de gênero, entre outros. Essa especificidade implica, portanto, a indissociabilidade entre as dimensões do cuidado e da educação.

O acolhimento, enquanto conceito e prática, é central para as relações humanas em diversos campos, como a saúde e a educação. No contexto educacional, em especial, ele transcende o ato de "receber" os educandos ou indivíduos, assumindo um papel fundamental na criação de um ambiente propício para o desenvolvimento integral e o bem-estar. A linguagem utilizada para descrever e estruturar as práticas de acolhimento revela muito sobre as ideologias em jogo e as concepções de sujeito que essas práticas pretendem produzir.

A linguagem, como elemento central na construção e interpretação da realidade social, desempenha um papel fundamental na compreensão dos sujeitos e de suas relações. Nesse sentido, a escolha de determinadas palavras e expressões para descrever e significar as práticas sociais, como o acolhimento, revela as diferentes perspectivas ideológicas em jogo e os projetos de sociedade que elas representam. Neste sentido, Bakhtin (2002) afirma que as palavras não são ingênuas, nem isentas de conotações ideológicas, portanto, “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (Bakhtin, 2002, p. 46).

Para pensar o acolhimento a partir dessa perspectiva, faz-se necessário levantar essas questões, o que não implica discordar da ideia de que acolher é um termo mais adequado do que “adaptar” ao optar por essa terminologia, as práticas e ações podem se transformar (Motta, 2014). No entanto, não deve haver ingenuidade ao acreditar que os discursos não moldam a realidade, como Bakhtin (2002) destaca, não é a experiência que organiza a expressão, mas sim a expressão que precede e dá forma e sentido à experiência. O discurso carrega sempre significados e direções dinâmicas, e as palavras possuem valores e forças ideológicas. Essa é a perspectiva histórica da linguagem.

O enunciado sempre cria algo que, antes dele, não existia, algo novo e irreproduzível, algo que está relacionado com um valor (...). Entretanto, qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa dada (...). O dado se transfigura no criado (Bakhtin, 2000, p. 348).

Ao estudar o acolhimento, devemos refletir e nos questionar sobre *por que acolher*, *para que acolher* e *como acolher*. O *porquê* refere-se ao motivo, à razão do acolhimento, relacionada à concepção de ser humano que orienta o trabalho, a instituição e a perspectiva adotada individualmente pelo trabalhador que executa a ação. O *para que acolher* refere-se ao objetivo do trabalho, seja como um dispositivo de mudança em busca da autonomia do

indivíduo e de uma vida mais saudável, ou simplesmente para a manutenção da ordem existente. O *como acolher* trata da forma de realizar o acolhimento, seja de maneira mais técnica, mais humana, mais solidária, ou de outras diversas possibilidades criadas nas interações cotidianas entre as pessoas.

Matumoto (1998) compreende que as respostas às questões no campo da saúde não são imutáveis, mas variam de acordo com as pessoas envolvidas e são desenvolvidas durante o próprio processo de trabalho. Nesse processo, há uma interação entre a parte objetiva (como recursos e protocolos) e a parte subjetiva (como experiências e percepções dos profissionais). As respostas surgem a partir desse contexto específico, considerando tanto os recursos disponíveis no local quanto às habilidades e conhecimentos dos profissionais, mas que apontará para a forma e características desse acolhimento em construção que se delineou a partir de um modelo assistencial. “[...] o acolhimento pode apresentar-se de formas diferentes, segundo as práticas de cada modelo assistencial” (Matumoto, 1998. p. 22).

O acolhimento, como prática dinâmica e contextualizada, assume diferentes formas e características conforme o modelo assistencial em que está inserido, adaptando-se aos recursos disponíveis e às competências dos profissionais envolvidos (Matumoto, 1998). No entanto, independentemente das variações em sua aplicação, o acolhimento transcende a mera recepção ou abrigo, constituindo-se como um processo relacional que envolve escuta ativa, reconhecimento das necessidades subjetivas do usuário e a construção de vínculos de responsabilização entre serviços e indivíduos (Bueno & Merhy, 1998).

Essa dualidade entre a diversidade de práticas e a essência humanizadora do acolhimento revela seu papel central na reinvenção da qualidade da assistência em saúde, integrando aspectos técnicos, éticos e afetivos. O acolhimento será o fruto das relações que se formarão durante este processo de atendimento. Matumoto (1998) sugere que, independentemente da definição de acolhimento, é fundamental delimitar quem são as pessoas envolvidas, em que situação se encontram, qual é o problema, como ele se manifesta e como é tratado, qual é o projeto político defendido, os caminhos possíveis de intervenção e observar as práticas, sua finalidade e organização.

Essa diversidade de práticas e sentidos atribuídos ao acolhimento evidencia que sua realização não se restringe aos aspectos técnicos do atendimento, mas envolve também dimensões relacionais, éticas e políticas. O acolhimento constitui-se nas relações estabelecidas ao longo do processo de atendimento e assume características distintas conforme os sujeitos envolvidos, as condições institucionais e as finalidades que orientam a intervenção. Nesse sentido, Matumoto (1998) destaca que, independentemente da definição

adotada, é fundamental considerar quem são as pessoas envolvidas, em que situação se encontram, quais problemas se apresentam, de que modo são compreendidos e enfrentados, qual projeto político orienta a prática e quais caminhos de intervenção são construídos.

Esses elementos permitem compreender que o acolhimento não se configura como uma prática neutra ou meramente procedimental. As formas de acolher expressam concepções de sujeito, valores, escolhas profissionais e determinadas direções sociais e políticas. Desse modo, compreender o acolhimento exige avançar para além de suas definições e formas de operacionalização, problematizando os fundamentos éticos e políticos que orientam sua realização. É nessa direção que a seção seguinte se dedica à análise das dimensões ética e política do acolhimento, buscando compreender, a partir do diálogo com o pensamento de Paulo Freire, como sua articulação pode contribuir para a construção da noção de acolhimento ético-político adotada nesta pesquisa.

2.2 A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO ACOLHIMENTO

No “Dicionário Paulo Freire”, é destacado a sua vida política e intelectual que é marcada por um compromisso constante com a busca pela dignidade da pessoa humana, mesmo o autor não tendo tratado o tema, acolhimento, de forma sistemática, suas obras refletem constantemente uma visão humanista. Esse humanismo “se manifesta com clareza na sua ética da libertação e da solidariedade que assume o compromisso de lutar pela dignidade do oprimido, do excluído e pela justiça global” (Streck, Redin; Zitkoski, 2019, p. 205).

A ética de Freire possui um caráter universal, a medida que vê o “homem como um ser de relações no mundo e com o mundo, considerando-o um ser histórico, temporal, capaz de interagir com as pessoas e com a sociedade” (Batista, 2011, p. 227). A percepção da ética universal se opõe à exploração do trabalho no capitalismo, e, por isso, o compromisso de Freire com a libertação e a solidariedade se concretiza nas lutas de classe.

Na perspectiva de Paulo Freire, a educação é um compromisso ético em que educadores e educandos se empenham em refletir e desenvolver um conhecimento crítico sobre a sua realidade. Esse processo é apoiado por meio da construção dialógica que estimula a conscientização dos sujeitos, antes subjugados, para que se engajem em ações políticas de libertação e humanização.

A práxis educativa pretende lutar contra as ideias e ações que defendem a inevitabilidade do capitalismo, se opondo ao pensamento conservador que afirma que a história terminou, tentando justificar a aceitação da ordem social existente (Freire, 2015).

Importa salientar que a prática educativa freiriana se baseia em uma ética voltada para o desenvolvimento social, a defesa da democracia e a promoção da liberdade humana. Freire (2015) compreende a educação como parte de um projeto de transformação social, sem ceder às orientações dominantes, seja de organizações civis ou políticas governamentais.

A ética de Paulo Freire se fundamenta, portanto, em uma práxis educativa que denuncia e busca superar a ideia de que o conhecimento é neutro, discurso esse que é utilizado como estratégia por grupos dominantes para moldar a formação dos trabalhadores. Freire reputa a meritocracia como uma expressão ideológica dos interesses de grupos empresariais e tecnocratas do governo, que buscam adaptar a classe trabalhadora às demandas do capitalismo, principalmente em tempos de reestruturação produtiva. Ele enfatiza que, do ponto de vista ético, a educação deve estar voltada para os interesses e perspectivas históricas da classe trabalhadora (Freire, 2015).

Paulo Freire sustenta que uma abordagem crítica do conhecimento exige do educador uma postura questionadora: é necessário indagar para quem e contra o que se direciona a formação educacional, especialmente quando esta ignora o contexto social, político e cultural que estrutura a produção científica, o mundo do trabalho e as relações de vida (Antunes, 2008). Consciente das condições de produção científico-tecnológica no cenário da reestruturação produtiva, Freire defende um compromisso ético pedagógico ancorado em um conhecimento que reconheça a natureza humana em sua dimensão histórica e social. A ética freiriana orienta o educador a fazer escolhas conscientes sobre o conhecimento, revelando que:

A possibilidade que temos, criada na História, de discernir, de comparar, de escolher, de programar, de atuar, de avaliar, de nos comprometer, de nos arriscar, de amar, de ter raiva, nos faz seres da decisão, portanto, seres éticos. Por isso mesmo é que lutar contra a exploração, contra a discriminação, contra a negação de nós mesmos é um imperativo ético. Discriminados porque negros, discriminados porque mulheres, discriminados porque homossexuais, ou trabalhadores ou brasileiros ou árabes ou judeus, não importa porque discriminados, temos o dever de protestar e de lutar contra a discriminação. A discriminação nos ofende enquanto fere a substantividade de nosso *ser* (Freire, 2015, p. 79).

A ética envolve, portanto, o educador em escolhas que promovem a produção de um conhecimento ancorado na historicidade do ser humano. Ou seja, entender o papel do conhecimento dentro da totalidade social, que é determinada pelas estruturas do capitalismo (Mészáros, 2008). Ao debater conhecimento, a ética freiriana não apenas identifica as forças que buscam manter o sistema capitalista, mas também invita os educadores a combater o desafio de promover a unidade dentro da diversidade das condições de vida e das experiências subjetivas, que surgem das relações de exploração, dominação e opressão.

Freire (2015) refere que a tarefa ética do educador, ao conectar o conhecimento com os contextos históricos e sociais do ser humano, é promover a diferença como algo que pode ser conciliado, em vez de reforçar o antagonismo da desigualdade. Em outras palavras, a luta contra o racismo, o machismo, a homofobia e a xenofobia deve ser entendida como um processo de compartilhamento emancipatório das reivindicações de grupos subalternizados, como negros, mulheres, pessoas LGBTQIAPN +³ e refugiados.

No entanto, essa luta compartilhada pela superação da dominação, pelo reconhecimento sociocultural e pelo respeito às diferenças com base na solidariedade entre as condições objetivas e as experiências subjetivas da vida acontece dentro dos fundamentos da sociedade capitalista. A citação a seguir destaca que esses fundamentos se refletem na importância das condições de classe para o enfrentamento eficaz das lutas específicas dentro do contexto da sociedade capitalista:

Se estou certo, por um lado, de que o único preconceito que pode ser completamente explicado pela análise de classes é mesmo o classista por outro lado, estou igualmente certo de que o fator classe se acha escondido quer na discriminação racial, quer na sexual. É bem verdade, repitamos, que não podemos reduzir todos os preconceitos à explicação classista, mas não podemos prescindir dela na compreensão dos diferentes tipos de discriminação. É preciso também que percebamos esta obviedade: não é possível confrontar e vencer o poder que nos oprime se não superamos nossas diferenças acidentais e não nos unimos num bloco homogêneo, decidido e capaz. Quando qualquer chamada minoria se recusa peremptoriamente a juntar suas forças às de outra minoria revela uma certeza preconceituosa: a da impossibilidade natural que a outra tem de ser justa e decente (Freire, 2015, p. 78).

O autor atribuiu à ética um papel fundamental para a construção de processos de transformação social. A ética, para ele, é um movimento contínuo, que permite avaliar as condições objetivas e subjetivas das ações humanas, realizar escolhas que superem visões fatalistas e reunir um conjunto coeso de valores, juízos e normas que potencializem a natureza histórico-social do ser humano (Rodrigues, 2024). A ideia de unidade na diversidade se refere ao desafio educativo de capacitar os indivíduos a avaliarem a realidade, fazer escolhas conscientes e, principalmente, constituir um sistema ético que se torne uma referência para a transformação social (Rodrigues, 2024).

³ **LGBTQIAPN+** é uma sigla utilizada para representar diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. **L** refere-se às lésbicas, mulheres que sentem atração por outras mulheres; **G**, aos gays, homens que sentem atração por outros homens; **B**, às pessoas bissexuais, que podem sentir atração por mais de um gênero; **T**, às pessoas travestis e transexuais, cuja identidade de gênero não corresponde ao gênero atribuído no nascimento; **Q**, a *queer*, termo utilizado para identidades que não se enquadram nos padrões heterocisnormativos; **I**, às pessoas intersexuais, que apresentam características sexuais que não se enquadram exclusivamente nas definições típicas de masculino ou feminino; **A**, às pessoas assexuais, caracterizadas pela ausência total, parcial ou condicional de atração sexual; **P**, às pessoas pansexuais, cuja atração não se restringe ao gênero; e **N**, às pessoas não binárias, cujas identidades de gênero não se limitam às categorias tradicionais de homem ou mulher. O símbolo + contempla outras identidades e orientações não explicitadas na sigla (Redação Nós, 2025).

Nesse sentido, Freire (2015) destaca que a educação adquire um caráter ético ao buscar a unidade na luta contra a dominação, o não reconhecimento e o desrespeito gerados pelas desigualdades socioculturais. Ainda, compreende que as lutas são múltiplas, refletindo a complexidade da realidade capitalista. No entanto, sem uma base ética, o sentido educativo dessas lutas tende a se dispersar, dificultando a identificação de aliados e a luta eficaz contra os adversários. Embora defenda a preservação da diversidade das lutas e o reconhecimento da riqueza que essa diversidade pode agregar aos aliados, a ética freiriana se alinha às ideias de Vázquez (1978), ao conferir à classe trabalhadora a capacidade de unidade em seu movimento de transformação social.

Essa aproximação entre ética e uma perspectiva classista de transformação social implica uma educação teórica e prática consciente, que surge como uma possibilidade no contexto de desumanização, intensificada pelas relações sociais fatalistas, sustentadas pela ideia de neutralidade do conhecimento. Esse fenômeno cria uma "cortina de fumaça" que oculta as condições destrutivas do atual estágio do capitalismo (Rodrigues, 2015).

A dimensão ética da práxis educativa, segundo Paulo Freire, reconhece a importância da história como um ponto central no processo de humanização e transformação. Sendo assim, valoriza-se um tipo de conhecimento que não seja neutro, que não aceite visões distorcidas da realidade nem estereótipos sobre homens e mulheres, grupos étnicos e a relação entre o passado e o presente.

Na obra *Pedagogia da Autonomia* (1996): saberes necessários à prática educativa, Freire critica a ideia de neutralidade científica, que ele vê como uma ferramenta de dominação e opressão. Em vez disso, ele defende a criação do conhecimento baseada no reconhecimento mútuo das dificuldades que levam à desumanização. "A neutralidade não existe. A concepção de que o conhecimento é neutro e não tem compromisso com a transformação da realidade é uma falácia que, na prática, serve aos interesses das classes dominantes" (Freire, 1996, p. 65).

Freire (1996) ilustra sua postura crítica ao mostrar que a educação e a produção de conhecimento não podem ser dissociadas de uma posição ética e política comprometida com a transformação social, também sugere uma relação de reconhecimento entre professores e alunos, vinculando o conhecimento e a ciência a uma ética genuína e universal comprometida com o ser humano. A práxis educativa, portanto, deve ser orientada por um compromisso ético dos educadores em promover uma reflexão que leva à ação, criando o que ele chama de "ser mais."

O conceito de "ser mais" em Paulo Freire indica a construção de uma consciência crítica e respeitosa, que amplia as possibilidades e alternativas de escolha dos indivíduos. Para ele, a ética na prática educativa, tem por intuito o desenvolvimento moral e intelectual dos indivíduos. Possibilitando que se tornem capazes de controlar suas próprias vidas, tomar decisões livres e responsáveis, articular suas necessidades pessoais com os interesses coletivos, e valorizar suas convicções internas sem se submeter automaticamente a pressões externas, sejam econômicas, políticas ou legais.

Freire critica a ideia do conhecimento "neutro", considerando como uma ferramenta para manter a ordem vigente. Rejeita o comportamento de educadores que, mesmo sob um discurso progressista, promovem uma prática educativa rígida desvinculada das necessidades dos educandos para o desenvolvimento do "ser mais." Na "Pedagogia da autonomia," Freire compreende os avanços, retrocessos e contradições que os educadores e educandos enfrentam, mas ressalta que o relativismo dos valores e normas de conduta não pode justificar uma postura ética relativista.

Freire busca incentivar os educadores a desenvolverem uma prática educativa que supere o relativismo, promovendo uma visão crítica da realidade, ampliando o conhecimento e respeitando as visões de mundo, opções políticas e tradições socioculturais dos educandos. A ética, na práxis educativa freiriana interliga-se com o sentido universal e completo do "ser mais", orientado para a liberdade. Para Freire, é fundamental discutir o papel da luta como parte de uma ética que visa a liberdade e à emancipação humana, permitindo que os indivíduos façam escolhas conscientes e criem condições reais para realizá-las (Rodrigues, 2024).

Segundo Vázquez (1978), a ética é compreendida como a teoria ou ciência que estuda o comportamento moral dos seres humanos em sociedade. Para evitar equívocos entre os termos ética e moral, o autor apresenta a seguinte definição estruturada:

A ética não cria a moral. Conquanto que seja certo que toda moral supõe determinados princípios, normas ou regras de comportamento, não é a ética que os estabelece numa determinada comunidade. A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas de morais (Vázquez, 1978, p. 12).

Vázquez (1978) referia que não existe uma moral científica em si, mas afirmava que a moral pode ser compatível com o conhecimento científico sobre o ser humano, a sociedade e

o comportamento humano. A ética, nesse sentido, serviria como uma base para sustentar a moral sem ser normativa ou prescritiva em si mesma.

A práxis educativa em Paulo Freire retrata o esforço de entender a ética como uma experiência histórico-social, que reúne símbolos, normas e julgamentos que estruturam um sistema moral. Apesar de Freire diferenciar a relatividade e o caráter temporário dos sistemas morais, ele defende uma ética que considera os processos históricos, as relações sociopolíticas e os projetos de sociedade, que poderiam alçar o sistema moral, especialmente no contexto brasileiro.

As ideias teóricas e políticas de Freire partem da premissa de que a classe trabalhadora, diante dos processos, relações e projetos do capitalismo, possui o potencial de transformar a sociedade. Embora Freire evitasse tornar absoluto julgamentos, normas e códigos morais, ele também acreditava que a neutralidade resulta em conformismo diante das desigualdades e injustiças. Assim, Freire articulou a ética em torno da construção de um "novo homem" para uma nova sociedade. Esse "novo homem" deveria superar os processos, relações e projetos da ordem existente e, ao mesmo tempo, construir as bases morais da sociedade futura.

Na obra “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire determina os princípios que fundamentam a ética em uma prática educativa direcionada para a restauração e transformação do ser humano. A liberdade, nesse sentido, é um princípio fundamental nas ideias e propostas de Freire, contribuindo para as potencialidades de mudança e renovação. O destaque em uma "educação problematizadora" reforça essa visão, pois se trata de uma educação que incentiva a reflexão crítica e ativa do indivíduo sobre sua realidade, promovendo uma consciência libertadora e transformadora.

Para a prática “bancária”, o fundamental é, no máximo, amenizar esta situação [de imobilismo], mantendo, porém, as consciências imersas nela. Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação (Freire, 1987, p. 49).

Em 1987, Paulo Freire abordou sobre os mecanismos de privação de liberdade que permeiam os processos, condições e projetos sociais, os quais produzem relações de submissão, estranhamento e alienação intrínsecas de uma sociedade de classes. Ele observou que esses mecanismos promovem uma forma de educação que normaliza sentimentos, pensamentos e ações alinhados à exploração, dominação e opressão, no contexto brasileiro.

Freire assegurava que a educação que favorece essa normalização reforça a exploração e a opressão, reivindicando um compromisso ético com a superação desses mecanismos que

limitam as pessoas e suas potencialidades para o "ser mais." Essa trajetória para a humanização envolve a superação desses bloqueios e abrange a luta contra o modelo de educação "bancária" , uma educação que pacifica e sustenta a opressão, em vez de desafiar.

A resistência à educação bancária engloba a rejeição ao ajustamento das pessoas à sociabilidade capitalista, que é orientada sobretudo para o mercado de trabalho e alicerçada na produtividade, competição e desigualdade. Para Freire, a luta pela liberdade na educação ultrapassa visões idealistas cuja educação por si só transformaria a sociedade. Ao invés disso, assegura que a prática educativa ao promover reflexão e ação, intervenha ativamente na realidade.

Freire situa a educação no contexto das forças e projetos em disputa, propondo uma educação que supere concepções idealistas e pragmatistas, questionando a exploração, dominação e opressão. Essa "educação problematizadora" se constrói por meio de dois movimentos éticos: (1) a denúncia de práticas desrespeitosas, preconceitos e valores que bloqueiam a liberdade e (2) o anúncio de que, ao reconhecer esses mecanismos, é possível construir alternativas de libertação.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 1987, p. 27).

A libertação é um processo contínuo, que reflete um elevado nível de conscientização das pessoas. Entretanto, essa conscientização parte de um processo, de um contexto e de um projeto de sociedade no qual a educação crítica e reflexiva, como a assegurada na pedagogia crítica, busca a liberdade ao confrontar a relação entre opressor e oprimido (Allman, 1999). Ou seja, na frase: “A relação dialética entre oprimido e opressor é o que constitui as suas posições e os coloca em contradição. Libertação, portanto, consiste em superar a relação de opressão, a fim de eliminar esta contradição” (Fernandes, 2016, p. 483).

Fernandes (2016) afirma que o processo de conscientização versa em distinguir como a opressão interfere na visão de mundo do oprimido, procurando ultrapassar perspectivas fatalistas e colonialistas. Além disso, a capacidade de agir é essencial para a práxis e para o processo de libertação e humanização, desempenhando um papel dialético, dado que é controlada pela estrutura de opressão na relação entre oprimidos e opressores.

Nesse sentido, o processo de conscientização não se limita à compreensão crítica das condições de opressão. Para Freire, a tomada de consciência deve estar associada à capacidade de intervenção na realidade, pois a reflexão desvinculada da ação não promove

transformações concretas. É nesse contexto que emerge o conceito de agência, entendido como a possibilidade de os sujeitos atuarem de forma crítica sobre as condições que moldam suas vidas, participando ativamente dos processos de mudança social.

A agência corresponde à capacidade e ao impulso dos sujeitos para agirem sobre suas condições de vida e experiências, combatendo diversos níveis e tipos de opressão. Em vez de desvincular as pessoas de sua realidade e história, a educação crítica, promovida pela pedagogia problematizadora, reconhece a complexidade das relações sociais e a dialética, cultivando uma consciência crítica. Isso contrasta com uma visão rígida e desumanizadora, que enxerga as pessoas de forma fixa, como apenas oprimidos ou opressores (Fernandes, 2016, p. 484).

A conscientização é vista como um processo contínuo e progressivo, de crescimento intelectual e moral, focado na valorização da liberdade e no exercício pleno dessa liberdade frente à realidade. Freire (1987) sustenta que a capacidade e o desejo de agir com consciência e organização, permitem aos oprimidos perceberem que as estruturas de opressão moldam suas visões de mundo, valores ético-políticos e tradições culturais. Em suma, essas estruturas de exploração e dominação se expandem de maneira a educar o oprimido para reproduzir a opressão.

Vencer todas as formas de desumanização incluindo aquelas que ensinam o oprimido a oprimir requer uma prática educativa verdadeiramente humanizadora, baseada na solidariedade e que ultrapasse a visão da opressão como um simples conflito binário. Em vez disso, promove uma compreensão mais profunda das relações entre oprimido e opressor (Fernandes, 2016, p. 483). A expansão gradual da elevação intelectual e moral indica que:

Os oprimidos, ao buscar recuperar a sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos seus opressores (Freire, 1987, p. 20).

Na luta pela liberdade, desagrega-se o poder do opressor ao mesmo tempo em que se permite ao oprimido superar seu próprio posicionamento nas relações de opressão. Isso porque o oprimido se constitui como agente de humanismo universal (Fernandes, 2016), superando uma consciência incoerente e desumanizada provocada pelo fatalismo, pela alienação, pela força por um processo de conscientização que recupera o inacabamento do ser humano. Segundo Fernandes (2016), esse aspecto insere a pedagogia crítica freiriana em um projeto humanista revolucionário de emancipação. Cabe, então, aprofundar a ética da relação

entre educador e educando da práxis educativa freiriana na perspectiva da emancipação humana.

O acolhimento, conforme propõe Freire, é um ato de escuta sensível e respeitosa, capaz de promover o reconhecimento do outro na sua totalidade. Este processo de acolher, que visa à emancipação e à redução das desigualdades, tem uma relação intrínseca com as transformações sociais desejadas na perspectiva freiriana. O ato de acolher e dialogar é, portanto, um meio de lutar contra a exclusão, ressignificando o lugar do sujeito na sociedade e promovendo sua autonomia.

Contudo, é importante considerar que essa ação de acolher se dá dentro de um contexto mais amplo, permeado pelas estruturas do capitalismo, que, como Iamamoto (2015) analisa, tem como característica fundamental a alienação dos sujeitos. O capitalismo, ao impô-los à lógica da mercadoria, submete os indivíduos a uma realidade onde suas relações sociais são mediadas pela lógica de mercado, o que afasta as pessoas de sua verdadeira essência enquanto seres humanos, capazes de criar, de se relacionar e de transformar sua realidade. No cenário do capital fetiche, como a autora denomina, as relações de poder são veladas, e as desigualdades sociais se acentuam, tornando ainda mais difícil a transformação das condições de vida daqueles que estão à margem.

Freire (1987), ao abordar a questão da emancipação, propõe que o conhecimento e o diálogo são ferramentas para a libertação do indivíduo, não apenas da opressão social, mas também da alienação imposta pelo sistema econômico. Nesse sentido, o acolhimento escolar, enquanto um espaço de escuta e compreensão, pode ser visto como uma estratégia de resistência ao capital, um lugar onde as subjetividades podem ser reconfiguradas e onde é possível, ainda que parcialmente, escapar das garras da alienação.

Além disso, em consonância com a crítica de Iamamoto (2015), o campo das políticas públicas sociais constitui-se como espaço atravessado por disputas e contradições próprias da sociedade capitalista, nas quais também se inscreve o trabalho profissional. Nesse contexto, a efetivação de direitos e o desenvolvimento de práticas de acolhimento não podem ser compreendidos de forma dissociada das condições sociais, econômicas e institucionais que produzem e reproduzem desigualdades. Desse modo, uma prática profissional comprometida com o acolhimento precisa reconhecer tanto as demandas apresentadas pelos sujeitos quanto as determinações mais amplas que atravessam suas condições de vida e seu acesso aos direitos.

A partir das discussões desenvolvidas até aqui, compreendemos, nesta pesquisa, o acolhimento ético-político como uma prática relacional orientada pelo reconhecimento do

outro como sujeito histórico e de direitos, sustentada por valores éticos e por escolhas políticas que conferem direção à ação profissional. Nessa perspectiva, acolher não se restringe ao atendimento de uma demanda imediata, mas implica escuta, reconhecimento, posicionamento e compromisso diante das condições concretas vivenciadas pelos sujeitos. Sua dimensão ética se expressa no respeito à dignidade, à autonomia e à alteridade, enquanto sua dimensão política se manifesta nas escolhas e posicionamentos que orientam a prática profissional diante das relações de poder, das desigualdades e das possibilidades de efetivação de direitos.

A articulação entre essas duas dimensões permite compreender o acolhimento ético-político não como uma técnica isolada ou um procedimento institucional, mas como uma orientação da práxis profissional que envolve determinadas concepções de sujeito, sociedade e transformação social. Essa compreensão encontra importantes fundamentos no pensamento de Paulo Freire. Nesse sentido, torna-se necessário aprofundar algumas categorias de sua obra que contribuem para sustentar teoricamente essa perspectiva. Na seção seguinte, serão discutidas a dialogicidade, a democracia, a eticidade, a politicidade e o comprometimento, buscando compreender de que modo essas categorias oferecem elementos para pensar o acolhimento ético-político no âmbito das políticas públicas sociais.

2.3 O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO À LUZ DAS CATEGORIAS FREIRIANAS

A teoria de Paulo Freire ultrapassa o campo da educação e oferece fundamentos que podem contribuir para a reflexão sobre as práticas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas sociais. Seu pensamento está ancorado em uma perspectiva problematizadora e libertadora da educação, contrapondo-se à concepção bancária, marcada pela passividade dos sujeitos e pela reprodução de relações de dominação. Nessa perspectiva, categorias freirianas como dialogicidade, democracia, eticidade, politicidade e comprometimento oferecem importantes fundamentos para a compreensão do acolhimento ético-político nas políticas públicas sociais, contribuindo para a construção de práticas orientadas pela humanização, pela participação dos sujeitos e pela emancipação humana.

Com base na educação dialógica proposta por Freire (1987), é possível articular a discussão sobre o acolhimento ético-político, uma vez que o autor defende que a educação deve ser um processo dialógico, fundamentado na troca de saberes entre todos os envolvidos. A educação bancária, criticada por Freire, trata os estudantes como recipientes vazios a serem preenchidos com informações do professor detentor de todos os saberes, sem levar em

consideração os estudantes, suas realidades seus saberes e experiências. Essa perspectiva é vazia no acolhimento ético-político, pois impede que os sujeitos compreendam sua própria realidade e se tornem agentes de transformação.

No acolhimento ético-político, portanto, também dialógico, o sujeito não é apenas um destinatário da assistência, mas um participante ativo na formulação e implementação de soluções para suas dificuldades. Nesse sentido, o acolhimento ético-político entendido a partir das categorias freirianas pode se tornar uma prática que possibilite a transformação. Coimbra (2021) destaca que cinco categorias fundamentais da filosofia freiriana sustentam uma práxis educativa libertadora: politicidade, comprometimento, eticidade, democracia e dialogicidade. Essas categorias podem oferecer fundamentos para orientar práticas de acolhimento ético-político no âmbito das políticas públicas sociais, considerando os usuários em sua integralidade e reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

A **politicidade**, a educação não é neutra, devendo assumir uma postura política voltada para a emancipação dos sujeitos. No contexto das políticas públicas, reconhecer a politicidade do acolhimento significa compreender que este não se limita a prover serviços, mas a transformar realidades sociais (Freire, 1993). O acolhimento ético-político deve ser concebido como uma ferramenta de fortalecimento da cidadania, promovendo o protagonismo dos sujeitos atendidos.

Comprometimento, é o compromisso que exige a decisão consciente e ação concreta (Freire, 1983). No acolhimento ético-político, isso implica na escuta ativa e na construção de respostas coletivas e contextualizadas para as demandas das populações vulneráveis. O compromisso não pode ser reduzido a uma simples oferta de benefícios, mas deve envolver um esforço contínuo para criar oportunidades de transformação e construção da autonomia.

Eticidade, a ética em Freire não se reduz a uma moralidade abstrata, mas se manifesta na relação com o outro, baseada no respeito e na valorização de sua história e experiência (Freire, 1996). Esse princípio é crucial para o acolhimento ético-político, pois evita posturas paternalistas e autoritárias. A ética implica no reconhecimento da dignidade dos sujeitos e na construção de relações baseadas na confiança e no respeito mútuo.

Democracia, a democratização do conhecimento e da tomada de decisão é um dos eixos centrais da educação libertadora. No âmbito das políticas públicas, isso significa promover a participação ativa dos sujeitos atendidos na formulação e avaliação das ações que os afetam (Coimbra, 2021). A democracia no acolhimento ético-político envolve tanto a participação ativa dos beneficiários na definição de suas necessidades quanto o fortalecimento dos processos coletivos de organização social.

Dialogicidade, o diálogo é essencial para a construção do conhecimento e para a superação das relações de opressão (Freire, 1967). Nas políticas públicas, um acolhimento dialógico pode contribuir para que os sujeitos se tornem protagonistas de suas trajetórias. O diálogo no acolhimento ético-político não deve ser reduzido a uma mera escuta passiva, mas deve possibilitar a construção conjunta de alternativas e estratégias de superação das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos.

A assistência social, por exemplo, quando estruturada a partir de um modelo meramente assistencialista, reforça a dependência dos usuários em relação ao Estado, ao invés de contribuir para sujeitos autônomos. Freire (2000) denuncia essa postura como antidialógica e domesticadora. Nesse sentido, o acolhimento ético-político pode vir contribuir com a valorização dos saberes populares e da busca pela construção coletiva de soluções, respeitando a história e a cultura das populações atendidas.

O trabalho intersetorial também é essencial quando pensamos no acolhimento ético-político, no sentido de promover a garantia de um acolhimento integral. Como demonstrado por Almeida e Silva (2012), a interdisciplinaridade permite compreender as múltiplas dimensões das vulnerabilidades sociais, promovendo uma intervenção mais efetiva. Pensar a atuação interdisciplinar como facilitadora de troca de saberes entre os profissionais e usuários, é fundamental para o processo de fortalecimento do processo de transformação social. Para isso, entende-se como necessário a formação contínua, a reflexão crítica sobre sua atuação e a disposição para o diálogo e para a escuta ativa.

O acolhimento ético-político, baseado na pedagogia freiriana pode ser pensando a partir de um espaço de encontro entre saberes distintos, onde poderão os profissionais e usuários construir coletivamente caminhos. Acredita-se que seus impactos serão significativos na construção de uma sociedade mais justa e democrática, podendo contribuir na promoção da autonomia e do protagonismo dos sujeitos atendidos.

Essa prática do acolhimento emancipador a qual se pretende fundamentar e debater neste estudo, com base nos princípios de Paulo Freire e sua obra, entende-se como uma prática que pode ser aplicada em diversas áreas, como saúde, assistência social, educação e políticas, desde que a formação de profissionais comprometidos com essa abordagem esteja voltada para a garantia do acolhimento não apenas atenda às necessidades imediatas dos indivíduos, mas também para sua emancipação e fortalecimento social, assim compreendido enquanto ético-político.

O pensamento de Paulo Freire oferece fundamentos importantes para a construção de uma compreensão do acolhimento ético-político no âmbito das políticas públicas sociais. As

categorias discutidas ao longo desta seção — entre elas a dialogicidade, a politicidade, a eticidade, a democracia e o comprometimento — possibilitam problematizar o acolhimento para além de uma prática técnica ou procedimental, situando-o no campo das relações humanas, das escolhas ético-políticas e das possibilidades de participação e transformação social. Nessa perspectiva, tais categorias contribuem para pensar práticas de acolhimento comprometidas com o reconhecimento dos sujeitos, com a efetivação de direitos e com a construção de relações mais democráticas no interior das políticas públicas sociais.

A partir desse percurso teórico-conceitual, estabelecem-se os fundamentos que orientam a análise desenvolvida nesta pesquisa. Compreender de que maneira esses elementos se expressam nas obras de Paulo Freire e dialogam com as produções acadêmicas contemporâneas sobre acolhimento, políticas públicas sociais e práticas profissionais exige, contudo, a definição de um percurso metodológico capaz de organizar e interpretar o material selecionado. Assim, o capítulo seguinte apresenta as escolhas metodológicas que orientaram a investigação, explicitando a abordagem e o método adotados, os critérios de constituição e seleção do corpus, as categorias analíticas e os procedimentos empregados na organização e análise do material.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

“Nada substitui a criatividade do pesquisador.”

Maria Cecília de Souza Minayo

Este capítulo apresenta o percurso metodológico adotado na pesquisa. Inicialmente, explicita-se o método que orientou a investigação, bem como sua abordagem qualitativa e seu caráter bibliográfico. Em seguida, são descritos os procedimentos de busca, seleção e organização do corpus documental, constituído por produções científicas publicadas entre 2020 e 2025, localizadas em bases de dados e anais de eventos acadêmicos. Por fim, apresentam-se as categorias analíticas e o percurso da análise de conteúdo temática empregado na interpretação do material selecionado.

A investigação foi orientada pelo método materialista histórico-dialético, que possibilita analisar a realidade social a partir de suas determinações históricas, de suas contradições e de seu caráter dinâmico e processual. Conforme Minayo (2007), a metodologia compreende não apenas o método, mas também os instrumentos utilizados na operacionalização do conhecimento e as escolhas realizadas pelo pesquisador ao longo do processo investigativo. Nessa perspectiva, as decisões relacionadas à busca, à seleção, à organização e à interpretação do material foram compreendidas como dimensões constitutivas da própria pesquisa.

No presente estudo, o método materialista histórico-dialético orientou a análise do acolhimento ético-político no contexto das políticas públicas sociais, permitindo examiná-lo como uma construção histórica e social atravessada por contradições, determinações e mediações institucionais. Parte-se do entendimento de que a realidade social possui caráter histórico, material e processual. Por essa razão, as produções selecionadas foram analisadas em articulação com os contextos sociais, políticos e institucionais nos quais se encontram inseridas.

Diferentemente de abordagens restritas à descrição imediata dos fenômenos, o método materialista histórico-dialético busca apreender as relações sociais em suas múltiplas determinações, ultrapassando sua manifestação aparente e procurando compreender os processos que as constituem (Kosik, 1969; Netto, 2011). Nesse sentido, as produções científicas selecionadas foram tomadas como expressões historicamente situadas do debate sobre o acolhimento ético-político. A análise buscou identificar as determinações sociais,

políticas e institucionais presentes nas diferentes formulações do conceito e nas práticas a ele relacionadas.

A pesquisa também se fundamentou na compreensão de que o conhecimento científico não é neutro, uma vez que sua produção se encontra inserida na realidade social e envolve escolhas teóricas, metodológicas e ético-políticas (Silva, 2019). Assim, a investigação, de natureza bibliográfica e interpretativa, buscou contribuir para a compreensão crítica das práticas de acolhimento desenvolvidas no âmbito das políticas públicas sociais, considerando suas possibilidades, seus limites e suas contradições.

3.1 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois busca compreender os significados, valores e contextos presentes nas discussões sobre o acolhimento ético-político nas políticas públicas sociais, a partir da interpretação de um corpus textual constituído por produções acadêmicas. Conforme Minayo (2003, p.23), “pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e interpretativa, desenvolvida a partir da análise de produções científicas que abordam o acolhimento ético-político no contexto das políticas públicas sociais. A investigação buscou compreender como esse conceito e suas dimensões éticas e políticas são discutidos na literatura científica recente, especialmente nos campos da Psicologia, da Saúde, da Educação, do Serviço Social e das políticas públicas. As obras de Paulo Freire não integraram o corpus principal da pesquisa, mas foram mobilizadas como base teórico-interpretativa para a leitura crítica dos estudos selecionados.

Para assegurar o rigor científico da investigação, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter sistemático e crítico, associada à análise de conteúdo, fundamentada na leitura analítica dos materiais selecionados “estudo crítico do material orientado por critérios determinados a partir do ponto de vista do autor da obra, tendo como finalidade ordenar e sumarizar as informações ali contidas” (Lima e Miotto, 2007p. 41). Esse procedimento possibilitou identificar as principais discussões presentes nas produções analisadas, bem como as relações estabelecidas entre os diferentes elementos abordados nos textos.

A análise do material foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, o que possibilitou organizar, sistematizar e interpretar criticamente as informações presentes nos textos selecionados, de modo a compreender como o acolhimento ético-político é formulado, tensionado e significado na literatura.

3.2 CATEGORIAS ANALÍTICAS

A análise do material selecionado foi orientada pelas categorias do método materialista histórico-dialético, especialmente historicidade, totalidade e contradição que permitiram compreender o fenômeno investigado em sua complexidade.

A categoria contradição possibilitou identificar tensões e limites presentes nas práticas de acolhimento discutidas nas produções científicas, evidenciando conflitos entre demandas sociais, princípios éticos e condições institucionais e formas historicamente configuradas de organização das políticas públicas sociais. Permitindo compreender a realidade social não como uma estrutura estática ou linear, mas como uma totalidade em permanente movimento, constituída por relações e determinações opostas que coexistem e se confrontam. Nessa perspectiva, “a contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real” (Cury, 1985, p. 30).

A categoria historicidade permitiu analisar o acolhimento ético-político como um fenômeno socialmente construído, relacionado às transformações históricas das políticas públicas e às mudanças nas formas de intervenção, organização e atendimento produzidas nesse contexto.

A historicidade dos fenômenos sociais é, antes de tudo, o reconhecimento de sua processualidade e de sua provisoriedade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos (Prates, 2014, p. 216).

A categoria totalidade entendida como “um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. [...] não é um todo dado, e sim um movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem” (Prates, 2014, p. 215). A totalidade assim, orientou a análise do acolhimento ético-político em sua articulação com o contexto social, institucional e político das políticas públicas sociais, evitando leituras fragmentadas, descontextualizadas ou restritas ao plano técnico-operacional. Nesse sentido, buscou-se compreender o acolhimento ético-político como parte de um conjunto de relações sociais mais amplas.

Cabe destacar que, no âmbito desta pesquisa, a categoria totalidade não foi compreendida como possibilidade de apreensão completa da realidade social, mas como um princípio analítico orientador da interpretação dos fenômenos em suas múltiplas determinações. Assim, reconhece-se que as produções científicas analisadas expressam mediações parciais, situadas e historicamente produzidas dessa realidade.

3.3 PROCEDIMENTOS DE BUSCA E SELEÇÃO DAS PRODUÇÕES

Para a identificação das produções científicas relacionadas ao tema do acolhimento no contexto das políticas públicas sociais, realizou-se uma busca sistematizada em diferentes bases de dados e fontes acadêmicas previamente definidas.

Foram consultados o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por reunirem produções acadêmicas relevantes para o tema. Complementarmente, foram examinados os anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em razão de sua centralidade na circulação de debates recentes nas áreas de Serviço Social e Políticas Públicas.

As buscas foram realizadas considerando o recorte temporal de 2020 a 2025, por meio da utilização do descritor principal “acolhimento” e de sua combinação com outros termos pertinentes ao problema de pesquisa, tais como “acolhimento ético-político”, “ética”, “política”, “prática pedagógica”, “emancipação”, “emancipação humana” e “políticas públicas sociais”, com emprego de operadores booleanos para ampliação e refinamento dos resultados.

Os termos foram combinados por meio de operadores booleanos, especialmente AND e, quando necessário, NOT, com o objetivo de refinar os resultados encontrados. O uso de NOT foi empregado de forma controlada, apenas quando a recuperação inicial indicava elevada incidência de registros claramente dissociados do objeto investigado.

No Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES foram aplicados filtros relativos à revisão por pares, acesso aberto, idioma português, produção nacional e recorte temporal entre 2020 e 2025. As buscas foram realizadas no campo “assunto”, seguida de leitura inicial de títulos e resumos. Na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), foram utilizados os filtros de texto completo disponíveis, idioma português e período de publicação entre 2020 e 2025, com uso de descritores em português, utilizando operadores booleanos para refinamento da busca.

Nos anais da JOINPP, ENPESS e CBAS, a busca foi realizada de forma manual, a partir da palavra-chave “acolhimento”, considerando os trabalhos publicados no período de 2020 a 2025 e procedendo-se à leitura de títulos e resumos para verificação da pertinência temática. Esse procedimento buscou conferir maior transparência e rastreabilidade ao percurso metodológico, tornando explícitos os critérios de busca, seleção e exclusão adotados na composição do corpus.

Tabela 1 – Síntese das buscas e seleção de artigos por base de dados (2020–2025)

Base de Dados	Estratégia de Busca	Resultados	Selecionados	Excluídos	Observações
CAPES	Acolhimento ético-político	6	0	6	Fora dos critérios
CAPES	Acolhimento ético-político AND Paulo Freire	1	0	1	Fora dos critérios
CAPES	Acolhimento AND ética AND política	5	1	4	—
CAPES	Acolhimento AND prática emancipatória	3	0	3	Fora dos critérios
CAPES	Acolhimento AND emancipação	2	0	2	Fora dos critérios
CAPES	Acolhimento AND prática pedagógica	12	0	12	Fora dos critérios
CAPES	Acolhimento NOT institucional	164	22	126	12 sem acesso
BVS	Acolhimento ético-político	7	0	7	Fora da temática
BVS	Acolhimento ético-político AND políticas públicas sociais	1	0	1	Repetido
BVS	Acolhimento AND ética AND política	7	0	7	Fora da temática
BVS	Acolhimento AND prática pedagógica	14	0	14	13 fora da temática, 1 em inglês
BVS	Acolhimento AND emancipação humana	4	0	4	Fora da temática
BVS	Acolhimento NOT institucional	155	19	136	11 sem acesso
JOINPP	Acolhimento	8	0	8	Fora da temática
ENPES	Acolhimento	9	2	7	—
CBAS	Acolhimento	39	6	33	—

Fonte: elaboração própria (2026)

A busca bibliográfica resultou na identificação inicial de registros distribuídos entre as bases de dados e os anais de eventos consultados. Ao todo, foram identificados 443 registros nas diferentes fontes consultadas, distribuídos da seguinte forma:

- Portal de Periódicos da CAPES (n = 198)
- Biblioteca Virtual em Saúde – BVS (n = 189)
- JOINPP (n = 08)
- ENPESS (n = 09)
- CBAS (n = 39)

Após a identificação inicial dos registros, procedeu-se a etapa de triagem, mediante leitura de títulos e resumos, visando verificar a pertinência temática dos estudos em relação aos objetivos da pesquisa. Nessa etapa, foram aplicados critérios de exclusão relacionados à ausência de relação direta com o tema do acolhimento no contexto das políticas públicas sociais, à duplicidade de registros e à indisponibilidade de acesso ao texto completo.

Com a aplicação dos critérios de triagem, parte dos registros foi excluída, permanecendo um conjunto de estudos para leitura integral e avaliação de elegibilidade. Após a leitura completa dos textos e a análise de sua pertinência teórica e temática, definiu-se o corpus final da pesquisa. Sendo assim, 372 registros foram excluídos, permanecendo 71 estudos para leitura na íntegra e avaliação de elegibilidade, os quais, após a leitura integral e análise de sua pertinência teórica e temática, 49 estudos foram selecionados para compor o corpus de análise da pesquisa.

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos seguiu as orientações do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), amplamente utilizado para sistematizar e dar transparência ao processo de seleção de produções científicas. O fluxograma apresentado na Figura 1 sintetiza as etapas do processo de busca e seleção dos estudos incluídos na análise.

Figura 1 – Fluxograma de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

3.4 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS DOCUMENTAL

Após a seleção dos estudos, os textos foram organizados em planilhas eletrônicas contendo informações bibliográficas e analíticas, tais como autor, ano, título, resumo, fonte, categoria temática, subcategoria e observações interpretativas. A análise do material foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, inspirada em Bardin (1977; 2011), com adaptação a um corpus de natureza teórico-conceitual. Para a autora, “fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação” (Bardin, 2011, p. 135). A partir desse procedimento, foram identificadas recorrências,

categorias, tensões e relações presentes nos textos, contribuindo para uma interpretação crítica das produções científicas selecionadas.

O processo de análise foi desenvolvido em três etapas principais: (i) pré-análise; (ii) exploração do material e; (iii) tratamento dos resultados com interpretação. Na pré-análise, o corpus foi organizado em planilhas, seguido de leitura flutuante dos textos, a fim de estabelecer um primeiro contato com o material e identificar núcleos iniciais de sentido. Na etapa de exploração, procedeu-se à leitura aprofundada dos textos, à identificação de unidades de significado e à sistematização dos conteúdos segundo os eixos analíticos definidos.

Por fim, no tratamento dos resultados e interpretação, os dados foram articulados ao referencial teórico da pesquisa, buscando-se identificar convergências, contradições, deslocamentos e lacunas presentes nas produções analisadas. A partir dessa leitura inicial, foram definidas categorias analíticas preliminares, orientadas pelo referencial teórico adotado na pesquisa. Essas categorias foram posteriormente refinadas ao longo das etapas seguintes da análise, conforme a recorrência e relevância dos conteúdos identificados nos textos.

Para dar suporte à organização e à transparência do processo analítico, foram elaborados quadros e tabelas sintéticas contendo a distribuição dos estudos por fonte, a organização das categorias e subcategorias e exemplos de sistematização interpretativa do material. Durante o processo de análise, buscou-se identificar convergências, tensões e lacunas teóricas nas produções examinadas, de modo a compreender como o acolhimento ético-político vem sendo formulado, problematizado e disputado na literatura acadêmica recente.

3.4.1 Categorias temáticas de análise

As categorias temáticas desta pesquisa foram construídas a partir do referencial teórico adotado, especialmente das contribuições de Paulo Freire e do debate crítico sobre acolhimento no campo das políticas públicas sociais, sendo posteriormente refinadas à luz da leitura analítica do corpus. Essas categorias não se limitaram à descrição dos conteúdos, mas buscaram orientar uma interpretação crítica das produções analisadas. O Quadro 01 apresenta a organização das categorias centrais e de suas respectivas subcategorias, que orientaram o processo de análise.

Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise

Categoria central	Subcategorias
Acolhimento ético-político	Escuta ativa; Cuidado; Alteridade; Vínculo
Diálogo e consciência crítica	Palavra e escuta; Horizontalidade; Problemática
Emancipação humana	Autonomia; Protagonismo; Transformação social
Justiça social	Direitos humanos; Equidade; Inclusão
Intervenções profissionais críticas	Intervenção; Ética profissional; Mediação
Políticas públicas como espaço de disputa	Participação popular; Burocracia; Coisificação
Relações de poder	Dominação; Subalternidade; Resistência; Corresponsabilização

Fonte: elaboração própria (2026).

A partir dessas categorias e subcategorias, foram realizadas leituras analíticas dos artigos selecionados. As obras de referência mobilizadas no estudo contribuíram para a interpretação crítica dos achados, dialogando com os eixos temáticos identificados no corpus.

Para sistematizar o processo analítico, as informações extraídas dos textos foram organizadas em planilhas eletrônicas, nas quais foram registradas as seguintes informações: categoria central; subcategoria; citação direta do texto analisado e; interpretação analítica correspondente, favorecendo a coerência entre o material empírico e o movimento interpretativo da pesquisadora. O Quadro 02 apresenta um exemplo da organização utilizada durante o processo de análise.

Quadro 2 – Exemplo de sistematização da análise das categorias

Categoria central	Subcategoria	Citação direta	Interpretação analítica
Acolhimento ético-político	Escuta ativa	“O acolhimento é proposto na PNH como um modo de operar ética e politicamente nos processos de trabalho em saúde, propiciando uma escuta qualificada e uma postura cidadã e humanizada ao usuário que procura o serviço de saúde” (Melo et al., 2022, p. 2).	O acolhimento é compreendido como ação ética e política que se concretiza por meio da escuta qualificada e da humanização do encontro entre profissionais e usuários. Escutar torna-se um ato político de reconhecimento e compromisso.
Acolhimento ético-político	Cuidado	“O acolhimento não se limita ao ato de receber, constituindo-se em uma sequência de atos e modos que compõem o processo de trabalho em saúde, incorporando as relações humanas” (Melo et al., 2022, p. 5).	O cuidado é entendido como prática contínua e relacional, integrada ao processo coletivo de trabalho, distanciando-se de uma lógica pontual e tecnicista.

Fonte: elaborado pela autora (2026).

Após a construção dos quadros analíticos, procedeu-se à análise interpretativa dos dados, buscando identificar padrões, convergências e contradições presentes nas produções

analisadas. Nessa etapa, os conteúdos foram articulados às categorias teóricas do estudo, possibilitando uma compreensão crítica do fenômeno investigado.

Esse percurso analítico possibilitou ultrapassar a descrição dos dados, articulando-os ao referencial teórico e às categorias de análise, de modo a construir uma interpretação coerente com o método materialista histórico-dialético e com a perspectiva crítica adotada na pesquisa. Além dos artigos científicos que compõem o corpus principal da pesquisa, foram mobilizadas obras centrais de Paulo Freire como referencial teórico-interpretativo, em razão de sua relevância para a compreensão de categorias como diálogo, escuta, consciência crítica, libertação, humanização, ética e práxis. As obras analisadas foram:

Pedagogia do Oprimido FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p

Pedagogia da Autonomia FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 54 p.

À Sombra desta Mangueira FREIRE, Paulo. *À Sombra desta Mangueira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1921-1997. 168 p.

A escolha dessas obras decorreu de sua relevância teórica para o debate sobre aspectos diretamente relacionados às categorias analíticas supracitadas adotadas na pesquisa (sobre diálogo, escuta, consciência crítica, humanização, ética e práxis), as quais oferecem sustentação interpretativa para a leitura do acolhimento ético-político em perspectiva crítica. Reconhece-se que a produção de Freire é mais ampla; entretanto, considerando o recorte temporal da pesquisa e os objetivos do estudo, optou-se pela análise dessas três obras.

As obras de Paulo Freire não foram tratadas como parte do corpus empírico principal, mas como base teórico-interpretativa para a leitura crítica dos estudos selecionados. Sua incorporação ao percurso analítico ocorreu por meio de leitura analítica e fichamento temático, com identificação de conceitos e formulações relevantes para a interpretação das categorias construídas no exame do corpus.

A seleção das obras baseou-se em critérios de relevância temática, considerando textos que abordam conceitos como diálogo, escuta, consciência crítica, libertação, humanização, ética e práxis; de centralidade na produção freiriana, priorizando obras reconhecidas como referências de seu pensamento pedagógico e político; de disponibilidade integral em edições reconhecidas, assegurando a confiabilidade das fontes utilizadas; e de pertinência à proposta crítica desta pesquisa, especialmente no que se refere à análise do acolhimento ético-político como prática emancipatória no contexto das políticas públicas sociais.

A definição do corpus, associada aos procedimentos de busca, seleção, organização e análise das produções, constituiu o percurso metodológico que orientou a investigação e possibilitou a construção das categorias e subcategorias analíticas. A articulação entre as obras de Paulo Freire e a produção acadêmica selecionada buscou identificar aproximações, tensões, contradições e possibilidades relacionadas à compreensão do acolhimento em sua dimensão ético-política.

Com base nesse percurso, os capítulos seguintes apresentam e discutem os resultados da pesquisa, organizados a partir das categorias construídas no processo analítico. A discussão busca estabelecer um diálogo entre o pensamento freiriano e as produções selecionadas, examinando os elementos que contribuem para a compreensão do acolhimento ético-político, bem como suas mediações, limites e possibilidades no âmbito das políticas públicas sociais e das práticas profissionais.

4 CAMINHOS QUE SE REVELAM: DIMENSÕES DO ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

*“Mais do que um ser no mundo, o
ser humano tornou-se uma
presença no mundo, com o mundo
e com os outros.”*
Paulo Freire

Este capítulo apresenta e discute parte dos resultados decorrentes da análise das obras de Paulo Freire e da literatura acadêmica selecionada, concentrando-se nas categorias que contribuem para a compreensão do acolhimento ético-político em sua dimensão emancipatória. Os achados foram organizados em categorias e subcategorias analíticas, buscando identificar aproximações, recorrências, tensões e possibilidades de articulação entre o pensamento freiriano e as produções analisadas. Desse modo, os resultados não são compreendidos como elementos isolados, mas como sínteses interpretativas construídas no decorrer do processo de análise.

A leitura das obras *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Autonomia* e *À Sombra desta Mangueira*, articulada às produções que compõem o corpus da pesquisa, permitiu identificar elementos relacionados ao acolhimento ético-político, à emancipação humana, ao diálogo e à consciência crítica e à justiça social. Essas categorias se desdobram em aspectos como escuta, cuidado, vínculo, alteridade, autonomia, protagonismo, transformação social, palavra e escuta, horizontalidade, problematização, direitos humanos, equidade e inclusão, possibilitando examinar diferentes dimensões que atravessam a construção do acolhimento na perspectiva adotada neste estudo.

A análise dessas categorias busca compreender de que maneira fundamentos presentes no pensamento freiriano podem contribuir para pensar o acolhimento para além de uma prática técnica ou procedimental, reconhecendo sua dimensão relacional, ética e política. Nesse sentido, o capítulo procura evidenciar elementos que permitem compreender o acolhimento ético-político como uma prática potencialmente orientada pelo reconhecimento dos sujeitos, pelo diálogo, pela participação, pela autonomia e pela efetivação de direitos, sem desconsiderar as particularidades e os limites apontados pelas produções analisadas.

A discussão desenvolvida neste capítulo concentra-se, portanto, nos elementos constitutivos dessa compreensão do acolhimento ético-político. As condições concretas de sua materialização, bem como as mediações, contradições institucionais, relações de poder e

desafios presentes nas práticas profissionais e nas políticas públicas sociais, serão aprofundadas no capítulo seguinte.

4.1 ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

A análise da literatura evidenciou que o acolhimento ético-político constitui uma categoria central nas políticas públicas sociais, sendo compreendido como prática relacional, crítica e comprometida com a dignidade humana. Esse achado se sustenta em diferentes estudos analisados, como Oliveira et al. (2023), Almeida, Alberti e Cristiano (2023), Silva et al. (2023) e Eslabão et al. (2023), que apontam a escuta qualificada como elemento estruturante do acolhimento. Nesses estudos, a escuta ultrapassa o ato técnico de ouvir, configurando-se como reconhecimento do sujeito em sua singularidade, de suas necessidades e de seu sofrimento. Como evidência empírica da revisão, observa-se que os estudos associam o acolhimento à escuta qualificada, ao vínculo, à corresponsabilização e ao reconhecimento da singularidade dos sujeitos. A interpretação analítica construída a partir desses achados é que o acolhimento, quando compreendido para além da triagem ou da recepção formal, assume uma dimensão ético-política.

Além disso, autores como Guareschi et al. (2021) e Ramos et al. (2021) destacam que o acolhimento envolve a construção de vínculos e a responsabilização compartilhada pelo cuidado, enquanto Kuse et al. (2022) enfatizam a alteridade como fundamento ético dessa prática. Dessa forma, o acolhimento articula dimensões como escuta, cuidado, vínculo e reconhecimento, configurando-se como prática ética que ultrapassa a lógica instrumental e burocrática dos serviços.

Os estudos também evidenciam que o acolhimento se insere em um campo de disputas entre diferentes racionalidades que organizam os serviços públicos. De um lado, pesquisas como as de Enzweiler, Warmling e Pires (2020) e Darzé e Oliveira (2023) apontam limites concretos, como a sobrecarga de demandas, a fragilidade das redes e a organização produtivista do trabalho, que dificultam a efetivação de uma escuta qualificada e de um cuidado integral.

De outro, estudos como Almeida, Alberti e Cristiano (2023), Drumond, Rodrigues e Iglesias (2022) e Gusmão et al. (2021) evidenciam o acolhimento como prática de resistência, capaz de tensionar a lógica tecnicista e mercantilizada ao promover relações horizontais, corresponsabilidade e integralidade do cuidado. Essa tensão revela que o acolhimento não se

configura como prática neutra, mas como ação ético-política atravessada por disputas institucionais e modos distintos de conceber o cuidado.

Ao relacionar esses achados da perspectiva de Paulo Freire (1970/1987), observa-se uma forte convergência na compreensão do acolhimento como prática dialógica, ética e humanizadora. Assim como os estudos analisados enfatizam a escuta qualificada, o vínculo e o reconhecimento da alteridade, Freire concebe o diálogo como encontro entre sujeitos, mediado pelo respeito, pela escuta e pela construção compartilhada de sentidos. No entanto, identifica-se uma diferença importante: enquanto grande parte da literatura revisada descreve o acolhimento no âmbito das práticas institucionais e organizacionais dos serviços, Freire amplia essa compreensão ao situá-lo como prática política de libertação, orientada para a transformação das condições de opressão.

Desse modo, embora haja convergência na valorização da dignidade humana, da escuta e do vínculo, a perspectiva freiriana radicaliza o caráter crítico do acolhimento, deslocando-o de uma estratégia de humanização dos serviços para uma prática emancipatória voltada à transformação social.

Sendo assim, análise da literatura permite afirmar que o acolhimento ético-político se consolida como uma categoria central nas políticas públicas sociais, articulando dimensões como escuta qualificada, construção de vínculos, reconhecimento da alteridade e corresponsabilização pelo cuidado. Ao ultrapassar a lógica técnico-instrumental, o acolhimento ético-político se configura como prática ética que tensiona modelos burocráticos e fragmentados de atenção.

Contudo, os achados evidenciam que sua materialização ocorre em um campo de disputas, marcado pela contradição entre, de um lado, as condições objetivas que limitam sua efetivação como a sobrecarga e a racionalidade produtivista e, de outro, sua potência enquanto prática de resistência, capaz de sustentar relações mais horizontais e integrais. Nessa direção, ao dialogar com a perspectiva freiriana, o acolhimento pode ser compreendido para além da humanização dos serviços, assumindo o caráter de prática ético-política e dialógica orientada à transformação das condições de opressão, o que reafirma seu potencial emancipatório no campo das políticas públicas sociais.

4.1.1 Escuta Ativa

A escuta ativa a partir de estudos como os de Silva et al. (2023), Gusmão et al. (2021) e Eslabão et al. (2023) é amplamente reconhecida como eixo estruturante do acolhimento

ético-político. Em diferentes contextos, como saúde mental, atenção básica e universidade, esses estudos indicam que a escuta se configura como o primeiro gesto ético do cuidado, responsável por inaugurar relações de confiança, reconhecimento e corresponsabilização.

Nos artigos analisados, acolher é compreendido de modo recorrente, como escutar de forma qualificada as demandas dos usuários, reconhecendo que a busca pelos serviços está associada a necessidades concretas e experiências de sofrimento (Silva et al., 2023; Gusmão et al., 2021; Lenz et al., 2021). Nesse sentido, indicam que a escuta não se reduz ao ato de ouvir, mas envolve atenção, empatia e compromisso com a resolução das demandas apresentadas, configurando-se como prática ética e relacional.

Os estudos também evidenciam que a escuta ativa rompe com práticas burocráticas e protocolares, frequentemente associadas à triagem e ao encaminhamento automático. Pesquisas como as de Guareschi et al. (2021) e Souza et al. (2020) apontam que a escuta se opõe à lógica da simples distribuição de serviços, ao priorizar a compreensão da singularidade do sujeito e de suas necessidades explícitas e implícitas. De modo semelhante, Oliveira et al. (2023) demonstram que a escuta qualificada contribui para a construção de um ambiente de confiança, no qual usuários e cuidadores se sentem legitimados em seu sofrimento.

Entretanto, parte dos estudos da revisão, especialmente aqueles situados no campo da atenção básica e da saúde mental, evidenciam tensões na efetivação da escuta como prática ética. Enzweiler, Warmling, Pires (2020), Darzé e Oliveira (2023) destacam que a sobrecarga dos serviços, a alta demanda e a fragilidade das redes de atenção limitam a possibilidade de realização de uma escuta qualificada. Ainda assim, indicam a escuta permanece sendo reconhecida pelos profissionais como elemento indispensável do acolhimento, cuja ausência compromete a qualidade do cuidado e a confiança na rede pública de serviços.

Em *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire afirma que “ensinar exige escuta” (Freire, 1996), compreendendo a escuta como atitude ética de abertura ao outro e reconhecimento de seus saberes. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) sustenta que o diálogo é condição fundamental para a humanização, ao afirmar que “o diálogo é o encontro dos homens para ser mais” (p. 109). A partir dessa aproximação teórica, pode-se interpretar a escuta ativa como prática dialógica e potencialmente emancipatória, na medida em que reconhece o usuário como sujeito histórico e epistêmico.

A centralidade da escuta ativa nos estudos analisados evidencia seu papel estruturante no acolhimento ético-político, deslocando-a de uma dimensão técnico-operativa para uma prática ética de reconhecimento do sujeito em sua singularidade e historicidade. Ao romper com práticas burocráticas e protocolares, a escuta qualificada tensiona a lógica instrumental

dos serviços, afirmando-se como elemento fundamental na construção de vínculos, corresponsabilização e cuidado integral. Ainda assim, sua efetivação se dá em meio a limites concretos, como a sobrecarga e a fragilidade das redes, revelando contradições entre sua valorização nos discursos e sua materialização nas práticas. Sob essa perspectiva, a escuta pode ser compreendida como prática dialógica e política ao reconhecer o outro como sujeito histórico e epistêmico.

4.1.2 Cuidado

As pesquisas de Silva et al. (2020), Enzweiler et al. (2020) e Eslabão et al. (2023) compreendem o cuidado como prática relacional, integral e contínua, indissociável do acolhimento ético-político. Nesses estudos, o cuidado não é entendido como simples execução de procedimentos técnicos, mas como atitude ética que envolve responsabilidade, vínculo, afeto e compromisso com a vida.

O cuidado, quando orientado pelo acolhimento, aparece como elemento capaz de reorganizar os processos de trabalho, deslocando o foco de práticas centradas no procedimento para práticas centradas na relação (Silva et al., 2020; Enzweiler et al., 2020). Essa concepção é recorrente, especialmente em estudos das áreas da saúde mental, atenção básica e educação, que compreendem o cuidado como tecnologia leve, fundamentada no encontro entre sujeitos (Eslabão et al., 2023; Kuse et al., 2022).

Oliveira et al. (2023) ressaltam que cuidar envolve preocupação e vínculo afetivo, indicando que não há cuidado sem implicação ética. Essa perspectiva é reforçada por estudos como os de Gusmão et al. (2021) e Souza et al. (2020), que apontam que o acolhimento cria espaços de encontro e corresponsabilização, nos quais o cuidado se constrói de forma compartilhada. Em contextos educacionais, Maia e Richetti (2022) destacam que o cuidado articula rigor técnico e amorosidade, indicando que a dimensão afetiva não compromete a qualidade do trabalho, mas contribui para sua humanização.

Darzé e Oliveira (2023) evidenciam que a fragilidade das redes de atenção e a descontinuidade dos serviços dificultam a sustentação do cuidado ao longo do tempo. Ou seja, apontam limites estruturais à efetivação do cuidado integral, bem como destacam que o cuidado é atravessado por condicionantes políticos e institucionais, reforçando seu caráter ético-político e não apenas técnico-assistencial.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) afirma que a vocação ontológica do ser humano é a humanização, constantemente negada pelas relações de opressão, o que permite

compreender o cuidado como posicionamento ético contra processos de desumanização. Além disso, ao definir a práxis como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987, p. 52), é possível interpretar que o cuidado, no contexto do acolhimento, envolve um movimento de ação-reflexão-ação orientado à transformação das condições que produzem sofrimento, embora essa dimensão nem sempre apareça de forma explícita nos estudos analisados.

O cuidado emerge como dimensão constitutiva do acolhimento ético-político, sendo compreendido para além de sua dimensão técnico-assistencial e afirmado como prática relacional, ética e comprometida com a integralidade da vida. Ao deslocar o foco dos procedimentos para as relações, o cuidado tensiona modelos centrados na lógica produtivista, reafirmando-se como tecnologia leve fundada no encontro, no vínculo e na corresponsabilização.

Contudo, sua efetivação se dá sob condicionantes institucionais que limitam sua continuidade, evidenciando contradições entre a proposta de integralidade e as condições concretas de organização dos serviços. Nesse sentido, o cuidado pode ser compreendido como práxis, na medida em que articula ação e reflexão orientadas à transformação das condições de desumanização, reafirmando seu caráter ético-político e seu potencial emancipatório no campo das políticas públicas sociais.

4.1.3 Vínculo

A análise dos estudos da revisão indica, a partir de pesquisas como as de Bessa et al. (2022), Giordani et al. (2020) e Ramos et al. (2021), que o vínculo aparece como elemento central do acolhimento ético-político, sendo compreendido tanto como condição quanto como resultado das práticas de cuidado. Esses estudos evidenciam que a construção de vínculos entre profissionais e usuários fortalece a confiança, favorece a adesão às intervenções e contribui para a continuidade do cuidado ao longo do tempo.

O vínculo é descrito como produzido a partir da escuta qualificada, do reconhecimento do sujeito e da responsabilização compartilhada (Bessa et al., 2022; Giordani et al., 2020; Ramos et al., 2021). Conforme esses autores, quando o usuário se sente acolhido, respeitado e legitimado em suas demandas, estabelece-se uma relação de pertencimento que contribui para o reconhecimento do serviço como espaço de cuidado e proteção.

Os estudos também apontam que o vínculo está associado à transformação das relações institucionais, especialmente ao tensionar modelos hierárquicos e verticalizados de

atenção. Pesquisas como a de Drumond, Rodrigues e Iglesias (2022) indicam que o acolhimento ético-político favorece a construção de relações mais horizontais, baseadas no diálogo e na corresponsabilidade. Em alguns contextos analisados, especialmente em práticas grupais, o vínculo assume uma dimensão coletiva, possibilitando trocas de experiências e processos de transformação subjetiva que ampliam as possibilidades do cuidado para além do atendimento individual.

Em Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) compreende o diálogo como fundamento das relações humanas e condição para práticas emancipatórias, o que implica a construção de relações baseadas na confiança, no respeito e no reconhecimento do outro como sujeito histórico. A partir dessa interlocução teórica, é possível interpretar o vínculo como expressão concreta de uma ética comprometida com a humanização. No entanto, diferentemente da formulação freiriana, que situa o diálogo como prática explicitamente política e transformadora, parte dos estudos analisados enfatiza o vínculo mais como estratégia de qualificação do cuidado do que como prática de transformação social.

Ao evidenciar o vínculo como elemento central do acolhimento ético-político, os estudos analisados indicam que sua construção ultrapassa a dimensão relacional imediata, configurando-se como condição para a efetivação do cuidado e para a continuidade das ações no interior dos serviços. Produzido a partir da escuta qualificada, do reconhecimento e da corresponsabilização, o vínculo tensiona modelos hierárquicos e verticalizados, ao favorecer relações mais horizontais e baseadas no diálogo.

No entanto, observa-se que, em parte da literatura, sua potência é frequentemente circunscrita à qualificação das práticas assistenciais, sem avançar de forma explícita para uma leitura mais crítica de suas implicações sociais e políticas. O vínculo pode ser compreendido como expressão de uma prática dialógica que, ao sustentar relações de confiança e reconhecimento, aponta para possibilidades de construção de práticas mais emancipatórias no campo das políticas públicas sociais.

4.1.4 Alteridade

A alteridade conforme Eslabão et al. (2023) e Kuse et al. (2022) emerge como fundamento ético do acolhimento, ao exigir que o profissional reconheça o outro em sua singularidade, história e contexto social. Nesses estudos, o acolhimento implica deslocar o olhar de perspectivas biomédicas ou burocráticas para uma compreensão integral da experiência humana, considerando dimensões subjetivas, sociais e culturais do sofrimento.

Nos artigos analisados, reconhecer a alteridade significa legitimar diferenças, respeitar trajetórias e enfrentar processos de estigmatização, especialmente em contextos como saúde mental, migração, infância e adolescência. Estudos como os de Gusmão et al. (2021) e Ramos et al. (2021) indicam que práticas orientadas pela alteridade contribuem para a promoção da inclusão, da cidadania e da participação social, ao reconhecer os usuários como sujeitos de direitos e não apenas como destinatários de intervenções.

Ao mesmo tempo, parte dos estudos da revisão sugere que a incorporação da alteridade nas práticas institucionais ainda ocorre de forma desigual, sendo mais evidente em contextos que adotam abordagens psicossociais e menos presente em serviços marcados por lógicas normativas e padronizadas. Esse aspecto indica que, embora a alteridade seja reconhecida como princípio ético, sua operacionalização concreta ainda enfrenta limites institucionais e organizacionais.

Em Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) afirma que ninguém se liberta sozinho, mas em comunhão, compreendendo a relação com o outro como fundamento da humanização e da prática educativa libertadora. A partir dessa interlocução, a alteridade pode ser interpretada como condição do diálogo e da construção coletiva do conhecimento e da transformação social. No entanto, enquanto a literatura analisada frequentemente enfatiza a alteridade como princípio de qualificação do cuidado e reconhecimento das diferenças, Freire a radicaliza como elemento constitutivo de uma prática política voltada à superação das relações de opressão.

Ao colocar a alteridade como fundamento ético do acolhimento, os estudos analisados evidenciam a exigência de um deslocamento nas formas de compreender e intervir sobre o sofrimento, reconhecendo o outro em sua singularidade, historicidade e condição de sujeito de direitos. Nessa direção, a incorporação da alteridade tensiona perspectivas normativas e padronizadas, ao afirmar práticas mais inclusivas e comprometidas com a diversidade das experiências humanas. Contudo, sua materialização nas práticas institucionais ocorre de forma desigual, revelando limites na incorporação efetiva desse princípio em contextos ainda marcados por racionalidades hegemônicas.

A alteridade pode ser compreendida como condição do diálogo e da humanização, mas também como dimensão política que implica o enfrentamento das relações de opressão, o que amplia sua compreensão para além do reconhecimento das diferenças, apontando para seu potencial transformador no campo das políticas públicas sociais.

4.2 EMANCIPAÇÃO HUMANA

A análise dos estudos da revisão evidencia, a partir de pesquisas como as de Oliveira et al. (2023), Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Almeida, Alberti e Cristiano (2023), que a emancipação humana constitui uma categoria transversal nas discussões sobre acolhimento ético-político, sendo compreendida como processo histórico, coletivo e vinculado às práticas de cuidado e às políticas públicas sociais. Nesses estudos, a emancipação não é tratada como conquista individual ou estado final, mas como processo que se constrói nas relações, nas práticas institucionais e nas experiências concretas dos sujeitos.

Nos artigos analisados, a emancipação aparece articulada a três dimensões principais: autonomia, protagonismo e transformação social. Estudos como os de Oliveira et al. (2023) e Sucar et al. (2022) indicam que o acolhimento favorece a autonomia ao possibilitar a participação ativa dos usuários nas decisões sobre seu cuidado. De modo semelhante, Veiga et al. (2023) e Silva et al. (2023) apontam que o protagonismo emerge quando os sujeitos deixam de ocupar uma posição passiva e passam a coproduzir estratégias de cuidado e resolução de conflitos. Já a dimensão da transformação social é destacada em estudos como os de Almeida, Alberti e Cristiano (2023) e Maia e Richetti (2022), que evidenciam que o acolhimento pode tensionar práticas institucionais, reorganizar serviços e ampliar o acesso a direitos.

Entretanto, parte dos estudos também sugere que a dimensão emancipatória do acolhimento nem sempre se realiza plenamente, especialmente em contextos marcados por práticas normativas, medicalizantes ou por limitações institucionais. Esse aspecto indica que, embora a emancipação seja reconhecida como horizonte ético-político, sua concretização depende de condições estruturais e da intencionalidade das práticas profissionais.

No plano teórico, esses achados dialogam diretamente com a perspectiva de Paulo Freire. Em suas obras, a emancipação humana é compreendida como processo coletivo, histórico e político, fundamentado na autonomia, no protagonismo e na transformação social. Freire (1987) afirma que “ninguém se liberta sozinho”, destacando o caráter relacional da libertação, enquanto em *Pedagogia da Autonomia* (1996) sustenta que a autonomia se constrói nas experiências concretas de decisão. Já em obras posteriores, como *À Sombra desta Mangureira* (2015), o autor reforça que emancipar implica romper com posições de adaptação passiva e afirmar-se como sujeito da transformação.

Ao evidenciar a emancipação humana como categoria transversal ao acolhimento ético-político, os estudos analisados indicam que essa dimensão se constitui nas relações e nas

práticas concretas, articulando autonomia, protagonismo e transformação social. Nesse sentido, o acolhimento deixa de ser apenas uma estratégia de qualificação do cuidado, passando a operar como espaço de produção de sujeitos e de ampliação de direitos.

Contudo, a análise também revela que essa dimensão emancipatória se realiza de forma limitada, tensionada por práticas institucionais normativas e por condicionantes estruturais que restringem sua efetivação. Nessa direção, à luz da perspectiva freiriana, a emancipação pode ser compreendida como projeto político orientado à superação das relações de opressão, o que permite tensionar a literatura analisada ao evidenciar que, em muitos casos, o acolhimento ainda é apreendido mais como instrumento de melhoria dos serviços do que como prática contra-hegemônica. Assim, reafirma-se a necessidade de compreender o acolhimento ético-político como práxis emancipatória, comprometida não apenas com o cuidado, mas com a transformação das condições sociais que produzem desigualdade.

4.2.1 Autonomia

A análise dos estudos da revisão indica, a partir de pesquisas como as de Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Silva et al. (2023) que a autonomia constitui uma das dimensões mais recorrentes da emancipação humana no contexto do acolhimento ético-político. Nesses estudos, a autonomia é compreendida como processo gradual, relacional e coletivo, construído a partir da participação ativa de usuários, familiares e profissionais nos processos de cuidado, educação e gestão dos serviços.

Nos artigos analisados, a autonomia aparece associada à inclusão do usuário nas decisões sobre seu plano de cuidado, reconhecendo sua capacidade de escolha e de corresponsabilização. Estudos como os de Veiga et al. (2023) e Sucar et al. (2022) indicam que essa participação contribui para o rompimento de posturas tuteladoras, deslocando o sujeito da posição de objeto de intervenção para agente ativo do processo terapêutico. Em diferentes contextos, como saúde mental, atenção básica, CAPS e serviços de urgência, a autonomia é frequentemente articulada à escuta qualificada, à construção de vínculos e à continuidade do cuidado.

Além disso, parte dos estudos da revisão amplia a noção de autonomia ao incluir também os profissionais e as equipes. Enzweiler, Warmling e Pires (2020) e Almeida, Alberti e Cristiano (2023) evidenciam que a participação dos trabalhadores nos processos de gestão e tomada de decisão fortalece a autonomia profissional e amplia a capacidade de reinvenção dos processos de trabalho. Nesse sentido, a autonomia é apresentada como dimensão ética e

política da emancipação, ao reconhecer tanto usuários quanto trabalhadores como sujeitos históricos capazes de intervir na realidade.

Freire (1996) em *Pedagogia da Autonomia*, afirma que “ninguém é autônomo primeiro para depois decidir”, destacando que a autonomia se constrói na experiência concreta das escolhas. Em *Pedagogia do Oprimido* (1987) e *À sombra desta mangueira* (2015), o autor vincula a autonomia à luta, à decisão e à superação da adaptação passiva. A partir dessa interlocução, observa-se uma convergência entre os estudos analisados e o pensamento freiriano ao compreender a autonomia como prática relacional e política. No entanto, enquanto a literatura tende a enfatizar a autonomia como elemento de qualificação do cuidado e participação nos serviços, Freire a radicaliza como parte de um projeto ético-político de transformação das estruturas de opressão.

A recorrência da autonomia nos estudos analisados evidencia seu papel estruturante na dimensão emancipatória do acolhimento ético-político, sendo compreendida como processo relacional que se constrói nas práticas concretas de participação e corresponsabilização. Ao deslocar o sujeito da posição passiva para agente ativo do cuidado, a autonomia tensiona práticas tuteladoras e reafirma o reconhecimento dos usuários e trabalhadores como sujeitos históricos. Contudo, sua efetivação se mostra desigual, condicionada por barreiras estruturais e institucionais que limitam o exercício real da participação.

Diante disso, a autonomia pode ser compreendida para além da inserção nos processos decisórios, assumindo o caráter de prática política vinculada à superação da adaptação passiva e à transformação das condições de opressão. Esse tensionamento evidencia que, embora amplamente valorizada, a autonomia ainda é frequentemente circunscrita à qualificação das práticas institucionais, sem necessariamente explicitar seu potencial crítico e contra-hegemônico.

4.2.2 Protagonismo

O protagonismo emerge como dimensão indissociável da emancipação humana, sendo compreendido como o reconhecimento do sujeito - usuário, familiar, trabalhador ou coletivo - como agente ativo na produção do cuidado, do conhecimento e das transformações institucionais, a partir de pesquisas como as de Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Oliveira et al. (2023). Nos artigos analisados, o protagonismo aparece associado ao reconhecimento dos saberes da experiência, da voz e da história dos sujeitos. Em diferentes

contextos, como infância e adolescência, saúde mental, imigração, uso de álcool e outras drogas.

Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Oliveira et al. (2023) indicam que o protagonismo se concretiza quando os sujeitos participam ativamente das decisões, da construção de estratégias terapêuticas e da definição de prioridades no cuidado. Parte da literatura também destaca o protagonismo dos familiares, especialmente em serviços infantojuvenis. Estudos como os de Oliveira et al. (2023) evidenciam que a inclusão dos cuidadores nos processos de cuidado amplia o sentimento de pertencimento, fortalece vínculos e contribui para práticas mais corresponsáveis. Nesse sentido, o protagonismo não se restringe ao usuário individual, mas se amplia para redes de cuidado que sustentam o processo terapêutico.

No âmbito institucional, o protagonismo também se expressa na atuação crítica de profissionais e equipes multiprofissionais. Almeida, Alberti e Cristiano (2023) demonstram que trabalhadores identificam o acolhimento como ponto crítico de acesso e, a partir disso, constroem estratégias para viabilizar direitos. Esses achados indicam que o protagonismo assume uma dimensão política, ao se articular à defesa de direitos e à transformação de práticas excludentes.

Entretanto, os estudos também sugerem que o protagonismo nem sempre se realiza de forma plena, especialmente em contextos marcados por relações hierárquicas, práticas normativas ou limitações institucionais. Isso indica que, embora amplamente valorizado na literatura, o protagonismo depende de condições concretas que possibilitem a participação efetiva dos sujeitos nos processos de decisão.

Essa perspectiva dialoga com Freire, em suas obras, o autor compreende os sujeitos como “seres da transformação e não da adaptação” (Freire, 2015), afirmando o direito de dizer a própria palavra e de participar ativamente da construção da realidade (Freire, 1987). Observa-se, assim, uma convergência entre a literatura analisada e o pensamento freiriano ao compreender o protagonismo como eixo central da emancipação humana. No entanto, enquanto os estudos frequentemente enfatizam o protagonismo no âmbito da participação nos serviços e na qualificação do cuidado, Freire afirma como dimensão constitutiva de um projeto político de transformação social e superação das relações de opressão.

A recorrência do protagonismo nos estudos analisados evidencia sua importância para a dimensão emancipatória do acolhimento ético-político. Ao reconhecer usuários, familiares, trabalhadores e coletivos como sujeitos ativos na produção do cuidado, o protagonismo

tensiona práticas tuteladoras e amplia as possibilidades de participação nos processos decisórios.

Sua efetivação permanece condicionada por relações hierárquicas, práticas normativas e limites institucionais que restringem a participação real dos sujeitos. À luz da perspectiva freiriana, o protagonismo pode ser compreendido como afirmação dos sujeitos como agentes históricos capazes de interpretar, decidir e intervir sobre sua realidade.

Contudo, sua efetivação se mostra desigual, condicionada por barreiras estruturais e institucionais que limitam o exercício real da participação. Nessa direção, à luz da perspectiva freiriana, a autonomia pode ser compreendida para além da inserção nos processos decisórios, assumindo o caráter de prática política vinculada à superação da adaptação passiva e à transformação das condições de opressão. Tal tensionamento evidencia que, embora amplamente valorizada, a autonomia ainda é frequentemente circunscrita à qualificação das práticas institucionais, sem necessariamente explicitar seu potencial crítico e contra hegemônico.

4.2.3 Transformação Social

A transformação social a partir de pesquisas como as de Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Almeida, Alberti e Cristiano (2023) aparece como horizonte ético e político da emancipação humana, sendo compreendida como processo histórico, coletivo e conflitivo. Nesses estudos, o acolhimento é apresentado como prática com potencial transformador, ao reorganizar serviços, tensionar rotinas institucionais e ampliar o acesso aos direitos sociais.

A transformação social é frequentemente associada às mudanças nos processos de trabalho e na organização dos serviços. Estudos como os de Veiga et al. (2023) e Sucar et al. (2022) destacam que o acolhimento contribui para a construção do trabalho em rede, da interdisciplinaridade, da corresponsabilização e da humanização das práticas. Essas mudanças não se restringem ao plano institucional, mas repercutem nas relações entre profissionais, usuários e comunidade, fortalecendo vínculos e favorecendo formas mais participativas de cuidado.

Para Freire, a transformação social é inseparável da emancipação humana e se constitui como possibilidade histórica, construída na ação coletiva e na recusa da naturalização das opressões (Freire, 1987; 2015). A metáfora do parto, utilizada por Freire, explicita que a transformação é processo conflitivo, marcado por rupturas e pela criação do novo. Observa-se, assim, uma convergência entre os estudos analisados e o pensamento

freiriano ao reconhecer o acolhimento como prática situada em um campo de disputas. No entanto, enquanto a literatura frequentemente enfatiza transformações no âmbito dos serviços e das práticas institucionais, Freire radicaliza essa noção ao vinculá-la à transformação estrutural da sociedade e à superação das relações de opressão.

Compreende-se que o acolhimento, quando orientado por uma dimensão ético-política crítica, não pode ser reduzido a um dispositivo técnico ou a uma estratégia de humanização descolada das determinações estruturais da sociedade. Ao contrário, trata-se de uma prática que, situada nas contradições do cotidiano institucional, carrega potencial tanto de reprodução quanto de transformação das relações sociais. Sua potência emancipatória está diretamente vinculada à capacidade de promover consciência crítica, diálogo e participação ativa dos sujeitos, articulando-se a um projeto coletivo de superação das opressões.

Assim, reafirma-se que o acolhimento ético-político, enquanto práxis, alcança maior coerência ético-política quando articulado a processos de transformação social, ainda que sua materialização ocorra, muitas vezes, em práticas institucionais localizadas e condicionadas por limites concretos, institucionais e tensionando as bases que sustentam a desigualdade social.

4.3 DIÁLOGO E CONSCIÊNCIA CRÍTICA

O diálogo e a consciência crítica constituem dimensões centrais do acolhimento ético-político, sendo compreendidos como fundamentos de práticas potencialmente emancipadoras nas políticas públicas sociais, conforme as pesquisas como as de Guareschi et al. (2021), Souza et al. (2020) e Oliveira et al. (2023). Nesses estudos, o acolhimento sustentado pela dialogicidade ultrapassa a recepção formal e se configura como espaço de produção de sentido, reflexão crítica e transformação das relações institucionais.

Nesses estudos, o diálogo não é reduzido à troca verbal, mas entendido como prática ética, política e pedagógica que articula escuta, palavra, problematização e ação. Estudos como os de Gusmão et al. (2021) e Ramos et al. (2021) evidenciam que o diálogo qualificado favorece a construção de vínculos, a corresponsabilização e a participação ativa dos usuários nos processos de cuidado, ampliando sua inserção nos serviços e fortalecendo sua posição como sujeitos de direitos.

Ao mesmo tempo, parte da literatura aponta limites para a efetivação de práticas dialógicas. Pesquisas como as de Enzweiler, Warmling e Pires (2020) e Darzé e Oliveira (2023) indicam que a sobrecarga dos serviços, a rigidez institucional e a centralidade de

práticas normativas dificultam a construção de espaços efetivos de diálogo, muitas vezes reduzindo-o a uma dimensão formal ou protocolar. Esses achados evidenciam que o diálogo, embora amplamente reconhecido como princípio, nem sempre se concretiza de forma plena nas práticas institucionais.

Freire (1987) em *Pedagogia do Oprimido*, compreende o diálogo como encontro entre sujeitos que se reconhecem como inacabados e capazes de transformar o mundo, sendo condição fundamental da humanização. Além disso, o autor articula o diálogo ao processo de conscientização, entendido como movimento de tomada de consciência crítica da realidade e de engajamento em sua transformação. Nessa perspectiva, o diálogo não é apenas instrumento de comunicação, mas prática política e epistemológica.

Entretanto, enquanto os estudos analisados tendem a enfatizar o diálogo como estratégia de qualificação do cuidado e humanização dos serviços, Freire o compreende enquanto uma prática de ruptura com relações de opressão e produção de consciência crítica. Essa diferença indica que, embora haja forte convergência entre a literatura e o referencial freiriano, a perspectiva de Freire amplia o alcance político do diálogo, situando-o como eixo estruturante de processos emancipatórios mais amplos.

Ao evidenciar o diálogo e a consciência crítica como dimensões centrais do acolhimento ético-político, os estudos analisados apontam para a constituição de práticas que ultrapassam a dimensão técnico-assistencial, configurando-se como espaços de produção de sentido, participação e problematização da realidade. Nesse movimento, o diálogo tensiona relações verticalizadas e normativas, ao afirmar a centralidade dos sujeitos nos processos de cuidado.

Contudo, sua efetivação se mostra limitada por condicionantes institucionais que frequentemente reduzem sua potência a uma dimensão formal. Nessa direção, à luz da perspectiva freiriana, o diálogo pode ser compreendido como prática política e epistemológica indissociável da consciência crítica, orientada à desnaturalização das opressões e à transformação da realidade. A contribuição específica da perspectiva freiriana está em impedir que o diálogo seja reduzido a ferramenta comunicacional. À luz de Freire, dialogar implica reconhecer sujeitos, problematizar a realidade e criar condições para que a escuta se converta em ação crítica o que reforça a necessidade de reafirmá-lo como eixo estruturante de práticas emancipatórias no campo das políticas públicas sociais.

4.3.1 Palavra e Escuta

A análise dos estudos da revisão indica, com base em pesquisas como as de Veiga, Lage e Soares (2023), Sucar et al. (2022) e Gusmão et al. (2021), que a palavra e a escuta aparecem de forma recorrente como elementos estruturantes do diálogo e da consciência crítica no acolhimento. Nesses estudos, acolher implica reconhecer a palavra do sujeito como portadora de sentidos, saberes e experiências que precisam ser considerados na construção das práticas de cuidado, educação e justiça.

Veiga, Lage e Soares (2023) destacam que o acolhimento não se reduz a uma escuta sensibilizada, mas envolve um conjunto de ações que articulam escuta, identificação de demandas e intervenções compartilhadas. Nesse sentido, a palavra do sujeito não é tratada como prova pericial ou mero dado técnico, mas como ponto de partida para um diálogo que integra escuta e ação, reconhecendo a historicidade e a singularidade das experiências narradas.

Os autores de Sucar et al. (2022), Kuse et al. (2022) e Gusmão et al. (2021) reforçam essa compreensão ao apontar que a escuta qualificada possibilita a ruptura com modelos biomédicos, protocolares e verticalizados, deslocando as práticas para uma lógica dialógica, centrada na integralidade do cuidado e na corresponsabilização. Nesses estudos, a escuta é apresentada como tecnologia leve e instrumento crítico, capaz de revelar demandas explícitas e implícitas, além de orientar decisões compartilhadas.

Os relatos de usuários presentes em estudos como os de Lenz et al. (2021), Eslabão et al. (2023) e Silva et al. (2021) evidenciam que a escuta ativa produz efeitos subjetivos relevantes, como sensação de acolhimento, confiança, segurança e possibilidade de expressão do sofrimento, demonstrando que a palavra, quando legitimada, transforma o encontro em espaço terapêutico, educativo e humanizador.

Em Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) afirma que “dizer a palavra não é privilégio de alguns, mas direito de todos”, vinculando a palavra à dignidade, à participação e à humanização. Em À sombra desta mangueira, o autor amplia essa compreensão ao destacar que não basta ler a palavra, sendo necessário ler criticamente o mundo (Freire, 2015). Assim, a escuta, na perspectiva freiriana, não se restringe à abertura ao outro, mas implica compromisso com a compreensão crítica da realidade e com sua transformação.

Evidencia-se que a centralidade da palavra e da escuta no acolhimento ultrapassa sua dimensão comunicacional, constituindo-se como elemento ético-político fundamental na produção de práticas emancipatórias. A análise dos estudos demonstra que, quando

reconhecida como expressão legítima da experiência dos sujeitos, a palavra rompe com lógicas verticalizadas e instrumentalizadas, instaurando possibilidades de diálogo, corresponsabilização e transformação das práticas institucionais.

Esse movimento não se esgota na escuta em si, mas exige sua articulação com a leitura crítica da realidade e com a ação transformadora. Assim, o acolhimento ético-político, mediado pela palavra e pela escuta, afirma-se como práxis comprometida com a humanização e com a construção de sujeitos históricos capazes de intervir em suas condições de existência.

4.3.2 Horizontalidade

A horizontalidade emerge como princípio fundamental do diálogo e da consciência crítica, sendo compreendida como a superação das hierarquias rígidas entre profissionais, usuários, instituições e saberes, conforme os dados das pesquisas como as de Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Gusmão et al. (2021). Ainda, nesses estudos, o acolhimento ético-político está associado à construção de relações baseadas na corresponsabilidade, no reconhecimento mútuo e na produção coletiva das práticas.

Veiga et al. (2023) e Sucar et al. (2022) destacam que a atuação multiprofissional no acolhimento favorece a horizontalidade ao distribuir responsabilidades e evitar a centralização do cuidado em um único profissional ou saber. Essa compreensão é reforçada por estudos da saúde mental, da atenção básica e da assistência social, que apontam o acolhimento como responsabilidade de toda a equipe, e não apenas de setores específicos (Gusmão et al., 2021; Enzweiler, Warmling e Pires, 2020).

Os relatos presentes em Maia e Richetti (2022) evidenciam que a horizontalidade também se manifesta em contextos educativos, quando professores e estudantes constroem relações pautadas no diálogo, na possibilidade de questionamento e na troca de saberes. De forma semelhante, Drumond, Rodrigues e Iglesias (2022) demonstram que o acolhimento em espaços grupais favorece práticas horizontais, nas quais o saber não se concentra na figura do profissional, mas circula entre os participantes, ampliando as possibilidades de aprendizagem e cuidado.

Pesquisas como as de Darzé e Oliveira (2023) indicam que a ausência de horizontalidade pode gerar isolamento, fragmentação das práticas e invisibilização do sofrimento. Esses achados evidenciam que a horizontalidade, embora reconhecida como princípio, nem sempre se concretiza de forma plena nos serviços.

Para Freire (1987) em *Pedagogia do Oprimido*, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, sustentando uma concepção de relação baseada na reciprocidade e no diálogo. A horizontalidade, nessa perspectiva, implica a superação da dicotomia educador–educando e o reconhecimento de todos como sujeitos históricos e produtores de conhecimento.

Entretanto, enquanto os estudos analisados tendem a enfatizar a horizontalidade como estratégia de organização do trabalho e qualificação do cuidado, Freire a compreende como princípio político radical, voltado à superação das relações de opressão e à construção de práticas verdadeiramente emancipadoras. Essa diferença amplia a compreensão dos achados da revisão, ao situar a horizontalidade para além da dimensão relacional, como elemento estruturante de uma prática transformadora.

Ao evidenciar a horizontalidade como princípio do acolhimento ético-político, os estudos analisados indicam um deslocamento nas formas de organização das práticas, ao tensionar hierarquias rígidas e afirmar relações baseadas na corresponsabilidade, no diálogo e na produção coletiva do cuidado.

Nesse movimento, a horizontalidade contribui para a redistribuição de saberes e poderes, favorecendo práticas mais inclusivas e participativas.

Contudo, sua efetivação permanece atravessada por limites institucionais que mantêm estruturas verticalizadas e fragmentadas. Essa contradição indica que a horizontalidade não deve ser tratada apenas como ideal relacional, mas como princípio organizador que exige redistribuição concreta de voz, saber e poder nos serviços. A horizontalidade pode ser compreendida como princípio político radical, que implica o reconhecimento de todos como sujeitos históricos e a construção de relações não opressoras. Tal compreensão amplia os achados da revisão ao evidenciar que a horizontalidade, mais do que estratégia organizacional, constitui elemento central para a consolidação de práticas efetivamente emancipatórias.

4.3.3 Problemática

A análise dos estudos da revisão indica, com base em pesquisas como as de Veiga et al. (2023), Almeida, Alberti e Cristiano (2023) e Eslabão et al. (2023), que a problematização aparece de forma consistente como eixo central da consciência crítica, sendo compreendida como movimento permanente de reflexão sobre as práticas, os contextos institucionais e as condições sociais que produzem sofrimento e exclusão. Nesses estudos, o acolhimento ético-

político quando orientado pela problematização, transforma-se em espaço de leitura crítica da realidade e de reinvenção das práticas profissionais.

Veiga et al. (2023) destacam que programas de extensão e práticas institucionais que promovem reflexão crítica sobre o fazer profissional possibilitam reorientações éticas e políticas das ações. De modo semelhante, Almeida, Alberti e Cristiano (2023) demonstram que oficinas pedagógicas e espaços de diálogo problematizador permitem superar a culpabilização individual e construir compreensões coletivas sobre as problemáticas sociais.

Os estudos de Silva et al. (2023), Enzweiler et al. (2020) e Eslabão et al. (2023) evidenciam que a problematização emerge no cotidiano dos serviços quando profissionais refletem sobre fluxos, modelos de atenção, precarização do trabalho e limites estruturais. Nesses contextos, o acolhimento é compreendido como dispositivo crítico, capaz de tensionar a lógica biomédica, produtivista e hierárquica ainda predominante em muitos serviços.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) afirma que a educação problematizadora possibilita que os sujeitos percebam criticamente como estão sendo no mundo, rompendo com formas acríticas de inserção na realidade. Em *Pedagogia da Autonomia*, o autor reforça que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção (Freire, 1996), destacando o papel ativo dos sujeitos no processo de aprendizagem. Além disso, ao enfatizar a centralidade da pergunta, Freire (2015) rompe com práticas autoritárias e convoca os sujeitos à reflexão crítica e à participação.

Evidencia-se que a problematização, ao se constituir como eixo da consciência crítica, desloca o acolhimento de uma prática adaptativa para uma práxis comprometida com a transformação das condições que produzem desigualdade e sofrimento. Os estudos analisados demonstram que, quando incorporada ao cotidiano dos serviços, a problematização possibilita a leitura crítica das determinações institucionais e sociais, tensionando modelos hegemônicos e abrindo espaço para a construção coletiva de alternativas.

Esse movimento implica reconhecer os sujeitos como protagonistas do processo, capazes de interrogar a realidade e de atuar sobre ela. Assim, o acolhimento ético-político, mediado pela problematização, afirma-se como prática que articula reflexão e ação, potencializando processos emancipatórios no interior das políticas públicas sociais.

4.4 JUSTIÇA SOCIAL

A análise da literatura evidencia que a justiça social constitui um eixo estruturante das discussões sobre acolhimento ético-político nas políticas públicas sociais. Estudos como os de

Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Gusmão et al. (2021) demonstram que o acolhimento se configura como prática comprometida com a equidade, a garantia de direitos e o enfrentamento das desigualdades, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Nessa direção, o acolhimento deixa de ser compreendido como procedimento técnico e passa a ser entendido como ação situada, atravessada por dimensões éticas e políticas, conforme também discutem Darzé e Oliveira (2023) ao evidenciarem os impactos das barreiras institucionais no acesso aos serviços.

De modo geral, a literatura aponta que o acolhimento se afirma como prática de justiça social quando orientado pelos princípios dos direitos humanos, da equidade e da inclusão. Embora o referencial central da pesquisa seja Paulo Freire, autores como Fraser e Honneth contribuem para qualificar a discussão sobre justiça social ao explicitar as dimensões de redistribuição e reconhecimento presentes nas práticas de acolhimento. Fraser (2006) contribui para essa compreensão ao destacar que a justiça social envolve tanto redistribuição quanto reconhecimento, o que se articula diretamente com práticas de acolhimento que buscam não apenas garantir acesso, mas também legitimar sujeitos historicamente invisibilizados. De forma complementar, Honneth (2003) enfatiza que o reconhecimento é condição fundamental para a construção da autonomia e da participação social, reforçando o papel do acolhimento como espaço de validação das experiências e identidades dos usuários.

Na perspectiva freiriana, a justiça social está intrinsecamente vinculada à emancipação humana e à superação das opressões. Freire (1987) afirma que a desumanização, embora histórica, não é destino, mas resultado de relações sociais injustas que podem ser transformadas. Em *Pedagogia da Autonomia*, o autor reforça que a prática educativa exige compromisso ético com a dignidade humana e com a construção de uma sociedade mais justa (Freire, 1996). Assim, o acolhimento, quando orientado por esses princípios, configura-se como prática político-pedagógica comprometida com a libertação e com a humanização dos sujeitos.

Ao comparar os referenciais teóricos mobilizados, observa-se convergência entre os autores contemporâneos e a perspectiva freiriana, especialmente no reconhecimento da justiça social como processo relacional, histórico e vinculado ao reconhecimento e à participação dos sujeitos. Enquanto Fraser (2006) enfatiza a articulação entre redistribuição e reconhecimento, e Honneth (2003) destaca a centralidade das relações de reconhecimento para a construção da identidade e da autonomia. Freire amplia essa discussão ao inserir a justiça social no campo da práxis transformadora, articulando reflexão crítica e ação política.

Diferentemente de abordagens que podem se concentrar mais na dimensão normativa ou institucional, a perspectiva freiriana enfatiza o protagonismo dos sujeitos e a transformação das estruturas de opressão a partir da ação coletiva. Dessa forma, os achados da literatura dialogam com Freire ao reconhecer o acolhimento como prática de justiça social, mas também evidenciam a potência da abordagem freiriana ao radicalizar o compromisso com a emancipação e com a transformação social.

A centralidade da justiça social nos estudos analisados reafirma o acolhimento ético-político como prática que ultrapassa a dimensão técnico-assistencial, constituindo-se como ação comprometida com a equidade, a garantia de direitos e o enfrentamento das desigualdades. Ao articular acesso, reconhecimento e participação, o acolhimento tensiona modelos excludentes e aponta para a construção de práticas mais inclusivas e democráticas.

Contudo, sua efetivação permanece condicionada a limites institucionais e estruturais que restringem sua materialização no cotidiano dos serviços, evidenciando que a justiça social não se realiza de forma automática, mas depende de escolhas ético-políticas concretas. Nesse sentido, o acolhimento ético-político se afirma como prática situada em um campo de disputas, cuja potência reside na possibilidade de afirmar sujeitos, ampliar direitos e incidir na transformação das relações sociais.

4.4.1 Direitos Humanos

Os direitos humanos aparecem de forma recorrente como fundamento ético do acolhimento e da justiça social nos estudos analisados. Trabalhos como os de Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Oliveira et al. (2023) evidenciam que o acolhimento se configura como prática que concretiza direitos sociais, especialmente o direito à saúde, à educação, à assistência social, à convivência familiar e comunitária e à dignidade humana. Nesses estudos, o acolhimento é compreendido não apenas como diretriz organizacional, mas como ação ética que garante acesso, reconhecimento e proteção social aos sujeitos.

No campo da saúde e da saúde mental, o acolhimento é apresentado como estratégia central para a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde, especialmente a universalidade, a integralidade e a humanização, conforme também discutem autores que analisam a Política Nacional de Humanização como marco orientador das práticas (Gusmão et al., 2021; Enzweiler, Warmling e Pires, 2020). A PNH, nesse contexto, amplia o conceito de acolhimento ao incluir usuários, trabalhadores e gestores na produção compartilhada do cuidado e dos processos de trabalho.

Na obra de Paulo Freire, a justiça social está profundamente ancorada na defesa dos direitos humanos e na luta contra a desumanização. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) sustenta que a desumanização representa uma distorção da vocação ontológica do ser humano ao ser mais, enquanto em *À sombra desta mangueira* (2015) denuncia a naturalização das desigualdades e da miséria como expressões de uma ética negadora da dignidade humana. Assim, o acolhimento, na perspectiva freiriana, assume caráter político ao se posicionar em favor da vida, da liberdade e da humanização.

Evidencia-se que os direitos humanos constituem o fundamento ético que sustenta o acolhimento como prática comprometida com a justiça social e a dignidade humana. A análise dos estudos demonstra que, ao garantir acesso, reconhecimento e proteção social, o acolhimento ultrapassa sua dimensão técnico-organizacional, afirmando-se como ação política no interior das políticas públicas sociais. No diálogo com a perspectiva freiriana, essa compreensão se aprofunda ao situar o acolhimento como prática de enfrentamento à desumanização, articulada à defesa intransigente da vida e à construção de condições para o “ser mais”. Assim, o acolhimento ético-político se consolida como práxis orientada pelos direitos humanos, vinculada à transformação das realidades de exclusão e à afirmação de sujeitos históricos, de direitos e de dignidade.

4.4.2 Equidade

A equidade emerge na literatura como princípio central da justiça social, orientando práticas de acolhimento que reconhecem e enfrentam as desigualdades sociais, territoriais, econômicas e simbólicas que atravessam o acesso aos serviços públicos. Estudos como os de Veiga et al. (2023) e Sucar et al. (2022) evidenciam que o acolhimento, quando orientado pela equidade, deixa de operar sob uma lógica universal abstrata e passa a considerar as condições concretas de vida dos sujeitos. Nesse sentido, os achados convergem ao afirmar que tratar igualmente sujeitos em condições desiguais produz injustiça, sendo necessário ofertar respostas diferenciadas conforme as necessidades específicas de cada população.

O acolhimento promove equidade ao ampliar o acesso aos serviços, reduzir barreiras institucionais e reorganizar os processos de cuidado para responder às vulnerabilidades sociais. Em contextos de atenção básica, saúde mental, CAPS, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e atenção infantojuvenil, a equidade aparece associada à escuta qualificada, à construção de projetos terapêuticos singulares e à articulação em rede, conforme também discutem Gusmão et al. (2021) e Enzweiler, Warmling e Pires (2020). Esses elementos

evidenciam que a equidade não se restringe ao acesso, mas envolve a qualidade e a adequação das respostas ofertadas.

Os estudos também evidenciam que a equidade se expressa no reconhecimento das desigualdades estruturais que afetam populações específicas, como pessoas com deficiência, moradores de áreas rurais, idosos e usuários em situação de pobreza, desemprego e baixa escolaridade. Pesquisas como as de Darzé e Oliveira (2023) demonstram que fatores geográficos, econômicos e institucionais limitam o acesso ao cuidado, reforçando a necessidade de práticas acolhedoras que considerem o contexto social e territorial dos sujeitos. Esses achados indicam que a equidade exige intervenções que ultrapassem o nível individual, incidindo também sobre as condições estruturais que produzem desigualdade.

No campo educacional, Maia e Richetti (2022) afirmam que reconhecer a diversidade humana implica criar condições materiais e simbólicas que impeçam a hierarquização e a exclusão, reforçando que a equidade é prática ativa de enfrentamento das desigualdades. Na perspectiva freiriana, a equidade é indissociável da denúncia das desigualdades estruturais e da luta por transformação social.

Freire (1987) crítica a falsa generosidade que sustenta a ordem injusta ao oferecer respostas paliativas sem questionar suas causas, enquanto em *À sombra desta mangueira* (2015) explicita a assimetria na distribuição de recursos como expressão histórica da injustiça. Para o autor, práticas verdadeiramente comprometidas com a justiça social precisam enfrentar as raízes da opressão, promovendo a conscientização e a ação coletiva.

Ao colocar a equidade como princípio orientador do acolhimento ético-político, os estudos analisados deslocam a compreensão da justiça social de uma lógica universal abstrata para uma abordagem situada, que considera as condições concretas de vida dos sujeitos. Nesse sentido, o acolhimento opera como prática que diferencia para incluir, ao reconhecer que respostas homogêneas tendem a reproduzir desigualdades. Mais do que ampliar o acesso, a equidade implica qualificar as intervenções, articulando cuidado, território e singularidade das demandas. Esse movimento evidencia que o acolhimento não se limita à organização dos serviços, mas se insere em uma perspectiva de justiça que exige respostas socialmente contextualizadas, capazes de incidir sobre as desigualdades e não apenas administrá-las.

4.4.3 Inclusão

A inclusão aparece na literatura como expressão concreta da justiça social, sendo compreendida como processo que garante acesso, participação e pertencimento de sujeitos

historicamente excluídos das políticas públicas sociais. Estudos como os de Veiga et al. (2023), Sucar et al. (2022) e Oliveira et al. (2023) evidenciam que o acolhimento se configura como prática fundamental para a inclusão ao reconhecer diferenças, legitimar singularidades e promover a participação ativa dos sujeitos no cuidado e na vida social. Nesses estudos, a inclusão não é tratada como efeito automático das políticas, mas como construção cotidiana que depende da qualidade das relações estabelecidas nos serviços.

Os estudos também evidenciam que a inclusão envolve a ampliação das redes de cuidado, incorporando familiares, escolas, comunidades e outros serviços na corresponsabilização pelo cuidado. Em contextos de saúde mental, a inclusão aparece associada ao tratamento em liberdade, à reinserção social, ao lazer, à convivência comunitária e à valorização dos vínculos sociais, conforme apontam Eslabão et al. (2023) e Kuse, Taschetto e Cembranel (2022).

No cuidado aos idosos e às pessoas com deficiência, a inclusão se manifesta na adaptação dos serviços, na visita domiciliar e no reconhecimento das vulnerabilidades específicas desses grupos. Sendo assim, apontam que a inclusão exige transformações institucionais e territoriais que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e a participação qualificada nos serviços.

Para Freire a inclusão é concebida como superação das práticas assistencialistas e das relações de opressão. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) denuncia as condições que impedem os sujeitos de serem mais, enquanto em *À sombra desta mangueira* (2015) afirma que políticas comprometidas com a justiça social devem criar condições para que os sujeitos deixem de ser proibidos de ser. Em *Pedagogia da Autonomia* (1996), o autor sustenta que a ética exige o enfrentamento de toda forma de discriminação, afirmando a inclusão como princípio ético e político da prática educativa e social.

Observa-se, portanto, convergência entre a literatura analisada e a perspectiva freiriana ao compreender a inclusão como processo que ultrapassa o acesso formal aos serviços, envolvendo participação, reconhecimento das singularidades e construção de vínculos no cotidiano das práticas, sendo o acolhimento um elemento central para viabilizar tais dimensões. No entanto, essa aproximação convive com uma divergência significativa: enquanto os estudos tendem a situar a inclusão no âmbito das práticas institucionais e da efetivação de direitos no interior das políticas públicas, enfatizando a ampliação do acesso, a adaptação dos serviços e o fortalecimento das redes de cuidado, a perspectiva freiriana radicaliza essa compreensão ao vincular a inclusão à superação das estruturas de opressão que produzem a exclusão.

Assim, para além de uma dimensão operacional, a inclusão, em Freire, assume caráter ético-político e emancipatório, exigindo não apenas a qualificação das práticas, mas a transformação das condições históricas que impedem os sujeitos de “ser mais”. Ou seja, a inclusão, na perspectiva dos estudos analisados, não se limita ao ingresso formal dos sujeitos nos serviços, mas envolve permanência, participação, reconhecimento e construção de vínculos. Em diálogo com Freire, essa compreensão se amplia ao indicar que práticas inclusivas precisam enfrentar as condições históricas e institucionais que produzem exclusão, evitando que o acolhimento se reduza a adaptação dos sujeitos a serviços previamente estruturados.

As análises desenvolvidas neste capítulo permitem compreender o acolhimento ético-político, em sua dimensão emancipatória, como uma prática sustentada pelo reconhecimento dos sujeitos, pela dialogicidade, pela participação, pela autonomia, pela consciência crítica e pelo compromisso com a efetivação de direitos. Essas dimensões indicam que o acolhimento não se reduz a uma ação técnica ou procedimental, mas se constitui como uma prática relacional orientada por escolhas éticas e políticas que podem favorecer processos de humanização, participação e transformação social.

Entretanto, a possibilidade de materialização dessa perspectiva não ocorre de forma linear ou desvinculada das condições concretas em que as práticas profissionais se realizam. Considerando a realidade social como histórica e atravessada por contradições, relações de poder e mediações institucionais, torna-se necessário avançar na análise das condições que podem favorecer, limitar ou tensionar a realização do acolhimento ético-político. Assim, o capítulo seguinte volta-se às práticas profissionais e às políticas públicas sociais, buscando compreender as mediações e contradições que atravessam sua efetivação no cotidiano institucional.

5 TRAVESSIAS DO ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: MOVIMENTOS E CONTRADIÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

*“A liberdade é sempre a liberdade
dos que pensam diferente.”
Rosa Luxemburgo, A Revolução
Russa*

Este capítulo dá continuidade à apresentação e à discussão dos resultados da pesquisa, direcionando a análise para as mediações e contradições que atravessam a materialização do acolhimento ético-político no âmbito das práticas profissionais e das políticas públicas sociais. Se, no capítulo anterior, foram discutidas dimensões relacionadas ao acolhimento ético-político, à emancipação humana, ao diálogo e à consciência crítica e à justiça social, neste momento, busca-se compreender como esses fundamentos se relacionam com as condições concretas em que se desenvolvem as intervenções profissionais e institucionais.

Parte-se do entendimento de que a realização de práticas orientadas por princípios ético-políticos não ocorre de forma linear ou desvinculada da realidade social. O trabalho profissional desenvolve-se em espaços institucionais atravessados por diferentes interesses, determinações sociais, limites organizacionais e relações de poder, que tanto podem possibilitar quanto restringir práticas comprometidas com a autonomia, a participação e a efetivação de direitos. Desse modo, analisar o acolhimento ético-político exige considerar não apenas seus fundamentos e potencialidades, mas também as mediações e contradições presentes nas condições de sua realização.

A discussão está organizada em torno das categorias intervenções profissionais críticas, políticas públicas sociais como espaço de disputa e relações de poder, bem como de suas respectivas subcategorias. A articulação entre esses elementos permite problematizar as possibilidades e os limites da construção de práticas profissionais dialógicas, participativas e comprometidas com os direitos dos sujeitos, considerando as condições históricas, sociais e institucionais em que se desenvolvem.

5.1 INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS CRÍTICAS

Esta categoria possui especial relevância para a natureza profissional da pesquisa, pois permite traduzir os fundamentos ético-políticos identificados no referencial freiriano em implicações para o exercício profissional, a organização dos serviços e a construção de práticas institucionais mais dialógicas e responsáveis.

A análise dos estudos evidencia que as intervenções profissionais críticas se constituem como práticas que ultrapassam a dimensão técnica do cuidado, articulando aspectos clínicos, éticos, relacionais e institucionais. Os trabalhos analisados mostram que o acolhimento aparece como eixo organizador dessas intervenções, permitindo não apenas responder às demandas imediatas dos usuários, mas também reorganizar fluxos institucionais e fortalecer a rede de cuidado (Veiga et al., 2023; Sucar et al., 2022; Silva et al., 2023).

Paulo Freire compreende que toda prática profissional pode assumir um caráter transformador quando articulada à reflexão crítica, afirmando que “não há prática sem teoria, nem teoria sem prática” (Freire, 1996). Essa compreensão permite interpretar as intervenções descritas nos estudos como formas de práxis, nas quais o trabalho em saúde não se limita à execução de procedimentos, mas pode tornar-se espaço de transformação das relações. Cabe destacar que essa aproximação não implica afirmar que Freire tenha elaborado uma teoria técnico-operativa das intervenções profissionais. Trata-se, antes, de utilizar sua concepção de práxis, diálogo e ética como fundamento para interpretar criticamente práticas profissionais descritas pela literatura.

Os estudos convergem com Freire ao reconhecer que a intervenção profissional pode produzir mudanças no cuidado e nas relações institucionais. Contudo, diferentemente da formulação freiriana, que enfatiza a transformação estrutural, os artigos mostram que essas mudanças frequentemente acontecem de forma localizada, condicionadas pelas possibilidades concretas dos serviços.

Evidencia-se que as intervenções profissionais críticas, ao se estruturarem a partir do acolhimento, tensionam a redução do trabalho a uma dimensão meramente técnica, abrindo possibilidades para práticas mais integrais, dialógicas e comprometidas com os sujeitos. A literatura analisada demonstra que tais intervenções produzem mudanças significativas no cotidiano dos serviços, especialmente na organização do cuidado e nas relações institucionais.

É necessário reconhecer os limites dessas transformações quando permanecem circunscritas ao plano local e institucional. Assim, reafirma-se que o potencial emancipatório das intervenções profissionais depende de sua articulação com uma práxis crítica que, para além de qualificar o fazer cotidiano, seja capaz de problematizar e tensionar as condições estruturais que produzem desigualdade, apontando para horizontes mais amplos de transformação social.

5.1.1 Intervenção

Os estudos apontam que a intervenção profissional crítica envolve planejamento compartilhado, acompanhamento contínuo e articulação com a rede de serviços. Veiga et al. (2023) descrevem a intervenção como processo que inclui definição de objetivos conjuntos, atendimentos psicossociais, visitas domiciliares e encaminhamentos para diferentes dispositivos institucionais, indicando que o cuidado exige ação para além do encontro clínico isolado.

De forma semelhante, Sucar et al. (2022) demonstram que o acolhimento organiza o processo de trabalho e orienta a equipe na elaboração de estratégias terapêuticas, evidenciando que a intervenção não se restringe à escuta inicial, mas estrutura o cuidado subsequente. Já Silva et al. (2023) apontam que o acolhimento pode reorganizar o trabalho coletivo e ampliar a resolutividade das equipes.

Na perspectiva de Paulo Freire, a intervenção crítica se aproxima da noção de práxis, entendida como ação refletida sobre a realidade. Freire afirma que “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996).

Há convergência entre os estudos e Freire ao compreender a intervenção como ação transformadora. Entretanto, enquanto Freire propõe transformação mais ampla das estruturas, os estudos mostram que a intervenção profissional se realiza sobretudo no plano cotidiano dos serviços.

Observa-se que há uma convergência significativa entre os estudos analisados e a perspectiva freiriana ao compreender a intervenção profissional como um processo que articula ação e reflexão, estruturando o cuidado para além de respostas imediatas e pontuais.

O acolhimento, nesse contexto, assume papel central ao organizar o trabalho coletivo, orientar estratégias e ampliar a resolutividade das equipes. No entanto, evidencia-se também uma divergência importante: enquanto Paulo Freire concebe a intervenção como práxis orientada à transformação estrutural da realidade, os estudos indicam que, na prática, essas intervenções se efetivam predominantemente no plano cotidiano e institucional dos serviços, condicionadas por limites concretos. Assim, embora carreguem potencial transformador, tais práticas demandam articulação com horizontes críticos mais amplos para que possam contribuir de forma mais consistente com processos de emancipação social.

5.1.2 Ética Profissional

A ética profissional aparece nos estudos como dimensão inseparável da intervenção crítica. Veiga et al. (2023) destacam a importância de informar aos sujeitos sobre os limites do sigilo profissional, especialmente em contextos institucionais complexos, demonstrando que a ética envolve transparência e proteção de direitos. Sucar et al. (2022) apontam que o acolhimento exige empatia, responsabilidade e compromisso com o sofrimento do outro, enquanto Enzweiler, Warmling e Pires (2020) compreendem a ética como prática reflexiva, na qual o trabalhador negocia continuamente entre protocolos institucionais e singularidades humanas. Em Paulo Freire, a ética é condição da prática humana, pois “não há prática educativa sem ética” (Freire, 1996). Para o autor, a relação com o outro precisa estar fundamentada no respeito à dignidade e à autonomia.

Os estudos dialogam com Freire ao valorizar o compromisso ético no cuidado. A diferença é que, enquanto Freire trata a ética como princípio político universal, os artigos mostram que ela se concretiza em dilemas cotidianos, nos quais o profissional precisa equilibrar exigências institucionais e necessidades humanas.

A literatura demonstra que o acolhimento ético se materializa em práticas concretas, como a transparência, a corresponsabilização e o compromisso com o sofrimento do outro, aproximando-se da compreensão de Freire de que não há prática sem fundamento ético. Contudo, observa-se uma divergência relevante: enquanto Freire concebe a ética como princípio político universal, articulado à transformação social, os estudos revelam que, no cotidiano dos serviços, ela se realiza em meio a dilemas práticos, nos quais os profissionais precisam negociar continuamente entre normativas institucionais e as singularidades humanas. Assim, a ética profissional se afirma como campo de tensão permanente, no qual se expressam tanto os limites quanto as possibilidades de uma prática comprometida com a emancipação.

5.1.3 Mediação

A mediação é descrita como uma das funções centrais das intervenções profissionais críticas. Veiga et al. (2023) mostram que o acolhimento pode operar como mediação entre sujeitos e instituições, favorecendo soluções menos centradas no conflito e mais orientadas ao diálogo. Sucar et al. (2022) reforçam essa compreensão ao demonstrar que o acolhimento atua como mediador entre a demanda do usuário e a resposta do serviço, articulando

encaminhamentos e continuidade do cuidado. Já Enzweiler, Warmling e Pires (2020) ampliam essa leitura ao mostrar que a mediação também ocorre entre diferentes tecnologias do cuidado e modos de trabalho.

Para Paulo Freire, a mediação está diretamente associada ao diálogo: “o diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987). Há convergência entre os estudos e Freire ao compreender a mediação como construção relacional. No entanto, os artigos evidenciam que essa mediação sofre limites institucionais que nem sempre permitem a horizontalidade defendida por Freire.

A mediação se constitui como elemento central nas intervenções profissionais críticas, sendo compreendida tanto pela literatura quanto por Paulo Freire como um processo relacional que se efetiva por meio do diálogo e da construção compartilhada de respostas às demandas dos sujeitos. Os estudos analisados evidenciam que o acolhimento atua como mediador entre usuários, serviços e instituições, favorecendo a continuidade do cuidado e a articulação de diferentes práticas e saberes.

Contudo, embora haja convergência com a perspectiva freiriana ao reconhecer a mediação como prática dialógica, destaca-se uma divergência importante: enquanto Freire propõe uma mediação orientada pela horizontalidade e pela transformação das relações de poder, os estudos mostram que, no cotidiano dos serviços, essa mediação é frequentemente tensionada por limites institucionais, normativos e organizacionais. Assim, a mediação se apresenta como espaço de possibilidades, mas também de contradições, no qual se expressam os desafios de efetivar práticas verdadeiramente dialógicas e emancipadoras.

5.1.4 Corresponsabilização e Integração de Saberes

A análise dos estudos evidencia que a corresponsabilização e a integração de saberes constituem dimensões profundamente articuladas nas intervenções profissionais críticas, sendo ambas fundamentais para a construção de práticas de cuidado mais integrais, coletivas e transformadoras.

Os achados indicam que a corresponsabilização se expressa na partilha de responsabilidades entre profissionais, usuários e instituições, deslocando o cuidado de uma lógica individual para uma construção coletiva. Nesse sentido, Silva et al. (2023) apontam que o modo como o acolhimento é estruturado pelos fluxos institucionais influencia diretamente o trabalho em equipe e a produção do cuidado, podendo tanto favorecer quanto limitar a autonomia dos profissionais. Isso evidencia que a corresponsabilização não depende apenas

da postura individual, mas das condições organizacionais que sustentam — ou restringem — práticas colaborativas.

De forma complementar, Enzweiler, Warmling e Pires (2020) destacam que as práticas humanizadoras exigem envolvimento integral dos trabalhadores, incluindo dimensões cognitivas, emocionais e afetivas. Essa perspectiva amplia a compreensão da corresponsabilização, mostrando que ela não se reduz à divisão de tarefas, mas implica compromisso ético, relacional e subjetivo com o cuidado.

A integração de saberes aparece como condição para que essa corresponsabilização se efetive. Silva et al. (2023) evidenciam que o trabalho conjunto entre profissionais favorece a resolutividade e a qualidade da assistência, indicando que a articulação entre diferentes áreas do conhecimento fortalece o cuidado integral. Já Enzweiler, Warmling e Pires (2020) apontam que o cuidado em saúde envolve negociação constante entre saber técnico e sensibilidade, o que reforça a necessidade de superar a fragmentação entre diferentes formas de conhecimento.

Entretanto, os estudos também indicam limites importantes. A presença de lógicas hierárquicas, a organização burocrática dos serviços e a centralidade de determinados saberes dificultam tanto a corresponsabilização quanto a integração efetiva entre profissionais. Assim, embora essas práticas sejam reconhecidas como ideais, sua concretização ocorre de forma desigual e, muitas vezes, tensionada pelas condições institucionais.

No plano teórico, Paulo Freire contribui para aprofundar essa discussão ao afirmar que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (Freire, 1987), destacando o caráter coletivo da ação transformadora. Além disso, ao afirmar que “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes” (Freire, 1987), o autor reforça a importância da valorização da pluralidade de conhecimentos.

Há forte convergência entre os estudos e Freire na valorização do coletivo e da pluralidade de saberes. No entanto, enquanto Freire propõe uma transformação mais radical das relações, baseada na horizontalidade e no diálogo, os artigos analisados mostram que, na prática, a corresponsabilização e a integração de saberes ainda são processos em construção, atravessados por disputas e limitações institucionais.

A análise evidencia a corresponsabilização e a integração de saberes como dimensões centrais, mas ainda em disputa, no interior das práticas profissionais. Embora haja um reconhecimento consistente de seu potencial para qualificar o cuidado, observa-se que sua efetivação depende de condições institucionais que nem sempre favorecem o trabalho coletivo, a horizontalidade e o diálogo entre diferentes saberes.

Nesse sentido, o referencial freiriano contribui para tensionar essas limitações ao afirmar o caráter coletivo e não hierárquico da construção do conhecimento e da ação transformadora. Assim, mais do que princípios desejáveis, a corresponsabilização e a integração de saberes colocam-se como desafios ético-políticos que exigem não apenas mudanças nas práticas profissionais, mas também na forma como os serviços se organizam e reconhecem os sujeitos e seus saberes.

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS COMO ESPAÇO DE DISPUTA

A análise dos estudos evidencia que as políticas públicas, especialmente no campo da saúde, não se configuram como espaços neutros, mas como territórios de disputa atravessados por interesses, concepções de cuidado e diferentes formas de exercício do poder. Os achados indicam que o acolhimento opera como um dispositivo que tanto pode reproduzir lógicas institucionais quanto tensioná-las, dependendo das condições concretas de sua implementação.

Parte dos estudos aponta que as políticas públicas, ao se materializarem nos serviços, incorporam elementos burocráticos, hierárquicos e, por vezes, excludentes, como evidenciado nas dificuldades de acesso, na sobrecarga dos serviços e na limitação da participação dos usuários. Por outro lado, diversos trabalhos indicam que essas mesmas políticas podem ser reapropriadas como espaços de democratização, especialmente quando articuladas à participação popular e ao trabalho em rede (Veiga et al., 2023; Sucar et al., 2022).

No plano teórico, Paulo Freire afirma que “não pode ser esta a política de um governo progressista que, assistindo aos desamparados [...] jamais os assistencializa” (Freire, 2015, p. 36), criticando políticas que mantêm a dependência ao invés de promover emancipação. Essa perspectiva permite compreender que as políticas públicas podem tanto reforçar relações de subordinação quanto promover autonomia, dependendo de como são construídas e operacionalizadas.

Há convergência entre os estudos e Freire ao reconhecer que as políticas públicas são atravessadas por disputas. No entanto, enquanto Freire enfatiza seu caráter ético-político e emancipatório, os artigos analisados evidenciam que, na prática, essas políticas oscilam entre avanços participativos e limitações estruturais. A análise evidencia as políticas públicas como espaços contraditórios, nos quais coexistem possibilidades de democratização e mecanismos de reprodução de desigualdades.

O acolhimento, nesse contexto, revela-se como um dispositivo estratégico que pode tanto reforçar práticas burocráticas e excludentes quanto tensionar essas lógicas, a depender das condições concretas de sua operacionalização. O diálogo com a perspectiva freiriana contribui para aprofundar essa compreensão ao afirmar o caráter ético-político das políticas, destacando que sua orientação deve estar comprometida com a emancipação e não com a manutenção da dependência. Assim, mais do que instrumentos técnicos, as políticas públicas se configuram como campos de disputa que exigem posicionamento crítico dos profissionais, indicando que a efetivação de práticas mais democráticas e inclusivas depende não apenas de sua formulação, mas de como são vividas, apropriadas e transformadas no cotidiano dos serviços.

5.2.1 Participação Popular

A participação popular emerge nos estudos como um dos principais elementos de democratização das políticas públicas, estando fortemente associada ao acolhimento, à construção de vínculos e à articulação em rede. Os achados indicam que a participação se manifesta de diferentes formas, incluindo a escuta dos usuários, o envolvimento das famílias, a atuação intersetorial e a construção coletiva do cuidado.

Parte dos estudos destaca que o acolhimento favorece o diálogo entre usuários e profissionais, promovendo corresponsabilização e participação nas decisões. Outros apontam que ele aproxima os usuários dos serviços e os envolve na gestão do cuidado além de fortalecer práticas interdisciplinares e intersetoriais (Gusmão et al., 2021; Giordani et al., 2020). Nesse sentido, o acolhimento é compreendido como dispositivo que amplia o controle social e a dimensão pública da saúde.

A participação também se expressa na articulação entre diferentes setores e instituições. Veiga et al. (2023) destacam a integração entre SUS, SUAS e outros dispositivos, enquanto outros estudos evidenciam a presença de múltiplos atores (como saúde, educação, justiça e assistência social) na construção das ações. Essa articulação amplia a capacidade de resposta das políticas públicas e fortalece a corresponsabilização (Scolari et al., 2020; Sucar et al., 2022; Veiga et al., 2023).

Além disso, a valorização das experiências dos usuários aparece como elemento central. Estudos apontam que a escuta das percepções dos usuários contribui para o aprimoramento das práticas, enquanto outros evidenciam o impacto da participação na redução de internações e na qualificação do cuidado. Em contextos específicos, como áreas

rurais, a consideração das particularidades locais também é destacada como forma de participação (Scolari et al., 2020; Sucar et al., 2022; Veiga et al., 2023). Paulo Freire afirma que políticas públicas não devem transformar sujeitos em receptores passivos, mas em protagonistas: “não pode ser esta a política [...] que [...] jamais os assistencializa” (Freire, 2015, p. 36). Sua perspectiva enfatiza que a participação é condição para a emancipação, deslocando a política do campo do favor para o campo do direito.

Há convergência entre os estudos e Freire na valorização da participação como elemento central das políticas públicas. No entanto, os artigos analisados evidenciam que essa participação ocorre de forma desigual e, muitas vezes, limitada pelas condições institucionais e burocráticas. Enquanto Freire propõe uma participação radicalmente emancipatória, os estudos mostram que, na prática, ela se constrói de forma gradual, situada e em constante disputa com lógicas institucionais restritivas.

Nos estudos analisados, a participação popular aparece como elemento central para a democratização das políticas públicas, especialmente quando articulada ao acolhimento, ao diálogo e à construção coletiva do cuidado. Observa-se uma convergência significativa com a perspectiva freiriana ao reconhecer a participação como condição para a emancipação e para a constituição dos sujeitos como protagonistas de suas trajetórias. No entanto, a análise também evidencia limites concretos: a participação, embora valorizada, ainda se realiza de forma desigual, tensionada por barreiras institucionais, burocráticas e por relações de poder que restringem sua efetividade. Assim, reafirma-se que a participação popular não se reduz a um princípio normativo, mas se configura como prática em disputa, cuja potência transformadora depende das condições materiais e políticas que possibilitam — ou limitam — sua realização no cotidiano dos serviços.

5.2.2 Burocracia

A burocracia aparece nos estudos como um dos principais elementos que tensionam a efetivação das políticas públicas, frequentemente operando como barreira ao acesso, à qualidade do cuidado e à humanização dos serviços. Diversos artigos apontam que práticas burocráticas, como excesso de protocolos, limitações estruturais e organização rígida dos serviços, dificultam a realização do acolhimento em sua dimensão relacional.

Os achados evidenciam, por exemplo, que a sobrecarga de atendimentos e a falta de estrutura comprometem o cuidado (Gusmão et al., 2021, p. 1593), enquanto sistemas organizacionais, como a distribuição limitada de fichas, inviabilizam o acesso da população

(Silva; David; Romano, 2020, p. 10). Além disso, a burocratização pode reduzir o acolhimento a uma prática de triagem, esvaziando seu potencial de escuta qualificada (Gusmão et al., 2021, p. 1594). Em outros casos, a precarização estrutural, como a falta de investimento na rede de atenção psicossocial, também aparece como entrave à continuidade do cuidado (Eslabão et al., 2023, p. 78).

Outro aspecto relevante refere-se às disputas institucionais e à hierarquização profissional, que reforçam lógicas burocráticas ao desvalorizar o trabalho multiprofissional e limitar a atuação coletiva (Silva; David; Romano, 2020, p. 506). Esses elementos indicam que a burocracia não se restringe a procedimentos administrativos, mas se articula a relações de poder e organização do trabalho.

Por outro lado, alguns estudos indicam movimentos de resistência e reconfiguração dessas práticas. Sucar et al. (2022) evidenciam tentativas de transformar instrumentos institucionais em dispositivos de qualificação da escuta, enquanto outros trabalhos apontam a necessidade de romper com práticas protocolares para valorizar a singularidade dos sujeitos (Gusmão et al., 2021).

No referencial de Paulo Freire, a crítica à burocracia aparece associada ao enfrentamento do fatalismo institucional: “afirmar categoricamente que [...] coisa alguma é possível fazer [...] tem minha absoluta recusa” (Freire, 2015, p. 34). Além disso, o autor denuncia que “a ideologia fatalista, imobilizante [...] anda solta no mundo” (Freire, 1996, p. 11), evidenciando como estruturas institucionais podem naturalizar a exclusão e bloquear possibilidades de transformação.

Há convergência entre os estudos e Freire ao identificar a burocracia como elemento que limita a ação dos sujeitos e compromete práticas emancipatórias. No entanto, os artigos analisados oferecem maior concretude a essa discussão ao evidenciar como a burocracia se materializa no cotidiano dos serviços — seja na organização do acesso, na precarização das condições de trabalho ou na redução do cuidado a procedimentos técnicos. Diferentemente da abordagem mais teórica de Freire, os estudos mostram que a burocracia é vivida de forma concreta pelos usuários e profissionais, produzindo efeitos diretos na qualidade do cuidado.

Assim, a burocracia aparece como uma categoria ambivalente, pois, embora necessária à organização das políticas públicas, pode converter-se em mecanismo de exclusão quando se sobrepõe à escuta, à singularidade das demandas e à continuidade do cuidado. A leitura freiriana contribui para interpretar essa burocratização como forma de naturalização institucional dos limites, enquanto os estudos analisados demonstram seus efeitos concretos sobre usuários, trabalhadores e redes de atenção.

5.3 RELAÇÕES DE PODER

A análise dos estudos da revisão permite compreender que as relações de poder constituem um eixo estruturante do cuidado em saúde, atravessando tanto as práticas assistenciais quanto a organização do trabalho e das instituições. De modo geral, os artigos apontam para a coexistência de dois movimentos: a persistência de relações hierárquicas, fortemente ancoradas no modelo biomédico, e a emergência de práticas que tensionam essa lógica, sobretudo por meio do acolhimento, da escuta qualificada e da construção de vínculos (Lenz et al., 2021; Gusmão et al., 2021; Silva, David & Romano, 2020; Eslabão et al., 2023; Sucar et al., 2022; Giordani et al., 2020).

Observa-se que essa dinâmica não é homogênea entre os campos analisados. Na atenção básica, os estudos enfatizam as relações interprofissionais e a hierarquia entre categorias (Silva, David & Romano, 2020; Gusmão et al., 2021), enquanto na saúde mental emergem questões relacionadas à organização da rede e à centralização do cuidado (Eslabão et al., 2023; Frazatto & Dalosso, 2022). Já em contextos hospitalares e de urgência, destacam-se tensões entre tecnicismo e humanização (Scolari et al., 2020).

No plano teórico, Paulo Freire compreende que “o poder dos poderosos sempre existiu e sempre procurou esmagar os sem poder” (Freire, 2015, p. 25), situando as relações de poder como históricas, estruturais e marcadas pela opressão. Essa perspectiva amplia a leitura dos achados ao evidenciar que as desigualdades observadas nos serviços de saúde não são apenas organizacionais, mas expressam uma lógica social mais ampla.

Há convergência entre os estudos e Freire ao reconhecer que as relações de poder produzem desigualdade, silenciamento e limitação da autonomia. No entanto, enquanto Freire opera em uma perspectiva macroestrutural e ético-política, os estudos analisados permitem visualizar como essas relações se concretizam no cotidiano dos serviços, revelando nuances, contradições e diferentes graus de transformação.

As relações de poder se configuram como dimensão constitutiva e incontornável do cuidado em saúde, expressando-se de forma contraditória no cotidiano dos serviços. A análise evidencia a coexistência entre a reprodução de lógicas hierárquicas, ancoradas no modelo biomédico e na organização verticalizada do trabalho, e a emergência de práticas que tensionam essas estruturas, especialmente por meio do acolhimento, da escuta e da construção de vínculos.

Em diálogo com a perspectiva freiriana, esses achados permitem reconhecer que tais relações não se restringem ao plano institucional, mas são expressão de determinações

históricas e sociais mais amplas. Assim, embora os estudos revelem avanços importantes no plano micropolítico, reafirma-se que a transformação efetiva dessas relações exige a articulação entre práticas cotidianas críticas e projetos ético-políticos mais amplos, capazes de enfrentar as bases estruturais que sustentam a desigualdade e a opressão.

5.3.1 Dominação

A dominação emerge nos estudos como elemento central das relações de poder, manifestando-se principalmente por meio da hegemonia do modelo biomédico e da organização hierárquica dos serviços. Parte significativa dos artigos aponta que o saber técnico-científico se impõe como forma legítima de conhecimento, subordinando outras formas de saber, especialmente as dos usuários e de profissionais de menor prestígio institucional (Lenz et al., 2021; Silva, David & Romano, 2020; Gusmão et al., 2021; Giordani et al., 2020).

Na atenção básica, Silva, David e Romano (2020) evidenciam a centralidade de determinadas categorias profissionais, como médicos e enfermeiros, que concentram maior poder de decisão. De forma semelhante, Gusmão et al. (2021) e Giordani et al. (2020) destacam que a organização do trabalho ainda se estrutura a partir de lógicas hierárquicas que dificultam a construção de práticas mais democráticas.

Em contextos específicos, como o cuidado a populações vulneráveis, a dominação assume outras formas. Frazatto e Dalosso (2022) apontam limitações institucionais no atendimento a crianças e adolescentes, enquanto Menezes et al. (2020) evidenciam a predominância de um cuidado centrado na dimensão física, que subordina aspectos subjetivos e relacionais. Já Ramos et al. (2021) destacam que a gestão em saúde ainda concentra poder decisório, dificultando a ampliação da participação coletiva.

Por outro lado, alguns estudos indicam tensões e tentativas de superação dessa lógica. Sucar et al. (2022), Eslabão et al. (2023) e Kuse, Taschetto e Cembranel (2022) demonstram que o acolhimento e a escuta qualificada podem operar como dispositivos que deslocam o poder da autoridade técnica para o encontro dialógico, ainda que de forma parcial e situada.

No referencial de Paulo Freire, a dominação é compreendida como relação estrutural que impede a autonomia dos sujeitos e reproduz a opressão: “a pedagogia do oprimido [...] não pode ser elaborada pelos opressores” (Freire, 1987, p. 17).

Há forte convergência entre os estudos e Freire ao evidenciar a existência de relações verticalizadas e concentradoras de poder. No entanto, os artigos analisados permitem

identificar gradações dessa dominação — ora mais rígida, como em contextos altamente tecnicistas (Lenz et al., 2021), ora tensionada por práticas de humanização (Eslabão et al., 2023). Diferentemente da abordagem mais estrutural de Freire, os estudos mostram que a dominação pode ser simultaneamente reproduzida e contestada no cotidiano dos serviços.

A dominação, tal como evidenciada nos estudos, constitui um elemento estruturante das relações de poder no campo da saúde, manifestando-se especialmente na hegemonia do saber técnico-científico e na organização hierárquica dos serviços. A literatura analisada demonstra que essas formas de dominação limitam a autonomia dos sujeitos e subordinam saberes e práticas, ao mesmo tempo em que revela fissuras e possibilidades de tensionamento no cotidiano, especialmente por meio do acolhimento e da escuta qualificada.

Em diálogo com a perspectiva freiriana, essa análise se aprofunda ao reconhecer a dominação como relação estrutural de opressão, ainda que os estudos evidenciem sua expressão de forma mais dinâmica, marcada por disputas e resistências no plano institucional. Assim, a dominação se apresenta não apenas como condição a ser denunciada, mas como campo em permanente tensão, no qual práticas críticas podem tanto reproduzir quanto desafiar as relações de poder existentes.

5.3.2 Subalternidade

A subalternidade aparece nos estudos como efeito direto das relações de poder, manifestando-se tanto na posição dos usuários quanto na dos trabalhadores da saúde. Parte dos artigos evidencia que usuários são frequentemente reduzidos à condição de objetos de intervenção, com pouca participação nas decisões sobre o cuidado (Sucar et al., 2022; Lenz et al., 2021; Scolari et al., 2020; Frazatto & Dalosso, 2022).

No entanto, essa subalternização não se restringe aos usuários. Silva, David e Romano (2020) e Lenz et al. (2021) mostram que profissionais de nível médio possuem menor poder de fala e decisão, enquanto Gusmão et al. (2021) apontam uma subalternidade epistemológica, relacionada ao desconhecimento das diretrizes da humanização. Ramos et al. (2021), por sua vez, evidenciam a vulnerabilidade dos trabalhadores diante da precarização das condições de trabalho, especialmente no contexto da pandemia.

Além disso, há diferenças importantes entre os campos. Na saúde mental, a subalternidade aparece associada à organização da rede e à centralização dos serviços, como no caso dos CAPS (Eslabão et al., 2023). Já na atenção básica e hospitalar, ela se expressa mais nas relações interpessoais e na desigualdade de acesso (Scolari et al., 2020).

Para Paulo Freire, a subalternidade está profundamente ligada à experiência da opressão: “as situações concretas de opressão reduzem o tempo histórico dos oprimidos a um presente eterno de desesperança” (Freire, 2015, p. 36). Além disso, ele destaca que os oprimidos podem internalizar essa condição, “introjetando a sombra dos opressores” (Freire, 1987, p. 18).

Há convergência entre os estudos e Freire ao reconhecer a limitação da autonomia dos sujeitos e a produção de desigualdades. Contudo, enquanto os artigos enfatizam dimensões estruturais e organizacionais da subalternidade, Freire amplia essa compreensão ao incluir sua dimensão subjetiva, mostrando que a opressão também se internaliza e produz modos de ser e de existir. A subalternidade, tal como evidenciada nos estudos, revela a profundidade das relações de poder que atravessam tanto os usuários quanto os próprios trabalhadores, configurando limites concretos à autonomia, à participação e à produção do cuidado. A literatura aponta para dimensões estruturais, organizacionais e epistemológicas dessa condição, demonstrando como ela se expressa nas hierarquias institucionais, na precarização do trabalho e na desigualdade de acesso e decisão.

Em diálogo com a perspectiva freiriana, essa análise se amplia ao incorporar a dimensão subjetiva da opressão, evidenciando que a subalternidade não se restringe às condições externas, mas também se internaliza, produzindo modos de ser marcados pela negação da autonomia. Assim, a superação dessa condição exige não apenas mudanças nas estruturas e nas práticas institucionais, mas também processos críticos de conscientização, capazes de tensionar e transformar as bases que sustentam a desigualdade e a desumanização.

5.3.3 Resistência

Na atenção básica, a resistência se expressa na valorização da escuta e na tentativa de romper com a lógica produtivista e tecnicista (Kuse, Taschetto & Cembranel, 2022; Gusmão et al., 2021). Na saúde mental, ela aparece no deslocamento do modelo biomédico para uma abordagem psicossocial e contextual (Eslabão et al., 2023; Frazatto & Dalosso, 2022). Já em contextos hospitalares, manifesta-se em práticas de humanização e na valorização do vínculo com usuários e famílias (Scolari et al., 2020).

Além disso, alguns estudos apontam resistências no plano coletivo, como a valorização do trabalho em equipe e a construção de redes de cuidado (Silva, David & Romano, 2020; Ramos et al., 2021). No pensamento de Paulo Freire, a resistência é entendida como ação ética e política: “não podemos renunciar à luta [...] de decidir, de optar, de

romper” (Freire, 2015, p. 26). Ele também destaca que a libertação é um processo complexo: “a libertação [...] é um parto” (Freire, 1987, p. 36).

Há forte convergência entre os estudos e Freire ao compreender a resistência como ruptura com a lógica dominante. Entretanto, observa-se uma diferença importante: enquanto Freire concebe a resistência como transformação estrutural e histórica, os estudos analisados tendem a apresentá-la como práticas localizadas e cotidianas. Isso sugere que, embora potentes, essas práticas nem sempre conseguem alterar de forma mais ampla as estruturas de poder.

As práticas de resistência evidenciadas nos estudos revelam a potência do cotidiano como espaço de tensionamento das lógicas hegemônicas, especialmente por meio do acolhimento, da escuta e da construção de vínculos. Essas ações, ainda que situadas no plano micropolítico, demonstram a capacidade dos profissionais de produzir deslocamentos nas formas de cuidado, rompendo, mesmo que parcialmente, com modelos tecnicistas, produtivistas e hierárquicos.

Em diálogo com Paulo Freire, essas práticas se aproximam de uma ética da resistência, comprometida com a humanização e com a transformação das relações. No entanto, a análise também explicita seus limites, uma vez que tais resistências, por vezes, permanecem circunscritas ao cotidiano dos serviços, sem alcançar mudanças estruturais mais amplas. Assim, reafirma-se que a resistência, embora fundamental, exige articulação com projetos coletivos e políticos mais amplos para que possa efetivamente contribuir para processos de emancipação social.

5.3.4 Corresponsabilização

A corresponsabilização aparece como uma das principais estratégias de reconfiguração das relações de poder, envolvendo a partilha de responsabilidades entre profissionais, usuários e redes de apoio. Diversos estudos destacam que o cuidado compartilhado favorece a autonomia e a participação dos sujeitos (Kuse, Taschetto & Cembranel, 2022; Lenz et al., 2021; Scolari et al., 2020; Menezes et al., 2020).

Diferentemente da discussão realizada na seção sobre intervenções profissionais, aqui a corresponsabilização é analisada como mecanismo de reconfiguração das relações de poder.

Na saúde mental, Eslabão et al. (2023) e Frazatto e Dalosso (2022) evidenciam a importância das redes e da articulação intersetorial, enquanto Ramos et al. (2021) enfatizam o papel do coletivo e da humanização na construção de práticas corresponsáveis. Giordani et al.

(2020), por outro lado, apontam limites na efetivação dessa proposta, indicando que a participação ainda é desigual entre os diferentes atores.

Na atenção básica, Silva, David e Romano (2020) e Gusmão et al. (2021) destacam que a corresponsabilização está associada à descentralização do cuidado e à multiprofissionalidade, embora ainda enfrente barreiras relacionadas à hierarquia institucional. Embora Paulo Freire não utilize diretamente o termo corresponsabilização, sua perspectiva dialoga com esse conceito ao defender relações dialógicas e horizontais: “não podemos nos assumir como sujeitos [...] a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos” (Freire, 1996, p. 10).

Há convergência entre os estudos e Freire na valorização da autonomia, da participação e do diálogo. No entanto, os artigos mostram que a corresponsabilização ainda se realiza de forma desigual e, muitas vezes, limitada pelas condições institucionais. Diferentemente da proposta freiriana, que implica transformação estrutural das relações, a corresponsabilização nos estudos aparece frequentemente como prática parcial, situada e em disputa.

A corresponsabilização se configura como estratégia relevante para tensionar e reconfigurar as relações de poder no interior das práticas de cuidado, ao promover a autonomia, a participação e o trabalho coletivo entre diferentes atores. Há uma clara convergência com a perspectiva freiriana na valorização do diálogo, da ética e da construção compartilhada das ações.

Contudo, a análise evidencia que, no cotidiano dos serviços, essa corresponsabilização ainda se efetiva de forma desigual, atravessada por hierarquias, limites institucionais e condições organizacionais que restringem sua plena realização. Assim, enquanto em Freire essa dimensão se vincula a uma transformação estrutural das relações sociais, nos estudos ela se apresenta como prática em construção, situada e permeada por contradições, revelando tanto seu potencial emancipatório quanto seus limites concretos.

De modo integrado, os resultados indicam que o acolhimento ético-político se constitui como categoria articuladora entre cuidado, diálogo, justiça social, intervenção profissional e disputa institucional. A literatura analisada demonstra sua relevância para a qualificação das práticas, enquanto o referencial freiriano amplia sua compreensão ao situá-lo no horizonte da emancipação, da consciência crítica e da transformação das relações de opressão. Como implicação profissional, os achados sustentam a necessidade de práticas de acolhimento que não se limitem à recepção ou à triagem, mas que incorporem escuta

qualificada, corresponsabilização, articulação em rede, problematização dos limites institucionais e compromisso ético com os sujeitos atendidos.

Diante desses resultados, torna-se necessário avançar da análise das possibilidades e contradições do acolhimento ético-político para a construção de estratégias que possam subsidiar a reflexão e o exercício profissional no cotidiano das políticas públicas sociais. As tensões identificadas ao longo da pesquisa evidenciam que a consolidação de práticas dialógicas, corresponsáveis e comprometidas com a efetivação de direitos não depende apenas da disposição individual dos profissionais, mas também da capacidade de reconhecer criticamente os limites institucionais, as relações de poder e as condições concretas em que o trabalho se realiza.

É nesse movimento entre reflexão crítica e prática profissional que se insere o produto técnico decorrente desta pesquisa. Sua elaboração parte das categorias e mediações identificadas na análise e busca oferecer subsídios para que profissionais possam problematizar suas práticas de acolhimento, reconhecendo potencialidades, limites e possibilidades de construção de relações mais dialógicas e participativas. Assim, o produto não se apresenta como um modelo prescritivo ou como um conjunto de respostas prontas, mas como um recurso para fomentar processos de reflexão, diálogo e construção coletiva no cotidiano profissional.

Nessa direção, o capítulo seguinte apresenta o produto técnico denominado *Caminhar junto: o acolhimento ético-político como horizonte possível na prática profissional*, concebido como um desdobramento teórico-prático dos resultados desta investigação e orientado pelo compromisso com uma práxis crítica, dialógica e socialmente situada.

6 CAMINHAR JUNTO: O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO HORIZONTE POSSÍVEL NA PRÁTICA PROFISSIONAL

*“Aqueles que passam por nós não
vão sós. Deixam um pouco de si,
levam um pouco de nós.”*
Antoine de Saint-Exupéry

A presente pesquisa resultou na elaboração de um produto técnico de caráter formativo, desenvolvido a partir das reflexões teóricas e dos resultados produzidos ao longo da investigação. Sua construção está diretamente relacionada às categorias e mediações identificadas na análise, especialmente àquelas que evidenciam a importância do diálogo, da escuta, da corresponsabilização, da autonomia, da participação e do compromisso ético-político no desenvolvimento das práticas de acolhimento no âmbito das políticas públicas sociais.

As análises desenvolvidas nos capítulos anteriores evidenciaram, ainda, que essas dimensões não se materializam de maneira desvinculada das condições concretas em que se desenvolvem as práticas profissionais. O acolhimento ocorre em espaços institucionais atravessados por exigências burocráticas, relações de poder, processos de dominação e subalternidade, bem como por possibilidades de resistência, mediação e construção de práticas participativas. Nesse sentido, os resultados indicam que o caráter ético-político do acolhimento não decorre exclusivamente da realização de um procedimento denominado acolhimento, mas das concepções de sujeito, das relações estabelecidas, das mediações presentes e das finalidades que orientam a prática profissional.

Intitulado *Caminhar junto: o acolhimento ético-político como horizonte possível na prática profissional*, o produto técnico, em formato de folder, busca oferecer subsídios para a reflexão sobre o acolhimento no cotidiano profissional, considerando tanto suas potencialidades quanto as contradições e os limites institucionais que atravessam sua realização. Sua elaboração parte, portanto, da compreensão de que refletir sobre o acolhimento implica considerar não apenas os modos de relação estabelecidos entre profissionais e sujeitos, mas também as condições institucionais, políticas e sociais nas quais essas relações se constituem.

Nessa perspectiva, o produto não se propõe a apresentar um modelo prescritivo ou um conjunto de procedimentos a serem reproduzidos de forma homogênea. Busca constituir-se como um recurso de apoio à problematização das práticas e à construção coletiva de possibilidades de intervenção, reconhecendo que o acolhimento ético-político se constitui em

processos históricos, relacionais e contraditórios, que exigem reflexão crítica sobre as práticas profissionais e sobre as condições em que elas se desenvolvem.

Este capítulo apresenta, inicialmente, a fundamentação e a concepção que orientaram a elaboração do produto técnico e, posteriormente, discute seu potencial inovador, sua aplicabilidade e o impacto esperado no contexto das práticas profissionais desenvolvidas no âmbito das políticas públicas sociais.

6.1 FUNDAMENTAÇÃO E CONCEPÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

A elaboração do produto técnico fundamenta-se diretamente nos resultados produzidos ao longo desta pesquisa. As análises desenvolvidas permitiram compreender que o acolhimento ético-político ultrapassa a ideia de atendimento inicial, configurando-se como uma prática construída nas relações humanas e fundamentada no diálogo, na escuta sensível, na humanização, no reconhecimento dos sujeitos, na participação, na garantia de direitos e na emancipação humana. Nesse contexto, as contribuições de Paulo Freire mostraram-se fundamentais para a construção de uma compreensão crítica do acolhimento, comprometida com a dignidade humana, a autonomia dos sujeitos e a transformação social.

Partindo dessas compreensões, identificou-se a necessidade de desenvolver um material capaz de aproximar os conhecimentos produzidos pela pesquisa do cotidiano dos diferentes serviços das políticas públicas sociais. A proposta do produto consiste em traduzir os principais achados da investigação em uma linguagem acessível, reflexiva e didática, dirigida a profissionais, estudantes, trabalhadores e usuários das políticas públicas sociais. Busca-se, assim, contribuir para a qualificação das práticas de acolhimento ético-político, fortalecendo processos de educação permanente, formação crítica e construção coletiva do conhecimento

O produto técnico desenvolvido consiste em um folder de caráter técnico-formativo, disponibilizada em formato PDF, intitulado *Caminhar junto: o acolhimento ético-político como horizonte possível na prática profissional*.

O folder foi concebido como uma estratégia de tradução do conhecimento científico produzido pela pesquisa, aproximando os resultados da investigação do cotidiano dos profissionais que atuam nas políticas públicas sociais. Seu conteúdo fundamenta-se nos principais elementos identificados ao longo do estudo, especialmente o diálogo, a escuta sensível, a humanização, o reconhecimento das singularidades, a participação dos sujeitos, a garantia de direitos e a emancipação humana.

Diferentemente de manuais normativos ou protocolos de atendimento, a proposta do folder não consiste em prescrever procedimentos rígidos de atuação profissional. Seu objetivo é promover reflexões acerca dos fundamentos éticos, políticos e relacionais que permeiam as práticas de acolhimento, apresentando diretrizes construídas a partir dos resultados da pesquisa e das contribuições de Paulo Freire.

A organização do material privilegia uma abordagem dialógica e problematizadora, articulando conceitos, perguntas para reflexão, orientações práticas e recursos visuais que estimulam o leitor a analisar criticamente sua própria prática profissional. Dessa forma, o folder busca constituir-se não apenas como um instrumento de consulta, mas como um dispositivo de formação capaz de favorecer processos coletivos de aprendizagem e educação permanente.

O público-alvo do produto compreende profissionais, estudantes e trabalhadores vinculados às políticas públicas sociais, especialmente das áreas da assistência social, saúde, educação, justiça e demais serviços voltados à proteção social. Em razão de seu caráter interdisciplinar, o material poderá ser utilizado em processos de formação acadêmica, capacitações institucionais, grupos de estudo e atividades de educação permanente.

A relevância do produto técnico está relacionada à necessidade de ampliar as discussões sobre o acolhimento nas políticas públicas sociais, considerando suas dimensões éticas, políticas e relacionais. Embora o acolhimento seja amplamente mencionado em documentos normativos e nas práticas institucionais, ainda são frequentes compreensões que o associam exclusivamente a procedimentos administrativos ou etapas iniciais do atendimento.

Nesse contexto, o folder busca contribuir para a ampliação do debate sobre o tema, promovendo reflexões que favoreçam a construção de práticas profissionais comprometidas com a dignidade humana, a participação dos sujeitos e a garantia de direitos.

Além disso, o material possibilita a socialização dos conhecimentos produzidos pela pesquisa para além do meio acadêmico, ampliando seu alcance e potencializando sua contribuição para os diferentes espaços de atuação profissional.

O produto apresenta aderência direta à proposta do Mestrado Profissional em Psicologia, uma vez que articula produção científica, formação profissional e intervenção na realidade social. Sua elaboração decorre diretamente dos resultados da pesquisa, transformando conhecimentos acadêmicos em um material aplicável aos contextos de atuação das políticas públicas sociais.

A complexidade do produto reside na tradução de conceitos teóricos relacionados ao acolhimento, à ética, à política, à humanização e à emancipação humana para uma linguagem acessível, sem comprometer o rigor conceitual que fundamenta a investigação.

6.2 POTENCIAL INOVADOR, APLICABILIDADE E IMPACTO ESPERADO

O potencial inovador do produto está na articulação entre o acolhimento nas políticas públicas sociais e as contribuições de Paulo Freire, perspectiva ainda pouco explorada na literatura sobre o tema. Ao propor diretrizes para um acolhimento ético-político fundamentadas na dialogicidade, na escuta, na participação e na emancipação humana, o folder amplia as possibilidades de compreensão do acolhimento para além de abordagens procedimentais ou estritamente técnicas.

Além disso, o material apresenta uma proposta formativa baseada na problematização da prática profissional, estimulando processos reflexivos alinhados à perspectiva freireana de construção coletiva do conhecimento. O folder apresenta potencial de aplicação em diferentes contextos vinculados às políticas públicas sociais, podendo ser utilizada em processos de formação inicial e continuada de profissionais, atividades de educação permanente, grupos de estudo, capacitações institucionais e ações de sensibilização das equipes de trabalho.

Sua linguagem acessível e sua organização didática favorecem a utilização por diferentes categorias profissionais, contribuindo para discussões interdisciplinares acerca do acolhimento e de suas implicações ético-políticas. Além disso, por estar disponível em formato digital, o material poderá ser facilmente compartilhado e utilizado em diferentes territórios e instituições.

Espera-se que o folder contribua para ampliar as reflexões sobre o acolhimento nas políticas públicas sociais, favorecendo a construção de práticas profissionais mais dialógicas, humanizadas e comprometidas com a garantia de direitos. Ao estimular a problematização das práticas institucionais e dos sentidos atribuídos ao acolhimento, o material poderá contribuir para o fortalecimento de processos de participação, autonomia e emancipação dos sujeitos atendidos pelas políticas públicas.

Seu impacto potencial também está relacionado à possibilidade de utilização em espaços de formação e educação permanente, promovendo a circulação dos conhecimentos produzidos pela pesquisa e fortalecendo o diálogo entre universidade, serviços e sociedade. O produto técnico apresenta-se sob a forma de um folder técnico-formativo¹, organizada de maneira acessível, reflexiva e visualmente atrativa. Sua estrutura foi planejada com o objetivo

de favorecer a leitura, a problematização da prática profissional e a utilização do material em diferentes espaços formativos.

O eixo central do material é constituído pelas diretrizes para um acolhimento ético-político, construídas a partir dos resultados da pesquisa e fundamentadas nas contribuições de Paulo Freire. As diretrizes contemplam aspectos relacionados ao reconhecimento dos sujeitos em sua singularidade, à escuta sensível, à construção de relações dialógicas, à participação, à garantia de direitos e à emancipação humana.

Além dos conteúdos teóricos, o folder incorpora perguntas problematizadoras e situações reflexivas inspiradas no cotidiano das políticas públicas sociais, buscando estimular processos de reflexão crítica sobre as práticas institucionais e os sentidos atribuídos ao acolhimento.

Sua organização está alinhada à perspectiva freireana que orienta esta pesquisa, valorizando o diálogo, a participação dos sujeitos e a construção coletiva do conhecimento, contribuindo para processos de formação e qualificação profissional comprometidos com a defesa dos direitos humanos e a transformação social.

Desse modo, a construção do folder *Caminhar junto: o acolhimento ético-político como horizonte possível na prática profissional* materializa, no âmbito desta pesquisa, o esforço de aproximar a produção do conhecimento científico das práticas desenvolvidas nas políticas públicas sociais. Ao sistematizar os achados da investigação em uma proposta técnico-formativa orientada pelo diálogo, pela escuta, pela participação e pela emancipação humana, o produto busca favorecer processos de reflexão crítica e qualificação das práticas de acolhimento, sem assumir caráter prescritivo ou pretender oferecer respostas acabadas às contradições presentes nos diferentes contextos institucionais.

Sua elaboração constitui, assim, um desdobramento dos resultados alcançados e reafirma o compromisso da pesquisa com a produção de conhecimentos capazes de dialogar com os espaços concretos de atuação profissional. A partir desse percurso, as Considerações Finais retomam o problema e os objetivos que orientaram o estudo, sintetizando seus principais achados, contribuições, limites e possibilidades de continuidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A utopia está lá no horizonte. Me
aproximo dois passos, ela se afasta
dois passos. [...] Para que serve a
utopia? Serve para isso: para que
eu não deixe de caminhar.”*

**Fernando Birri, citado por
Eduardo Galeano, *As palavras
andantes***

Ao concluir o percurso desta pesquisa, retomam-se as reflexões que orientaram a construção do estudo sobre o acolhimento ético-político e suas possibilidades no âmbito das políticas públicas sociais. Mais do que chegar a uma definição acabada, o caminho percorrido permitiu problematizar o acolhimento em suas diferentes dimensões, buscando compreendê-lo para além de uma prática técnico-operacional e situá-lo no campo das relações sociais, éticas, políticas e institucionais.

A pesquisa foi orientada pelo seguinte problema: de que modo os fundamentos teóricos do acolhimento ético-político, a partir da obra de Paulo Freire, podem orientar práticas emancipatórias no campo das políticas públicas sociais contemporâneas? A análise realizada permite compreender que categorias presentes no pensamento freiriano oferecem fundamentos importantes para pensar práticas de acolhimento orientadas pelo diálogo, pela escuta, pela problematização da realidade, pela autonomia, pela participação, pelo reconhecimento dos sujeitos e pela defesa de direitos.

Ao longo da investigação, tornou-se necessário reconhecer que o acolhimento não aparece na obra de Paulo Freire como uma categoria específica ou sistematicamente formulada. Sua contribuição para esta pesquisa encontra-se nas possibilidades de aproximação entre categorias como dialogicidade, conscientização, humanização, práxis, autonomia, ética e participação e as dimensões que atravessam as práticas de acolhimento. Nesse sentido, não se pretende atribuir a Freire uma concepção de acolhimento que ele não formulou, mas construir, a partir de seu pensamento, elementos que possibilitem refletir criticamente sobre as relações estabelecidas entre sujeitos, profissionais e instituições.

Essa aproximação possibilitou compreender que o acolhimento ético-político não se reduz ao ato de receber, ouvir ou encaminhar uma demanda. As formas como os sujeitos são escutados, reconhecidos e inseridos nos processos decisórios expressam concepções acerca de sua autonomia, de seus saberes, de seus direitos e de sua participação. A prática do

acolhimento envolve, portanto, escolhas que não são neutras e que podem assumir diferentes sentidos conforme as relações e as condições institucionais em que são construídas.

A análise da literatura acadêmica demonstrou que o acolhimento atravessa diferentes áreas do conhecimento e campos profissionais, especialmente saúde, assistência social, educação, Serviço Social e Psicologia. Nas produções analisadas, aparecem com frequência elementos relacionados à humanização, ao cuidado, à escuta, à construção de vínculos e ao acesso a direitos. Esses aspectos contribuíram para compreender a amplitude do acolhimento e sua presença nas políticas públicas sociais.

Ao mesmo tempo, a investigação evidenciou a necessidade de ampliar a discussão acerca de suas dimensões éticas e políticas. A compreensão do acolhimento apenas como instrumento, procedimento ou estratégia institucional não permite apreender a totalidade das relações que o constituem. É necessário considerar as condições sociais, políticas e institucionais em que essas práticas se desenvolvem, assim como as relações de poder, as contradições e as mediações que atravessam o cotidiano profissional.

Os resultados construídos no decorrer da análise permitiram identificar dimensões importantes para a compreensão do acolhimento ético-político, entre elas a escuta, o cuidado, o vínculo, a alteridade, a autonomia, o protagonismo, o diálogo, a consciência crítica, a problematização, a justiça social, os direitos humanos, a equidade e a inclusão. Essas dimensões não devem ser compreendidas de maneira isolada, mas em suas relações e no movimento produzido pelas condições concretas em que as práticas profissionais se realizam.

A análise também demonstrou que entre os princípios que podem orientar o acolhimento e sua materialização existe um conjunto de mediações. As políticas públicas sociais e os espaços institucionais nos quais o trabalho profissional se desenvolve são atravessados por interesses, limitações materiais, exigências burocráticas, condições de trabalho e relações de poder. Por essa razão, práticas orientadas pela escuta, pelo diálogo e pela participação não se concretizam de maneira automática ou exclusivamente pela vontade dos profissionais.

Nesse contexto, o acolhimento ético-político apresenta-se como um campo de contradições e disputas. Uma prática denominada acolhimento pode ser reduzida a triagem, encaminhamento, controle ou administração das demandas apresentadas pelos sujeitos. Em outra direção, pode possibilitar relações de escuta, construção de vínculos, reconhecimento da alteridade, participação e fortalecimento da autonomia.

Essa contradição constitui um dos aspectos centrais revelados pela pesquisa. O caráter emancipatório do acolhimento não está garantido pela sua denominação nem pela simples

existência de um procedimento institucional denominado acolhimento. Sua dimensão ético-política está relacionada às concepções que orientam a prática, às relações construídas entre os sujeitos, às finalidades do trabalho profissional e às condições concretas em que esse trabalho é realizado.

Nesse sentido, os resultados sustentam, no plano teórico-analítico, a hipótese de que princípios éticos, políticos e dialógicos podem subsidiar práticas comprometidas com a autonomia, com a participação e com a efetivação de direitos. Entretanto, o próprio percurso da pesquisa permitiu qualificar essa compreensão. O potencial emancipatório do acolhimento encontra-se condicionado pelas mediações institucionais, pelas condições de trabalho, pelas relações de poder e pelas contradições presentes nas políticas públicas sociais.

Reconhecer essas determinações não significa desconsiderar as possibilidades existentes no trabalho profissional. Ao contrário, significa situá-las concretamente. As instituições e as práticas profissionais não se encontram fora das relações de poder, mas também não são espaços nos quais somente a reprodução dessas relações é possível. É nesse movimento contraditório que podem ser construídas mediações, formas de participação, processos de resistência e outras possibilidades de relação entre profissionais, sujeitos e instituições.

No âmbito profissional, a pesquisa possibilitou refletir especialmente sobre as contribuições dessa compreensão para o Serviço Social e a Psicologia. A escuta, o diálogo, a corresponsabilização, a participação e o reconhecimento dos saberes e das experiências dos sujeitos não são compreendidos como etapas isoladas de um atendimento, mas como dimensões das relações profissionais. Nessa perspectiva, acolher implica reconhecer os usuários das políticas públicas sociais como sujeitos históricos e de direitos, e não apenas como destinatários de serviços ou intervenções institucionais.

A partir das reflexões e dos resultados produzidos ao longo da investigação, foi elaborado o produto técnico *Caminhar junto: o acolhimento ético-político como horizonte possível na prática profissional*. Sua construção decorre das categorias e mediações identificadas na pesquisa e busca oferecer subsídios para a reflexão sobre as práticas de acolhimento no cotidiano profissional. O produto não foi concebido como protocolo, resposta pronta ou modelo universal de intervenção, mas como recurso formativo voltado à problematização, ao diálogo e à construção coletiva de possibilidades de atuação.

No campo teórico, a pesquisa contribui para aproximar a discussão do acolhimento das categorias freirianas e de uma perspectiva crítica das políticas públicas sociais. Ao compreendê-lo como uma prática histórica, contraditória e atravessada por relações de poder,

torna-se possível ampliar o olhar para além da relação imediata entre profissional e usuário e considerar as condições sociais e institucionais que produzem e delimitam esse encontro.

Do ponto de vista social e profissional, discutir o acolhimento ético-político torna-se especialmente relevante diante das desigualdades sociais, das violações de direitos, da precarização das condições de trabalho e dos limites enfrentados pelas políticas públicas sociais. Nesse cenário, a defesa de práticas orientadas pela escuta, pelo diálogo, pela participação e pela autonomia não pode ser desvinculada da defesa das próprias políticas públicas, das condições de trabalho e da garantia de direitos.

A pesquisa apresenta limites que precisam ser reconhecidos. Por tratar-se de um estudo bibliográfico, a investigação esteve voltada às formulações presentes nas obras e produções acadêmicas analisadas. Dessa forma, os resultados não permitem afirmar como os fundamentos discutidos se materializam efetivamente nas relações cotidianas entre profissionais, instituições e usuários. O recorte temporal estabelecido para a literatura acadêmica também delimitou o corpus investigado, assim como a seleção das obras de Paulo Freire utilizadas nesta pesquisa não esgota a amplitude de sua produção intelectual.

Esses limites apontam possibilidades para a continuidade da investigação. Estudos empíricos poderão contribuir para compreender de que maneira diálogo, escuta, autonomia, participação, corresponsabilização, relações de poder e resistência aparecem nas práticas concretas de acolhimento em diferentes políticas públicas sociais. Também poderão ser aprofundadas as relações entre acolhimento, saúde mental, interseccionalidades, sofrimento ético-político, condições de trabalho e processos coletivos de resistência.

Dessa forma, a pesquisa não encerra a discussão sobre o acolhimento ético-político. Ao contrário, evidencia que se trata de um campo que necessita de permanente reflexão e problematização. As conclusões construídas neste estudo devem ser compreendidas dentro dos limites do percurso teórico e metodológico realizado e como possibilidades para novas aproximações com o tema.

Ao final desta caminhada, o acolhimento ético-político não se apresenta como uma técnica concluída ou como um modelo de intervenção capaz de garantir, por si só, processos emancipatórios. Apresenta-se como um horizonte possível, construído nas relações concretas entre sujeitos, profissionais, instituições e políticas públicas sociais.

Acolher, nessa perspectiva, significa mais do que receber uma demanda. Significa reconhecer o outro em sua historicidade, em suas condições concretas de existência, em seus saberes, experiências, direitos e possibilidades de participação. Significa também reconhecer que a escuta, o diálogo e a construção de vínculos acontecem em espaços permeados por

contradições e relações de poder e que, por isso mesmo, precisam ser permanentemente interrogados.

É nesse movimento entre limites e possibilidades, reprodução e resistência, que o acolhimento ético-político pode aproximar-se de uma práxis comprometida com relações mais democráticas, humanizadoras e emancipatórias. Não como uma promessa de transformação garantida pelo ato de acolher, mas como uma possibilidade histórica construída nas relações e nas escolhas que atravessam o cotidiano das políticas públicas sociais.

Assim, refletir sobre o acolhimento ético-político à luz da perspectiva freiriana significa também manter aberto o horizonte da transformação. Em uma realidade marcada por desigualdades e processos de desumanização, reconhecer o outro como sujeito de direitos, de história, de saberes e de transformação constitui não apenas uma dimensão da prática profissional, mas uma escolha ética e política sobre as relações que se busca construir.

REFERÊNCIAS

ALLMAN, Paula. Pedagogia crítica e libertação: a educação como transformação social. **Revista de Educação e Pedagogia**, v. 12, n. 1, p. 45-57, 1999.

ALMEIDA, R. C. L.; SILVA, J. C. S. A interdisciplinaridade na assistência social: desafios e possibilidades para a atuação dos profissionais. **Revista de Serviço Social e Política Social**, v. 4, n. 1, p. 45-58, 2012.

ANTUNES, C. A educação como prática de liberdade: o compromisso com a formação crítica e emancipatória. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 40, p. 102-115, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520:2023**: informação e documentação — citações em documentos — apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:2024**: informação e documentação — trabalhos acadêmicos — apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023:2025**: informação e documentação — referências — elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028:2021**: informação e documentação — resumo, resenha e resenha — apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

BAPTISTA, M. V. **Acolhimento familiar: uma alternativa para crianças e adolescentes**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BATISTA, M. C. A ética de Paulo Freire e seu compromisso com a libertação social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 50, p. 223-237, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BONDOLI, I.; MANTOVANI, S. A intervenção educativa e o sistema de trocas sociais. **Revista de Educação Infantil**, v. 2, n. 3, p. 25-38, 1998. Disponível em: <https://www.revistaeducacaoinfantil.com.br/artigo/intervencao-educativa>. Acesso em: 1 jan. 2025.

BOVE, C. A inserção escolar: relações e comunicações entre adultos e crianças. **Revista Brasileira de Educação**, v. 7, n. 21, p. 133-145, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BUENO, W. S.; MERHY, E. E. **Os equívocos da NOB 96: uma proposta em sintonia com os projetos neoliberalizantes?** Conferência Nacional de Saúde On-line, 1998. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/NOB96/NOB96crit.htm>. Acesso em: 6 abr. 1998.

CAMPOS, G. W. S. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança: revolução das coisas e reforma das pessoas: o caso da saúde. In: CECÍLIO, L. C. O. (org.). **Inventando a mudança na saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994. cap. 2, p. 29-87.

COIMBRA, Â. A práxis educativa libertadora na filosofia freireana: categorias fundamentais e sua aplicação nas políticas públicas. **Revista de Educação e Cultura**, v. 15, n. 4, p. 112-126, 2021.

ESLABÃO, Adriane Domingues *et al.* Avaliação do acesso e acolhimento no Centro de Atenção Psicossocial. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 15, e11983, p. 1-6, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.11983>. Acesso em: 23 jul. 2026.

FERNANDES, S. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 481-496, abr./jun. 2016.

FRANCO, T. B.; BUENO, W. S.; MERHY, E. E. **O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim (MG)**. 1998. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/inovador/betim.htm>. Acesso em: 5 maio 1998.

FRAZATTO, Carina Furlaneto; DALOSSO, Fernanda de Jesus. Acolhimento psicológico infantojuvenil na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). **Revista Polis e Psique**, v. 12, n. 2, p. 71-86, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.111772>. Acesso em: 23 jul. 2026.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas a quem ousa ensinar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Porto: Afrontamento, 1987.

GASQUES, J. **Diaconia do acolhimento: desafio à liturgia e à pastoral na cidade**. São Paulo: Paulus, 1996.

GIORDANI, Jessye Melgarejo *et al.* Acolhimento na atenção primária à saúde: revisão sistemática e metassíntese. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 7-25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2020.v23.16690>. Acesso em: 23 jul. 2026.

GUIMARÃES, M. G.; LEITE, M. L. A pedagogia dos pequenos e o direito à educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 4, n. 8, p. 98-112, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.org/educacaoinfantil>. Acesso em: 20 dez. 2025.

GUSMÃO, Ricardo Otávio Maia *et al.* Acolhimento na atenção primária à saúde na percepção da equipe multiprofissional. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 13, p. 1590-1595, 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KUSE, Elisandra Alves; TASCHETTO, Luciane; CEMBRANEL, Priscila. O cuidado na saúde mental: importância do acolhimento na Unidade de Saúde. **Espaço para a Saúde**, v. 23, e874, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22421/1517-7130/es.2022v23.e874>. Acesso em: 23 jul. 2026.

LENZ, Taís Cristiane *et al.* Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: perspectivas das pessoas com deficiência no contexto rural. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 11, e3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769244155>. Acesso em: 23 jul. 2026.

LEWGOY, A.; SILVEIRA, R. O acolhimento no trabalho do assistente social. In: CFESS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2007. p. 243-258.

LIMA, M. F. S.; MIOTO, R. C. A. Pesquisa qualitativa: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, p. 72-83, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MATUMOTO, S. **O acolhimento: um estudo sobre seus componentes e sua produção em uma unidade da rede básica de serviços de saúde**. Ribeirão Preto, 1998.

MENEZES, Tânia Maria *et al.* Acolhimento e cuidado da enfermeira na Estratégia Saúde da Família: percepções da pessoa idosa. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 24, e1304, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20200041>. Acesso em: 23 jul. 2026.

MERHY, E. E. **Agir em saúde: micropolítica do trabalho vivo**. Campinas, 1996.

MERHY, E. E. Em busca da qualidade dos serviços de saúde: os serviços de porta aberta para a saúde e o modelo tecnoassistencial em defesa da vida. In: CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira (org.). **Inventando a mudança na saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994. (Saúde em Debate. Série Didática, 76, 3).

MERHY, E. E. O SUS e um dos seus dilemas: mudar a gestão e a lógica do processo de trabalho em saúde: um ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo. In: FLEURY, S. (org.). **Saúde e democracia: a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 125-141.

MERHY, E. E.; CECÍLIO, L. C. O.; NOGUEIRA FILHO, R. C. Por um modelo tecnoassistencial da política de saúde em defesa da vida: contribuição para as conferências de saúde. **Saúde em Debate**, n. 33, p. 83-89, 1991.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis Online**. UOL, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=xR2v>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

MIRANDA, C. F.; MIRANDA, M. L. **Construindo a relação de ajuda**. 10. ed. Belo Horizonte: Crescer, 1996.

MOTTA, J. Acolhimento e inclusão escolar: práticas pedagógicas e psicossociais para a integração e o pertencimento dos estudantes. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 2, p. 151-165, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MOTTA, J. Acolhimento e práticas pedagógicas: uma reflexão sobre o processo de adaptação escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 59, p. 112-126, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso em: 15 fev. 2025.

NASCENTES, A. **Dicionário de sinônimos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Francisco Alves, 1981.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

QUADROS, Laura Cristina de Toledo; CUNHA, Claudia Carneiro da; UZIEL, Anna Paula. Acolhimento psicológico e afeto em tempos de pandemia: práticas políticas de afirmação da vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, e020016, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240322>. Acesso em: 23 jul. 2026.

RAMOS, Ana Cristina Coelho *et al.* A arte de humanizar em tempos de pandemia: a experiência da SESAB na produção do acolhimento. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 45, n. esp. 2, p. 201-216, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22278/2318-2660.2021.v45.nEspecial_2.a3486. Acesso em: 23 jul. 2026.

RODRIGUES, Rubens Luiz. A ética na práxis freiriana: educação para a liberdade e emancipação humana. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 27, p. 1-10, mar. 2024.

SCOLARI, Giovana Aparecida *et al.* Acolhimento em unidades de pronto atendimento: percepção de idosos e seus familiares. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 10, e3726, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19175/recom.v10i0.3726>. Acesso em: 23 jul. 2026.

SILVA, C. P. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019.

STRECK, D.; REDIN, S.; ZITKOSKI, V. Dicionário Paulo Freire: vida política e intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 68, p. 201-215, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SUCAR, Juçara Machado; VASCONCELOS, Selene Cordeiro; CARVALHO, José Carlos. Acolhimento em serviço especializado como estratégia de cuidado ao consumidor de álcool e outras drogas. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 6, n. 1, e22011, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12707/RVI22011>. Acesso em: 23 jul. 2026.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Sistema de Bibliotecas. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Caxias do Sul: UCS, edição vigente.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

APÊNDICE A – FOLDER TÉCNICO-FORMATIVO: CAMINHAR JUNTO: O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO HORIZONTE POSSÍVEL NA PRÁTICA PROFISSIONAL

Produto técnico desenvolvido como desdobramento da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional da Universidade de Caxias do Sul.

CAMINHAR JUNTO: O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO HORIZONTE POSSÍVEL NA PRÁTICA PROFISSIONAL

JUNTOS,
CONSTRUÍMOS
POSSIBILIDADES



A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO

O acolhimento fortalece vínculos, amplia a confiança entre profissionais e usuários e contribui para um atendimento mais humanizado.

Mais do que uma técnica, representa um compromisso ético com o respeito, a autonomia e a garantia dos direitos das pessoas.



O QUE É ACOLHIMENTO?

O acolhimento vai além de receber alguém ou realizar um atendimento. Trata-se de uma prática construída nas relações, baseada na escuta, no diálogo e no reconhecimento da dignidade.

Acolher significa compreender que cada pessoa possui uma história, necessidades e potencialidades próprias, sendo reconhecida como sujeito de direitos.



O QUE É O ACOLHIMENTO ÉTICO-POLÍTICO?

O acolhimento ético-político compreende que toda prática profissional envolve escolhas fundamentadas em valores, princípios e compromisso com os direitos humanos.



Sua **dimensão ética** orienta o respeito, a escuta e a valorização da dignidade humana.



Sua **dimensão política** pode contribuir para o fortalecimento da cidadania, da participação social e para o enfrentamento das desigualdades.



CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA PENSAR O ACOLHIMENTO

A partir de categorias presentes no pensamento de Paulo Freire, como diálogo, autonomia, participação e humanização, é possível refletir sobre o acolhimento como uma prática construída nas relações com os sujeitos.

Nessa perspectiva, o diálogo e a escuta podem favorecer relações menos verticalizadas e ampliar possibilidades de participação e autonomia.

“Ninguém educa ninguém;
os homens se educam em comunhão.

(FREIRE, 1979, p. 79).”

”



ACOLHER TAMBÉM EXIGE OLHAR PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As práticas de acolhimento são atravessadas pelas condições institucionais, pelas relações de poder, pela organização dos serviços e pelos recursos disponíveis.

Por isso, refletir sobre o acolhimento implica considerar não apenas a postura profissional, mas também as condições concretas em que o trabalho se realiza.



REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

* Conferir a página na edição efetivamente utilizada.



DIMENSÕES PARA REFLETIR SOBRE A PRÁTICA



Quem é a pessoa que está sentada à minha frente?
Eu enxergo nela um sujeito de direitos com uma história única ou apenas mais um caso institucional a ser resolvido?



O que a minha pressa silencia? Quando o fluxo de trabalho atropela o tempo, quais dores, detalhes ou pedidos de ajuda deixam de ser ouvidos na minha escuta?



Como minha atuação técnica expressa meu compromisso ético-político? Os procedimentos institucionais estão contribuindo para proteger direitos e reconhecer a dignidade dos sujeitos ou estão se tornando apenas respostas burocráticas às demandas?



Eu estou decidindo com o outro ou pelo outro?
Na minha prática diária, eu abro espaço para que o usuário tenha voz e autonomia, ou imponho caminhos baseados apenas no que eu acho melhor para ele?



O que o sofrimento do outro provoca em mim?
Sou capaz de uma escuta sensível sem me fechar, permitindo que o diálogo horizontal e o respeito orientem o atendimento?



Como o nosso espaço e a nossa rotina comunicam acolhimento? Se eu estivesse no lugar do usuário hoje, eu me sentiria verdadeiramente respeitado, ouvido e valorizado desde o primeiro instante?



DIMENSÕES DO ACOLHIMENTO NA PRÁTICA



Pratique a escuta qualificada.



Construa vínculos de confiança.



Utilize uma comunicação clara e acolhedora.



Incentive a autonomia e a participação.



Receba cada pessoa com respeito.



Garanta um atendimento pautado na ética e nos direitos humanos.

COMO COLOCAR EM PRÁTICA?

Na construção de práticas de acolhimento ético-político, algumas dimensões podem orientar a reflexão profissional:

- ✓ Escuta sem julgamentos.
- ✓ Respeita a singularidade de cada pessoa.
- ✓ Promove o diálogo.
- ✓ Compartilha decisões.
- ✓ Fortalece a autonomia.
- ✓ Atua comprometido com os direitos humanos.



Acolher é construir caminhos junto com a pessoa, e não por ela.

“

O acolhimento ético-político pode contribuir para a construção de espaços de diálogo, respeito, participação e reconhecimento da dignidade humana.

”



O ACOLHIMENTO EM FOCO



Práticas que fortalecem vínculos, ampliam possibilidades e promovem a dignidade de todas as pessoas.

COMO O ACOLHIMENTO SE REFLETE NA PRÁTICA?



Quem é a pessoa que está sentada à minha frente? Eu enxergo nela um sujeito de direitos com uma história única ou apenas mais um caso institucional a ser resolvido?



O que a minha pressa silencia? Quando o fluxo de trabalho atropela o tempo, quais dores, detalhes ou pedidos de ajuda deixam de ser ouvidos na minha escuta?



Como minha atuação técnica expressa meu compromisso ético-político? Os procedimentos institucionais estão contribuindo para proteger direitos e reconhecer a dignidade dos sujeitos ou estão se tornando apenas respostas burocráticas às demandas?



Eu estou decidindo com o outro ou pelo outro? Na minha prática diária, eu abro espaço para que o usuário tenha voz e autonomia, ou imponho caminhos baseados apenas no que eu acho melhor para ele?



O que o sofrimento do outro provoca em mim? Sou capaz de uma escuta sensível sem me fechar, permitindo que o diálogo horizontal e o respeito orientem o atendimento?



Como o nosso espaço e a nossa rotina comunicam acolhimento? Se eu estivesse no lugar do usuário hoje, eu me sentiria verdadeiramente respeitado, ouvido e valorizado desde o primeiro instante?



ACOLHER É TRANSFORMAR RELAÇÕES

Cada gesto de escuta, cada palavra de respeito e cada escolha ética constroem uma prática que faz a diferença na vida das pessoas e na sociedade.